



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



v. 10 n. 1 jan./jun. 2009



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:
Prof. Dr. Hemerson Pistori

Editora UCDB

Av. Tamandaré, 6.000 - Jardim Seminário

79117-900 Campo Grande-MS

Fone/Fax: (67) 3312-3373

e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Maria Augusta de Castilho

Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Revisão de Texto e Traduções:

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: canavial-interna.jpg / Disponível em:

[http://www.camponews.com.br/](http://www.camponews.com.br/noticia.asp?codigo=2031)

[noticia.asp?codigo=2031](http://www.camponews.com.br/noticia.asp?codigo=2031). Acesso em: 6/3/2009

Tiragem: 1.000 exemplares

Distribuição: Bibliotecas universitárias

Conselho Editorial

Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Alberto Palombo (Florida Atlantic University - USA)

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)

André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Canadá)

Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)

Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)

Cezar Augusto Benevides (Universidade Federal de MS)

Christian Krajewski (Institut für Geographie - Un.Münster -

Munique - Alemanha)

Denis Maillat (IRER- Université de Neuchâtel - Suisse)

Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)

Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS)

João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais - Lisboa - Portugal)

Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Portugal)

José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)

José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)

Leila Christina Dias (Universidade Federal de SC)

Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - França)

Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília)

Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)

Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)

Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília)

Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos)

Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Univ. Católica de Goiás)

Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)

Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)

Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)

Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)

Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)

Rosa Esther Rossini (USP)

Sérgio Boisier (Santiago de Chile - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)

Nilo Odália (*in memoriam*)

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,

n. 1 (jan./jun. 2009). Campo Grande: UCDB, 2009.

123 p. v. 10

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna

Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online (www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal (www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá (www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya

(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades (www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano (<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London (www.ibss.ac.uk)

Editorial

A Revista Internacional de Desenvolvimento Local – **Interações** – apresenta em seu primeiro número de 2009 uma variedade de artigos, nacionais e estrangeiros, com múltiplos pontos de vista, destacando sempre alternativas de sustentabilidade. Em tempo de globalização, torna-se necessário estimular a geração de conhecimento constante em nível local, regional e nacional para internacionalizar a troca de experiências, tão importantes para a difusão do conhecimento científico.

Este exemplar contempla inicialmente artigos voltados para a agricultura familiar, sustentabilidade em áreas rurais e pesqueiras, enfatizando aspectos de governança em vários municípios, e reflexões jurídicas sobre a preservação do patrimônio natural.

O artigo de Fausta Calado Silva e Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão intitulado *Extensão rural e floricultura tropical para o Desenvolvimento Local: a cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares em Pernambuco* apresenta políticas de Desenvolvimento Local e os processos de cooperação entre os agricultores familiares da região pesquisada. Os estudos de Mariza Zeni de Castro Tomasetto, Jandir Ferrera de Lima, Pery Francisco Assis Shikida, sobre o *Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná* estabelece uma opção para a produção da agricultura familiar ao criar alternativa de renda nas unidades agroindustriais, além de possibilitar a diversificação da produção. Outra pesquisa importante é a de Andréa Haruko Arakaki, Gessiel Newton Scheidt, Eduardo José de Arruda e Reginaldo Brito da Costa referindo-

se a *O baru (Dipteryx alata Vog.)* como alternativa de sustentabilidade em área de fragmento florestal do Cerrado, no Mato Grosso do Sul, abordando a coleta e utilização de frutos nativos em áreas de ocorrência natural como alternativa econômica para as populações locais. Em um outro aporte, Christian Luiz da Silva, Carminda Lopes e William Michon Junior mencionam a *Intervenção do estado e desenvolvimento local: em uma análise cross section dos municípios paranaenses*, objetivando a melhoria das condições de desigualdade no Estado Paraná. Antonia Railda Roel, Cristiane Maria Vendramini Momesso e Simone Palma Favaro fazem um *levantamento do potencial de comercialização de produtos orgânicos para o Estado de Mato Grosso do Sul*, esclarecendo que a exposição de pesticidas agrícolas é frequentemente associada a riscos para a saúde humana. O artigo seguinte de Alaide Brum de Mattos, Angela Maria Zanon, Domitilla Medeiros Arce, Joana Magalhães e Solange Mattos Iorio intitulado *A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/MS e Dourados/MS* objetivam apresentar, por meio de um levantamento histórico, a evolução do sistema de saneamento básico nos municípios de Campo Grande e Dourados ressaltando a educação ambiental como uma importante ferramenta de sensibilização que acompanha a dinâmica social. Os autores: Rosa Maria Saraiwa e Angelo Brás Fernandes Callou investigam as *Políticas públicas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras de Pernambuco*, correlacionando as estratégias de comunicação

utilizadas pelo Projeto Renascer e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Município de Goiana, litoral norte do Estado de Pernambuco. No contexto do aspecto jurídico, Lídia Maria R. L. Ribas e Luciani Coimbra de Carvalho apresentam *Cavidade natural subterrânea: natureza jurídica*, estabelecendo que o patrimônio espeleológico é de grande importância cultural, ambiental e econômica para determinada região ou país. Na seção de experiência compartilhada, via teoria-prática, encontra-se a pesquisa de Ione de Souza Coelho e Vicente Fideles de Ávila denominada *Performances comunitárias e vieses teóricos sobre potencialidades de participação*

no Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – em ótica de Desenvolvimento Local, o estudo volta-se para a análise de potencialidades e de participação na localidade, compatíveis com implementação de Desenvolvimento Local.

A **INTERAÇÕES** é uma revista que procura suprir a ausência de publicações que permitem análises de dinâmicas territoriais fronteiriças, regionais e outras, em uma abordagem multidisciplinar, evidenciando a importância do desenvolvimento das relações locais por meio de intervenções inovadoras, tão necessárias ao desenvolvimento comunitário.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

- Extensão rural e floricultura tropical para o desenvolvimento local: a cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares em Pernambuco** 9
Extension rural and tropical floricultura for the local development: the cooperation in the process of competitive inclusion of the familiar agriculturists in Pernambuco 9
Extension agricole et floriculture tropicale pour le développement local: la coopération dans le processus d'inclusion concurrentielle des agriculteurs familiais dans Pernambuco 9
Extensión agrícola y floricultura tropical para el desarrollo local: la cooperación en el proceso d'inclusión competitiva de los agricultores familiares en Pernambuco 9
SILVA, F.C.
LEITÃO, M.R.F.A.
- Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná** 21
Local development and family agriculture: the brown sugar production case in Capanema city-Paraná state in Brazil 21
Développement local et agriculture familiale: le cas de la production de sucre brun dans la ville de Capanema dans l'état du Paraná au Brésil 21
Desarrollo local y la agricultura familiar: el caso de la producción de azúcar marrón en la ciudad de Capanema - estado de Paraná en Brasil 21
TOMASETTO, M.Z.C.
LIMA, J.F.
SHIKIDA, P.F.A.
- O baru (*Dipteryx alata* Vog.) como alternativa de sustentabilidade em área de fragmento florestal do Cerrado, no Mato Grosso do Sul** 31
The baru (*Dipteryx alata* Vog.) as alternative for sustainability in the area of Cerrado forest fragment in the Mato Grosso South 31
*Le baru (*Dipteryx alata* Vog.) comme alternative pour la durabilité dans le domaine du fragment Cerrado du Mato Grosso do Sul* 31
*El baru (*Dipteryx alata* Vog.) como alternativa para la sostenibilidad en el ámbito Cerrado del fragmento en el Mato Grosso do Sul* 31
ARAKAKI, A.H.
SCHEIDT, G.N.
PORTELLA, A.C.
ARRUDA, E.J.
COSTA, R.B.
- Intervenção do Estado e desenvolvimento local: uma análise cross section dos municípios paranaenses** .. 41
The State intervention and local development: the cross-section analyze of the paranaenses municipalities .. 41
Intervention de l'État et développement locale: une analyse cross section des villes paranaenses 41
Intervención del Estado y del desarrollo local: una sección representativa del análisis de las ciudades paranaenses 41
SILVA, C.L.
LOPES, C.
MICHON JUNIOR, W.

Levantamento do potencial de comercialização de produtos orgânicos para o estado de Mato Grosso do Sul	55
Evaluation of the potential market for organic products in the state of Mato Grosso do Sul (Brazil)	55
Levantamiento del potencial de comercialización de productos orgánicos para el estado de Mato Grosso del Sur (Brasil)	55
Suppression du potentiel pour la commercialisation de produits biologiques pour l'état du Mato Grosso do Sul	55
MOMESSO, C.M.V.	
ROEL, A.R.	
FAVARO, S.P.	

A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/MS e Dourados/MS	63
The environmental education and history of basic sanitation: the installation of the water and sewerage system in the municipalities of Campo Grande/MS and Dourados/MS	63
L'accent mis sur l'éducation à l'environnement et l'historique de l'assainissement de base: l'installation de l'eau et de réseaux d'assainissement dans les municipalités de Campo Grande/MS et Dourados/MS	63
La perspectiva de la educación ambiental y la historia de saneamiento básico: la instalación de las redes de agua y alcantarillado en los municipios de Campo Grande/MS y Dourados/MS	63
IORIO, S.M.	
ARCE, D.M.	
MAGALHÃES, J.	
MATTOS, A.B.	
ZANON, A.M.	

Políticas públicas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras de Pernambuco	73
Public policy and strategies of communication for the local development of the fishing communities of Pernambuco	73
Politiques publiques et strategies de communication pour la construction du developpement local des communautés de pecheurs a Pernambuco	73
Políticas públicas y estrategias de comunicación para el desarrollo local de las comunidades costeñas de Pernambuco ..	73
SARAIVA, R.M.	
CALLOU, A.B.F.	

Cavidade natural subterrânea: natureza jurídica	83
Underground natural caves: juridical status	83
Cavidad natural subterrânea: naturaleza jurídica	83
Cavité naturelle souterraine: nature juridique	83
RIBAS, L.M.L.R.	
CARVALHO, L.C.	

Teoria e Prática

Performances comunitárias e vieses teóricos sobre potencialidades de participação no Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – em ótica de Desenvolvimento Local	97
Community performances and theoretical points of view about potentialities of participation at Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – under a perspective of Local Development	97
Performances communautaires et points de vue théoriques sur des potentiels de participation au Jardin Sayonara – Campo Grande-MS – en perspective de Développement Local	97
Performances comunitárias y sesgos teóricos sobre potencialidades de participación en Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – en perspectiva de Desarrollo Local	97
COELHO, I.S.	
ÁVILA, V.F.	

Artigos

Extensão rural e floricultura tropical para o desenvolvimento local: a cooperação no processo de inclusão competitiva dos agricultores familiares em Pernambuco*

Extension rural and tropical floricultura for the local development: the cooperation in the process of competitive inclusion of the familiar agriculturists in Pernambuco

Extension agricole et floriculture tropicale pour le développement local: la coopération dans le processus d'inclusion concurrentielle des agriculteurs familiers dans Pernambuco

Extensión agrícola y floricultura tropical para el desarrollo local: la cooperación en el proceso d'inclusión competitiva de los agricultores familiares en Pernambuco

Fausta Calado Silva**

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão***

Recebido em 7/11/2008; revisado e aprovado em 17/12/2009; aceito em 2/2/2009

Resumo: As políticas de Desenvolvimento Local e os processos de cooperação entre os agricultores familiares constituem os temas centrais deste artigo. Buscou-se investigar o papel da Cooperação na Extensão Rural no processo de Inclusão Competitiva dos Agricultores familiares da Floricultura Tropical em Pernambuco.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Cooperação. Floricultura tropical.

Abstract: The politics of Local Development and the processes of cooperation between the familiar agriculturists constitute the subjects central offices of this article. One searched to investigate the role of the Cooperation in the Agricultural Extension in the process of Competitive Inclusion of the familiar Agriculturists of the Tropical Floricultura in Pernambuco.

Key words: Local development. Cooperation. Tropical floricultura.

Résumé: Les politiques de Développement Local et les procédures de coopération entre les agriculteurs familiers constituent les sujets centraux de cet article. Il s'est cherché enquêter le rôle de la Coopération dans l'Extension Agricole dans le processus d'Inclusion Concurrentielle des Agriculteurs familiers de la Floriculture Tropicale dans Pernambuco.

Mots-clés: Développement local. Coopération. Floriculture tropicale.

Resumen: Las políticas del desarrollo local y de los procesos de la cooperación entre los agrónomos familiares constituyen sede de los temas de este artículo. Se ha buscado investigar el papel de la cooperación en la extensión agrícola e el proceso de inclusión competitiva de los agrónomos familiares del Floricultura tropical en Pernambuco.

Palabras clave: Desarrollo local. Cooperación. Floricultura tropical.

Introdução

Além de pioneiro no setor de floricultura tropical no país, desde a década de 1990, o Estado de Pernambuco tem dinamizado esse segmento, liderando as exportações no Brasil e incorporando um grande e crescente número de produtores nessa atividade econômica. Contudo, há duas realidades bem distintas na floricultura tropical do Estado. Constatou-se a existência de um pequeno conjunto de produtores familiares

bem *estruturados* e totalmente *consolidados* tanto no cenário nacional como internacional e por outro lado, muitos *não-estruturados* e *não-consolidados*.

A inclusão competitiva¹ dos produtores familiares *não-estruturados* a partir do desenvolvimento de processos de cooperação, a ser liderado por eles próprios e tendo a participação fundamental dos produtores *estruturados* e *consolidados*, tende a possibilitar uma promoção, mais efetiva dessa forma de Desenvolvimento Local.

* Este artigo faz parte da pesquisa mais ampla desenvolvida para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX).

** Bacharel em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco /UFPE, Mestranda em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. E-mail: fausta.silva@uol.com.br

*** Professora Doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco/ UFRPE - Doutorado em Estudos Iberoamericanos por la Universidad Complutense de Madrid. - Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - Posmex. Recife- PE. E-mail: rosário@dlch.ufrpe.br

É dentro desse contexto que se insere o presente artigo, que tem como objetivo levantar e analisar as instâncias e áreas em que a cooperação existe, está faltando e tem possibilidades de conduzir a um processo de inclusão competitiva dos produtores familiares *não-estruturados*.

Acredita-se que a análise dos fatores determinantes da cooperação entre os agricultores familiares, dando-se ênfase aos elementos vinculados à teoria sociológica constitui um esforço que merece ser empreendido junto ao setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco.

Espera-se com essa pesquisa de campo contribuir para uma melhor compreensão da realidade local dos produtores familiares de modo a subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de estratégias, públicas e privadas que busquem o desenvolvimento local do Setor.

Quanto aos procedimentos metodológicos o trabalho foi constituído em duas etapas, uma envolvendo a pesquisa bibliográfica e outra sendo composta pela pesquisa empírica. A presente pesquisa deve ser compreendida como exploratória e de caráter qualitativo, onde a base de informações foi levantada a partir da utilização de formulário estruturado e complementado por entrevistas (semi-estruturadas) e não estruturadas. Esta pesquisa está no campo das ciências sociais, tem natureza aplicada, conforme classifica Ander-Egg (1978, p.33) apud Marconi e Lakatos (1986, p.19). Tem preocupações descritivas, buscando-se analisar e interpretar relacionamentos entre os produtores. Também, segundo Hymann (1967, p.107-108) apud Marconi e Lakatos (1986, p.19), a presente pesquisa também se classifica como experimental, uma vez que procedeu a levantamento explicativo, avaliativos e interpretativos, buscando-se subsídios para melhorias futuras nos relacionamentos cooperativos dos produtores da floricultura tropical.

Deve advertir que os dados levantados buscaram compreender, principalmente, a perspectiva dos próprios produtores familiares sobre os temas aqui analisados. Essa foi a preocupação básica para se inferir sobre as reais possibilidades de cooperação na visão desses atores. A partir da perspectiva dos próprios produtores familiares, as principais

características, problemas, instituições e aspectos das articulações cooperativas existentes entre os atores sociais e econômicos envolvidos com o setor, dando ênfase nas instituições (públicas e privadas) que poderiam exercer papel importante na dinamização do setor de floricultura tropical do Estado, de forma que possam participar de uma inclusão competitiva dos agricultores familiares.

Competição e cooperação

No contexto deste trabalho, pode-se entender competição como uma disputa entre pessoas que tentam maximizar suas vantagens às expensas dos demais. Diferentemente, cooperação corresponde ao esforço coordenado por indivíduos para se atingir objetivos comuns. Duas questões podem ser relacionadas a essas idéias: a competição é necessariamente nociva? E qual delas, cooperação ou competição, tende a prevalecer nas sociedades urbanas?

Sociológicos como Herbert Spencer (conforme JOHNSON, 1997) consideravam a competição um mecanismo necessário para promover o progresso social, opinião esta que concordava em grande parte com o sistema capitalista então emergente, aproximando-se, inclusive da metáfora da "mão invisível", que dizia que na busca de seus próprios interesses individualistas os atores sociais terminavam por promover o bem-estar geral da coletividade. A Escola de Chicado também enfatizou o papel da competição nos padrões de crescimento urbano, à medida que vários grupos étnicos, raciais e de classe, entre outros, competem por espaço e Max Weber considerava a competição uma forma pacífica de conflito. Contrariamente, Karl Marx, em sua crítica ao capitalismo, argumenta que a competição entre capitalistas, entre trabalhadores e entre capitalistas e trabalhadores eram as principais causas da contradição. Na abordagem marxista fica, portanto, a idéia de que a competição própria do sistema capitalista provoca conseqüências claramente negativas, particularmente as relacionadas com a exploração da classe trabalhadora e a falta de consciência e unidade dessa classe quanto à sua subordinação.

Elementos fundamentais no processo de cooperação destacados pela Sociologia

Parte-se do conceito de socialização, que se refere às interações que induzem os indivíduos a partir dos componentes básicos da personalidade necessários à sua participação na sociedade, conforme Turner (1999, p.253). Para Galliano (1981, p.307) a socialização pode ser compreendida como sendo um processo de “aquisição de conhecimentos, padrões, valores, símbolos”. Adiciona, ainda o autor, que o conceito compreende também a aquisição, durante toda a vida do indivíduo, de “maneiras de agir, pensar e sentir próprias dos grupos, da sociedade, da civilização em que o indivíduo vive”. Logo, o modo de produção – que compreende, como será visto adiante neste trabalho, as forças produtivas e as relações de produção – são elementos fundamentais influenciadores do processo de socialização em qualquer sociedade. Considera-se que o modo de produção prevalecente em determinada sociedade seja um elemento básico a influenciar a socialização e, portanto, as percepções dos indivíduos e grupos, estabelecendo uma maior ou menor propensão para se agir em determinado sentido.

As forças produtivas de uma determinada sociedade são compostas por meios de produção (máquinas e equipamentos) e pessoas. Em todo processo produtivo há também um processo de interação entre pessoas e o resultado, a produção, é fundamentalmente um resultado de um ato social. Em todas as fases do circuito econômico (produção, distribuição e consumo) estabelece-se um emaranhado de relações entre pessoas, resultando nas chamadas relações de produção. O traço mais característico das relações de produção no capitalismo é dado pela existência, de um lado, dos proprietários dos meios de produção e, de outro, a existência dos trabalhadores assalariados detentores apenas de sua força-de-trabalho. O conceito de modo de produção, ou sistema econômico, de uma determinada sociedade é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que estão vinculadas a essa sociedade. Sendo assim, o modo de produção é definido pela maneira através da qual uma dada sociedade produz os seus bens

e serviços, os utiliza e os distribui, sendo o modo de produção o centro organizador de todos os aspectos da sociedade, conforme Oliveira (2001).

O modo de produção é, portanto, o conceito básico a partir do qual se pode tentar compreender os aspectos levantados pela sociologia do conhecimento relativamente às possibilidades de cooperação dentro de um determinado grupo de pequenos produtores. Vale ressaltar que a condição dos pequenos produtores não os caracteriza como classe dominante, aproximam-se eles muito mais das vulnerabilidades próprias dos trabalhadores assalariados. Na verdade, mesmo os camponeses proprietários são considerados como proletário, segundo Merton (1970, p.574). O mencionado autor mostra também, que a classe dominante finda por impor o conteúdo da cultura e, por consequência, ideológico que mais lhe serve.

Análise dos resultados

Privilegiando-se a percepção dos produtores familiares entrevistados, buscou-se nessa análise caracterizar as unidades produtivas investigadas, os principais problemas enfrentados pela floricultura tropical do estado de Pernambuco, bem como as interações com os entes que compõem o entorno institucional do setor e as iniciativas vinculadas à cooperação, como meio de fortalecer a competitividade do setor. Pretendeu-se, como mencionado, obter a visão dos produtores entrevistados sobre quais os temas (ou questões) que poderiam ser considerados os mais relevantes dentro da floricultura tropical no Estado de Pernambuco.

O conjunto de produtores entrevistados² foi selecionado, principalmente, a partir do nível de estruturação e consolidação que apresentavam por ocasião das entrevistas. Assim, considerou-se para os propósitos perseguidos no presente trabalho, como “*estruturado*” o produtor que conseguia controlar todo ciclo de produção e vendê-la no mercado, caso contrário o produtor foi considerado “*não-estruturado*”. Ou seja, esse produtor não consegue concluir o ciclo dos negócios das flores tropicais, ao não sistematizar os canais de distribuição necessários à sistematização de suas vendas. E considerou-se

“*consolidado*” o produtor que já tenha realizado vendas para outros estados brasileiros ou para mercados internacionais, caso contrário o produtor foi considerado “*não-consolidado*”. Em outras palavras, produtor *consolidado* já adquiriu maturidade suficiente para exportar a sua produção atendendo, conseqüentemente, aos requisitos de eficiência e qualidade necessária para atender os requisitos de qualidade produtiva e operacional (logística) e regulatória para tanto.

Considerando essa classificação, o conjunto selecionado (e entrevistado) de produtores foi assim constituído: dois produtores considerados *estruturados* e *consolidados*; dois produtores *estruturados* e *não-consolidados* e dois produtores *não-estruturados* e *não-consolidados*. Esses produtores foram estudados em profundidade nessa pesquisa, o que envolveu longas entrevistas, estruturadas e semi-estruturadas e visitas às suas propriedades, mantendo-se entrevistas com os trabalhadores das unidades produtivas.

Ressalta-se que todas as unidades produtivas entrevistadas se caracterizam como de base familiar. Vale observar, no entanto, que alguns entre os produtores *estruturados* mantêm mão-de-obra assalariada para a execução de um conjunto de tarefas específicas. No entanto, todos os produtores investigados caracterizam-se por manter uma gestão familiar dirigidas pelos próprios donos e seus familiares. Esses familiares desempenham, em geral, outras tarefas na produção e distribuição de flores tropicais e dedicam tempo integral ou parcialmente a elas.

Cabe observar que, levando-se em conta a grande heterogeneidade do grupo de produtores selecionados, em termos de estruturação e consolidação, a visão dos problemas que emergiu mostrou-se muito convergente e, conseqüentemente, consistente com o que na realidade marca as questões mais fundamentais para a floricultura tropical no Estado de Pernambuco.

É óbvio, como mencionado acima, que os resultados acima não poderão ser utilizados para extrapolações estatisticamente robustas sobre os temas tratados para toda a floricultura tropical do Estado, pois isso não faz parte do escopo do presente trabalho, mas certamente os resultados aqui obtidos poderão servir de úteis subsídios para o de-

lineamento de pesquisas futuras, formalmente quantitativas. Afinal esse pode constituir um dos objetivos legítimos de uma pesquisa qualitativa e exploratória como a presente.

Felizmente, acredita-se que os resultados encontrados na presente pesquisa excederam a mera provisão desses subsídios, ressaltadas as limitações colocadas acima. A convergência obtida nas respostas levantadas permite que as mesmas sejam exploradas no sentido de se inferir sobre o papel da cooperação como elemento fundamental na inclusão competitiva dos agricultores familiares entrevistados.

Nesse processo de dinamização, o setor de flores aparece com uma estrutura dividida, onde de um lado se encontra um pequeno conjunto de produtores *estruturados* e *consolidados* competitivamente, inclusive com experiência de exportações, e, de outro, um conjunto de produtores *não-estruturados*, que estão desenvolvendo forte esforço no sentido de obterem uma inclusão competitiva dentro do setor.

Observe-se que a floricultura tropical do Estado apresenta elevada possibilidade de expansão, podendo gerar um expressivo número de pontos de trabalho e renda, além de suas possibilidades de geração de divisas e tributos. Tudo isso só será possível, no entanto se houver uma inclusão competitiva de inúmeros produtores familiares que ainda se encontram *não-estruturados*. Torna-se, portanto, indispensável entender na perspectiva desses produtores, como se poderia desenvolver esforços, públicos e privados, convergentes com os interesses de todos. Com isso poderão ocorrer processos de cooperação mais efetivos e com resultados extremamente promissores.

Deve-se destacar primeiramente, nessa análise, que a produção de flores tropicais poderá ser significativamente ampliada através das seguintes possibilidades, entre outras, que se mostram viáveis: i) Aumento da área plantada pelos atuais agricultores familiares (*estruturados*, *não-estruturados*, *consolidados* e *não-consolidados*); ii) Incremento da produtividade das pessoas e da terra dos produtores familiares, principalmente dos *não-estruturados*; iii) Aumento do número de produtores pela inclusão de outros produtores que seriam atraídos em caso de sucesso mais efeti-

vo (e visível) dos atuais produtores familiares *não-estruturados*; iv) Maior nível de especialização de todos os produtores, em variedade de plantas e funções mais claras dentro da cadeia produtiva; v) Melhor coordenação entre os processos e elos da cadeia produtiva; vi) Aumento dos lucros potenciais e, conseqüente, maiores possibilidades de re-investimentos no setor; vii) Redução de riscos empresariais e financeiros pela consolidação do setor; viii) Maior capacidade de oferta, maiores quantidades de um conjunto de plantas mais diversificado, implicando em maior regularidade na oferta e, conseqüentemente, maior confiabilidade dos clientes quanto ao atendimento da demanda.

Tudo isso remete à grande potencialidade apresentada pelo setor de floricultura tropical em termos de geração de emprego, renda, divisas e tributos. Uma eventual re-dinamização do setor implicará, como argumentado acima, numa maior oferta, tendendo a se observar uma relevante redução de custos por conta da escala produtiva. Isso, em si, pode gerar maiores lucros e, portanto, aumento das atratividades sobre novos investimentos, o que poderia caracterizar, em última instância, em função do caráter retroalimentado do processo, uma promissora estratégia de desenvolvimento local.

Perfil socioeconômico dos produtores familiares entrevistados

Neste artigo priorizamos o perfil dos produtores *não-consolidados* que corresponde aos associados da Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho, Copaflores, que se caracteriza como agricultores familiares com baixa escolaridade (em geral analfabetos) e se mostram muito dependentes de ações do órgão a que estão vinculados; não existe contratação de mão-de-obra assalariada, nem a contratação direta de técnicos. As orientações técnicas demandam da cooperativa, que, no caso analisado, ainda se encontra em processo de reestruturação³.

Os produtores agricultores familiares se apresentam como famílias de baixa renda e que vivem, quase que exclusivamente, do que plantam. Com relação à unidade produtiva, todos estão envolvidos totalmente com

a produção. Apenas o escoamento da produção depende da cooperativa, pois eles não têm recursos e nem conhecimento para promovê-los.

Caracterização das unidades produtivas entrevistadas quanto à mão-de-obra empregada

Todas as unidades produtivas entrevistadas⁴ caracterizam-se por uma administração baseada na família. De fato, os produtores entrevistados participam diretamente do controle da gestão dos negócios de suas respectivas unidades produtivas, junto com seus familiares. No total, são 14 pessoas (proprietárias e membros da família) na gestão das unidades produtivas. Além desses, no conjunto das unidades produtivas entrevistadas, foram registradas mais 6 pessoas na área administrativa, esses assalariados. Trabalhando diretamente na produção, registrou-se mais 22 trabalhadores, totalizando juntamente com os mencionados trabalhadores da área administrativa, em todas as unidades entrevistadas, 28 trabalhadores assalariados.

Ressalte-se, que nas unidades produtivas dos produtores *estruturados*, apesar da existência de trabalhadores assalariados, inclusive na área administrativa, o controle é feito diretamente pelos proprietários ou alguém da família. Quanto aos agricultores familiares *não-estruturados* e *não-consolidados* todos da família estão envolvidos com a unidade produtiva, participando das tarefas em todo o processo da produção, exceto nas vendas.

Caracterização das unidades produtivas entrevistadas quanto à área e espécies plantadas, possibilidades de exportação e padrão de qualidade

Considerando-se os produtores entrevistados, o total da área plantada de flores tropicais chegou a 54 hectares, sendo 30 hectares a área plantada pelos associados da Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho (Copaflores).

Com relação à exportação de flores tropicais, como já mencionado, só os produtores *estruturados* e *consolidados* já conseguiram

realizar exportações, para outros estados brasileiros ou para outros países. Nos últimos anos, segundo relatos dos mesmos, as exportações do setor mostram-se praticamente paralisadas em função da variação do dólar frente ao real⁵.

Os demais produtores, principalmente os da Copaflores, ainda estão distantes de conseguirem exportar, primeiramente, pelas dificuldades de acessar o mercado internacional, e depois pelos requerimentos de qualidade impostos pelo mercado internacional e, ainda, pelos problemas apontados pelos produtores que já exportaram (problema da taxa de câmbio, custos logísticos e pelos encargos tributários).

Caracterização das unidades produtivas entrevistadas quanto às espécies cultivadas

Na produção de flores tropicais as principais espécies cultivadas⁶ são as Heliconias (pequenas, médias, grandes e pendentes) com suas variedades; Bihai, Golden Torch, Rostrata, Rauliniana, Alan Carle, e outras, seguida da Alpinia (Ginger), o Bastão-do-imperador (Etingera Elatior, Torch Ginger), o Sorvetão (Zingiber Spectabilis), o Costus Tapeinochillus e outras flores tropicais, além das folhagens⁷.

Na produção da Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho, a Copaflores, no projeto foi iniciado com 12 espécies de flores tropicais, os cooperados cada um recebeu inicialmente rizomas de três espécies, sendo que todos receberam a Heliconias Golden Torch.

Caracterização das unidades produtivas - aspectos da comercialização - vendas da produção de flores tropicais

Todos os produtores mencionaram as dificuldades de mercado como sendo o principal entrave dos produtores *não-estruturados*. Na verdade, pode-se depreender dos relatos dos entrevistados, que as dificuldades da comercialização dos produtores decorrem de inúmeros outros fatores entre os quais valendo mencionar: qualidade das plantas, dificuldades no pós-colheita (preparação do produto para venda e produção de arran-

jos), dificuldade logística, dificuldade de acesso a crédito e dificuldades no estabelecimento de estratégias de mercado adequadas ao setor. Essas últimas requereriam um fluxo de informações e conhecimento específicos que possibilitassem a identificação e seleção dos segmentos de mercado a explorar a partir de estratégias mercadológicas válidas. Isso está, de fato, muito distante da possibilidade dos produtores não-estruturados e só pode ser viabilizado através de iniciativas associativas ou cooperativistas, como é o caso da Copaflores para os produtores de flores tropicais de Paudalho.

Apurou-se nas entrevistas que, no caso da Copaflores, a venda da produção é incipiente e os cooperados, estão ainda em processo de aprendizagem sobre todo o ciclo produtivo e comercial do segmento das flores tropicais. Destaque-se que os mesmos vêm tentando estabelecer parcerias com empresas que atuam na comercialização de produtos, restaurantes, e outros locais para poder escoar a sua produção de forma mais regular. Na verdade, os cooperados têm consciência da importância do mercado consumidor, inclusive de suas potencialidades para o setor de floricultura tropical.

No que pese as dificuldades na comercialização dos produtos, os produtores *não-estruturados* acreditam no potencial e vendas de seus produtos, o mercado se mostra muito promissor, pois ainda existem mercados que ainda não foram explorados.

O segmento está sujeito à sazonalidade tanto na produção das flores (cada espécie obedecem ao seu ciclo natural) e, também, quanto às oscilações da procura pelos produtos durante o ano. Existem épocas do ano em que se vende mais no setor de floricultura tropical, principalmente em datas comemorativas⁸.

Para aproveitar determinadas épocas os produtores *não-estruturados* têm organizado determinados eventos coletivos, como a organização de lugares para a exposição dos produtos, demonstrando disposição para unir forças e cooperar uns com os outros.

Principais problemas citados da floricultura tropical do estado de Pernambuco

A análise dos principais problemas da floricultura tropical do estado de Pernambuco, na perspectiva dos próprios produtores, foi realizada por áreas e subáreas, (assistência técnica, crédito, comercialização/mercado, cooperação, distribuição, pós-colheita, produção, recursos humanos, regulação do setor e tecnologia da informação) conforme organização do formulário utilizado nas entrevistas.

O grupo dos produtores *não-estruturado* apresenta como o principal problema no setor as dificuldades no âmbito da comercialização/mercado, porque eles produzem mas não têm como escoar a produção. Dependem quase que totalmente das ações da cooperativa. Contudo, eles reconhecem tal dificuldade e têm consciência que estão numa fase de total aprendizado sobre todo o ciclo produtivo do setor.

Análise a partir das áreas dos principais problemas citados

Ainda conforme o formulário aplicado, foram hierarquizados os três problemas considerados mais graves pelos produtores, buscando-se destacá-los. Assim os três problemas apontados como “mais graves”, por áreas, foram: o primeiro problema mais grave a comercialização/mercado; o segundo problema “mais grave” às áreas de produção e pós-colheita e o terceiro problema mais grave relaciona-se aos recursos humanos.

Dentro da área de comercialização/mercado, os principais problemas enfrentados pelos produtores por subáreas foram: “falta de acesso a canais de distribuição” (distribuidores, representantes, varejistas, etc.). Este foi o item mais apontado como o “muito importante”, seguido dos itens, “ausência de uma marca comercial reconhecida”, “falta de cultura para o consumo”, “assistência técnica”. Em terceiro lugar aparece com os itens “alta carga tributária” e a “falta de divulgação do produto (no mercado internacional)”.

Na área da produção as principais subáreas apontadas foram: as mais impor-

tantes: “adubação e/ou correção do solo” e “baixa profissionalização dos produtores”, seguidas de “análise do solo”, “assistência técnica”, “ausência de pesquisa/estudos”, “baixa qualidade do produto”, “falta de qualificação de mão-de-obra”, e “insumos (herbicida, inseticida)”. Mesmo alguns dos produtores *estruturados*, apontam também como a “integração da cadeia produtiva na produção” como algo muito importante.

Registre-se que o planejamento das ações a serem realizadas no âmbito da comercialização aparece como uma necessidade fundamental a ser atendida. Neste caso, a coordenação das ações articuladas por produtores e instituições parece também constituir uma preocupação básica.

Investir na capacitação dos produtores e nas técnicas produtivas adequadas mostrou-se, também, como uma preocupação a ser considerada nas ações a serem empreendidas para a consolidação do setor através da inclusão competitiva dos agricultores familiares. Parcerias e articulações cooperativas são indispensáveis para que na consolidação de uma nova etapa de dinamismo do setor.

Na área de pós-colheita as principais subáreas que são consideradas as mais importantes são: “ausência de pesquisa/estudos”, seguida das subáreas de “inadequação dos meios de apoio logístico (na unidade produtiva)”, “inexistência de material com informações técnicas e tecnologia pós-colheita”.

Conhecimento técnico, apoio logístico adequado configuram-se como limitantes a serem resolvidos.

Na área de recursos humanos as subáreas consideradas importantes são: a “falta de pessoal qualificado (na Produção)” e a “falta de interesse da população local por treinamento”. Investimentos em capacitação do pessoal, na opinião dos entrevistados, destaca-se como uma prioridade consensual.

Instituições relacionadas com o setor de flores tropicais

Entre as instituições com as quais os entrevistados tem mais interagido nos últimos anos, destaca-se como a mais importante o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o SEBRAE de Pernambuco. A importância do Sebrae estadual tem

sido apontada por todos os entrevistados ressaltando-se o seu papel no desenvolvimento do setor no Estado na década de 1990.

Já, os cooperados da Copaflora também destacam a participação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável a Zona da Mata de Pernambuco, PROMATA, no nascedouro da cooperativa junto com o apoio da Ong CEAC (Centro de Apoio às Famílias Carentes), e a Prefeitura Municipal de Paudalho. Também foram citados, como instituições que interagem, os bancos oficiais brasileiros (BB e BNB), que liberaram financiamento para os agricultores familiares. Também merece destaque a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a UFRPE através Departamento de Agronomia - Área de Fitotecnia - Laboratório de Floricultura no Programa de Pós-graduação em Melhoria Genética de Plantas na Área de Fitotecnia que participa com seus alunos de pesquisa de campo junto a produtores.

Existem outras instituições governamentais e privadas que poderiam estar envolvidas direta ou indiretamente com o setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco, porém elas não foram citadas pelos produtores entrevistados.

Ações na produção de flores tropicais - estratégia de marketing

Os agricultores familiares associados da Copaflora têm se preocupado com a criação de um selo (ou logomarca) para a cooperativa e já providenciaram a criação da marca da cooperativa. Vale mencionar as principais estratégias de dinamização mercadológica do setor de Floricultura Tropical de Pernambuco, segundo os entrevistados, a saber: i) Eventos envolvendo técnicos e acadêmicos, produtores e outros atores ligados ao setor, ii) Sensibilizando os órgãos públicos de pesquisa a se envolverem mais com o setor, iii) Sensibilização dos próprios produtores a se organizarem, iv) Feiras de negócios.

A expectativa dos agricultores familiares da Copaflora - ambiente favorável a inclusão competitiva

Atualmente os agricultores familiares que fazem parte da Copaflora, diante das

dificuldades passadas, sabem melhor como enfrentarão problemas que certamente aparecerão e não parecem temerem os percalços futuros. Os entrevistados demonstraram ter certa convicção da importância da cooperação articulada através da cooperativa para o enfrentamento de problemas comuns. É bem representativo este sentimento, como mostrado no relato de um dos agricultores familiares entrevistado:

[...] o que eu entendo é estas visitas que a gente faz, no sítio do outro, por que cada uma pessoa trabalha de um jeito, né, o cara vai pegando(conhecimento) um do outro, um do outro, ... **oxente, é outra coisa, a gente sozinho não faz nada não** [...]. (ENTREVISTADO B, 2008). [grifo nosso].

Isso manifesta um claro sinal da disposição de ajudar (e de ser ajudado) para ter resultados promissores, revelando um ambiente favorável à inclusão competitiva.

A coordenação das ações de cooperação a serem dirigidas na busca das soluções dos problemas mais importantes, dentre eles a comercialização do produto, constitui fator fundamental no processo de desenvolvimento local na sua área da atuação desses produtores, devendo o aprendizado sobre essa articulação/cooperação ser incorporado como premissa de um programa mais efetivo de extensão rural para o setor.

Não houve relatos de atividade compartilhada de forma sistemática entre os produtores no Setor de Floricultura, mas existem produtores que dão palestras e capacitam alguns interessados na área e esse tipo de capacitação vem se repetindo com frequência. Ademais, alguns produtores chegam a trocar informações, quando são solicitados a fornecer flores tropicais entre si para ajudar no atendimento de demandas.

Também se constatou que a maioria dos entrevistados faz parte de algum grupo como associação e cooperativa. Porém, os produtores estruturados não dependem de associações ou cooperativas, como mencionado tem condições financeiras e operacionais muito boas, e alguns tem relacionamentos com algum tipo de associação.

Esses produtores mais *estruturados e consolidados* poderiam ter ganhos substanciais se pudessem conduzir mercadologicamente os *não-estruturados*, fazendo-os também ganhar. Trata-se da busca de uma visão

empreendedora por parte dos produtores *consolidados* que estariam em uma atividade que já dominam e poderiam obter retornos elevados.

Na verdade, se chamados por um ente que tem credibilidade, como o Sebrae ou a UFRPE, acredita-se que a maioria dos produtores participaria na criação de uma instância que agregasse todos os produtores, pois eles demonstram interesse em ações que pudessem ser articuladas conjuntamente com os outros envolvidos com o setor.

Entre os menos estruturados, registra-se, por exemplo, que a Copaflora mantém articulada conjuntamente entre os agricultores familiares, reuniões regularmente e visitas por parte da diretoria para estimular, apoiar e incentivar os cooperados, existindo uma troca de experiências e de informações, tendo como um assunto recorrente à busca de soluções para o escoamento e venda da produção.

Levantamento dos atores sociais efetivamente envolvidos com o setor de flores tropicais de Pernambuco

Segundo os produtores, atualmente não há instituições que estejam promovendo ações específicas em torno do setor. Com relação a Copaflora, entre as instituições destacam, também o governo municipal de Paudalho, tem dado bastante apoio aos agricultores familiares; a ONG CEAC - Centro de Apoio a Pessoas Carentes - que foi a operadora de negócios do projeto inicial Promata e a UFRPE, que tem apoiado no campo da pesquisa, os bancos oficiais também foram lembrados. Os entrevistados apontaram, também, o Sebrae como sendo de muita importância nos primórdios do desenvolvimento do setor.

Possibilidades de formação de cooperação no setor de flores tropicais

Os produtores entrevistados quando solicitados a se posicionarem sobre algumas fases ligadas à sua disposição de cooperação entre si, demonstram concordar fortemente que "Pequenas empresas, operando de forma articulada, tornam mais fácil a inclusão competitiva", "Reunião de pequenas empre-

sas facilita o desenvolvimento local" e "Cooperação e espírito empreendedor entre empresas gera maior competitividade na Floricultura Tropical".

E concordam que "Sozinho no negócio, é difícil uma inclusão competitiva", "Grupo de empresas chama a atenção de compradores, de fornecedores e do próprio governo" e "Grupo de empresas têm mais facilidade de participação em feiras no Brasil e no exterior".

E também concordam que "Sua empresa teria vantagens se trabalhasse em conjunto com outras". Logo, demonstraram boa disposição à cooperação entre si na busca por soluções a seus problemas comuns.

Ressalta-se que, quanto ao nível de cooperação entre as empresas do setor de flores tropicais do estado de Pernambuco os agricultores familiares consideram de nível médio. Todavia, os agricultores familiares do setor de floricultura tropical do estado de Pernambuco não costumam cooperar para: comprar insumos, vender, treinar mão-de-obra, produzir, distribuir.

Levantamento da interatividade entre os atores sociais envolvidos com o setor de flores tropicais de Pernambuco - ações desenvolvidas de cooperação

Os produtores consideram as parcerias dentro do setor muito raras e, em geral, os produtores mais estruturados e consolidados julgam não necessitar das mesmas. Há, contudo, parcerias informais e embrionárias da UFRPE com algumas unidades produtivas, podendo essas iniciativas ser mais desenvolvidas no futuro.

Ademais, os agricultores familiares já fizeram parcerias com empresa de comercialização e prontamente buscam parcerias com: órgãos públicos, fornecedores, associações, universidades, Ong's, empresas do mesmo setor, empresas de outro setor.

Em resumo pode-se dizer que as possibilidades de cooperação entre os produtores e entre esses e as instituições ainda são pouco desenvolvidas. Há, contudo, uma atividade positiva por parte dos produtores no sentido de buscarem coletivamente por soluções aos seus problemas comuns. Na verdade, a cooperação institucional aparece como uma

promissora alternativa uma vez que pode efetivamente conduzir a uma nova dinamização do setor através da articulação de ações e geração de sinergias.

Considerações finais

A cooperação legítima entre os produtores deve ser resultado de um entendimento entre eles sobre a necessidade de juntar forças para que todos os envolvidos saiam efetivamente ganhando, para isso necessita-se basear num clima de confiança mútua.

Então, a base para o desenvolvimento de uma estratégia de efetiva cooperação deve ser composta de dois ingredientes fundamentais: confiança mútua entre as pessoas envolvidas (particularmente entre os próprios produtores); visão comum quanto às possibilidades de ganhos futuros (visão comum baseada, principalmente, no conhecimento que se tem sobre a realidade em que atuam e nas oportunidades que podem ser geradas dentro dessa mesma realidade).

Na discussão sobre as possibilidades de convergências de interesses entre os produtores de flores tropicais não-estruturados e os já estruturados e consolidados no processo de dinamização do setor de flores tropicais do Estado de Pernambuco, que fossem favoráveis à inclusão competitiva dos produtores familiares, merece ressaltar que são possíveis diversos ganhos adicionais para todos a partir de uma visão mais empreendedora por parte dos produtores estruturados e consolidados sobre a realidade e potencialidades do setor.

Acredita-se que este trabalho tenha proporcionado uma visão sobre o setor que subsidie outras pesquisas futuras que aprofundem o conhecimento sobre a floricultura tropical do Estado de Pernambuco, sejam elas de caráter qualitativo ou quantitativo. Especificamente, recomenda-se a elaboração de pesquisas que promovam o levantamento de dados quantitativos abrangentes sobre o setor. Propõe-se, também, que outras pesquisas busquem analisar a questão ambiental do setor que ajudem na antecipação dos impactos ambientais decorrentes de uma eventual expansão de sua produção.

Espera-se com essa pesquisa contribuir para uma melhor compreensão da realidade

de local dos produtores familiares de modo a subsidiar a elaboração, a implementação e a avaliação de estratégias, públicas e privadas e de uma extensão rural do setor, que privilegie a perspectiva dos produtores familiares, e que busquem o desenvolvimento local do Setor de Floricultura Tropical do Estado de Pernambuco.

Notas

- ¹ Na terminologia aqui empregada, o termo “*Inclusão Competitiva*” está sendo usado para indicar uma situação em que os agricultores familiares estão preparados para competirem no mercado mesmo na ausência de apoio assistencialista do governo ou de qualquer outro ente, público ou privado. Ou seja, produtores familiares que conseguem, a partir de sua própria produção, sobreviverem no mercado.
- ² Todos os entrevistados dedicam-se a Floricultura Tropical, porém os mesmos também atuam em outras atividades rurais ou urbanas.
- ³ Trata-se da Cooperativa dos Produtores de Flores Tropicais do Município de Paudalho - Copaflores do Município de Paudalho-PE.
- ⁴ Essas unidades produtivas estão localizadas em: Aldeia/Camaragibe, Paudalho, Paulista e Ribeirão municípios do estado de Pernambuco.
- ⁵ Segundo relatos dos produtores, como as exportações ocorriam através de uma espécie de consócio, a formalização das exportações junto aos órgãos reguladores federais e estaduais fica a cargo apenas de um representante dos produtores, onerando-o mais desproporcionalmente por remete-lo à outra categoria de contribuinte, em função das remessas de produtos ao exterior. Para uma equalização dos custos tributários e logísticos pertinentes.
- ⁶ Todas essas espécies são muito valorizadas na produção de arranjos com flores tropicais Além das folhagens com seus diversos tipos que compõem os arranjos e buquês. Os retornos potenciais das flores tropicais e seus arranjos, comparando com a ociosidade da terra e com o emprego em outras culturas tradicionais.
- ⁷ As folhagens são um item de grande importância na floricultura tropical, uma vez que 60% dos arranjos é de folhagem. No mercado local as hastes são vendidas a centavos, os arranjos por terem a arte e acompanhados de folhagens pode sair com um preço de R\$ 130,00 (Arranjo Tropical R\$ 130,00 cód.: 012, Coroa com Antúrios R\$ 450,00 cód.: 048), segundo fontes no site da Teleflores Silvestre (2008) (<http://www.telefloressilvestre.com.br>) e ainda os arranjos poderão sofrer variações em função da disponibilidade das flores.
- ⁸ Os principais momentos de atividades sociais em que os produtores têm mais contatos visando à competitividade do Setor é nas “feiras e exposições” considerada pelos entrevistados como muito importante, seguida pelos “eventos e workshops” e pelas “conferências, seminários, cursos” ou “treinamentos e encontros”.

Referências

- GALIANO, A. Guilherme. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Harbra, 1981. p. 337.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Trad. Ruy Jugmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MARCONI, Marina da Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1986.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- OLIVEIRA, Pêrsio S. *Introdução à Sociologia*. 24. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- TURNER, Jonathan H. *Sociologia conceitos e aplicações*. Trad. Márcia Marques Gomes Navas. Revisão técnica João Clemente de Souza Neto. São Paulo: Marron Books, 1999. p.253.
- TELEFLORES SILVESTRE. *Buquês, arranjos, ramalhetes, cestas de flores, coroas de flores, cestas de café da manhã*. Av. Cons. Rosa e Silva, 1312, Aflitos, Fone: (81) 3241.8257, Recife, 2008

Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema – Paraná

Local development and family agriculture: the brown sugar production case in Capanema city– Paraná state in Brazil

Développement local et agriculture familiale: le cas de la production de sucre brun dans la ville de Capanema dans l'état du Paraná au Brésil

Desarrollo local y la agricultura familiar: el caso de la producción de azúcar marrón en la ciudad de Capanema - estado de Paraná en Brasil

Mariza Zeni de Castro Tomasetto*

Jandir Ferrera de Lima**

Pery Francisco Assis Shikida***

Recebido em 24/10/2008; revisado e aprovado em 29/11/2008; aceito em 17/12/2009

Resumo: Esse estudo analisa, por meio de um estudo exploratório, o aporte dos produtos derivados da cana-de-açúcar no contexto do desenvolvimento local no município de Capanema – Paraná. Essa atividade se apresenta como opção para a produção da agricultura familiar ao criar alternativa de renda nas unidades agroindustriais, além de possibilitar a diversificação da produção. Os resultados mostram que a produção de açúcar mascavo e os demais produtos derivados da cana-de-açúcar, assim como os já tradicionais produtos da agricultura familiar, têm contribuído para aumentar a renda e melhorar as condições de vida dos agricultores e, conseqüentemente, vem impulsionando o desenvolvimento local, uma vez que tem incentivado o homem a permanecer no campo.

Palavras-chave: Economia agrícola. Agricultura familiar. Desenvolvimento local.

Abstract: This research analyzes the products input derived from the sugar cane through an exploratory study in the local development context of Capanema city in Paraná State. This activity is shown as an option for the family agriculture production as it raises an income alternative at agriculture and industry units, besides providing a production diversification. The results show that brown sugar production and all other sugar cane derived products, as well as the family agriculture traditional products, have contributed to increase the income and improve producers life conditions. As a consequence, it has stimulated the local development, once it has encouraged people to stay in the countryside.

Keywords: Agricultural economics. Family agriculture. Local development.

Résumé: Cette recherche analyse l'entrée de produits dérivés de la canne à sucre à l'aide d'une étude exploratoire dans le contexte local de développement de la ville de Capanema dans l'état du Paraná. Cette activité est vue comme une option pour la production agricole familiale et comme une alternative de revenu aux unités d'agriculture et d'industrie, sans compter qu'elle fournit une opportunité de diversification de production. Les résultats prouvent que la production de sucre brun et toute autre canne à sucre et des produits dérivés, aussi bien que les autres produits traditionnels d'agriculture familiale ont contribué à augmenter le revenu et améliorer la qualité de vie des producteurs. Par conséquent, elle a stimulé le développement local, incitant les personnes à demeurer dans la campagne.

Mots-clés: Économie agricole. Agriculture de famille. Développement local.

Resumen: Esta investigación analiza, a través de un estudio exploratorio, la producción de azúcar marrón en el contexto de desarrollo local de la ciudad de Capanema en el Estado de Paraná en Brasil. Esta actividad se muestra como una opción para la producción en el contexto de la agricultura familiar, ya que plantea una alternativa de ingresos para las unidades familiares, además de proporcionar una diversificación de la producción agrícola. Los resultados de la investigación muestran que la producción de azúcar marrón y todos los demás derivados de la caña de azúcar, así como los productos de la agricultura tradicional, han contribuido a aumentar los ingresos y los productores de mejorar las condiciones de vida de los pequeños agricultores de la ciudad de Capanema. Como consecuencia de ello, se ha estimulado el desarrollo local, una vez que ha alentado a la gente a permanecer en el campo.

Palabras clave: Economía agrícola. Agricultura familiar. Desarrollo local.

* Administradora. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo-PR). E-mail: mzcastro@hotmail.com

** Doutor em Desenvolvimento Regional (Ph.D.) pela Université du Québec (UQAC). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Toledo. Pesquisador do CNPq e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC). E-mail: jandir@unioeste.br

*** Doutor em Economia Aplicada (ESALQ/USP). Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE/Toledo. Pesquisador do CNPq e do Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (GEPEC) da UNIOESTE/Toledo. E-mail: pfashiki@unioeste.br

Introdução

Em meados do século XX teve início o programa chamado “Revolução Verde”, resultando em grande impacto social, na medida em que ajudou a diminuir a fome no mundo. Entretanto, a sustentabilidade do programa foi questionada por fazer elevado uso de fertilizantes e agrotóxicos, desencadeando danos ao meio ambiente. Desde então, o segmento rural – no que tange a sua estrutura produtiva – tem buscado alternativas de produção que contemplem, ao mesmo tempo, os âmbitos ecológicos e econômicos (CUNHA e LEMOS, 1997).

A partir dos anos 1990, a agricultura familiar, como forma de diversificação da produção, vem se desenvolvendo em todos os pontos do mundo e tem como característica a predominância da mão-de-obra e gerenciamento por membros da família. Ao contrário da agricultura convencional, a agricultura familiar busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável. De acordo com Schneider (2003, p.117), em relação ao debate sobre a agricultura familiar, as formas familiares de organização do trabalho e da produção não estão mais restritas somente ao setor agrícola e ao espaço rural, existem outras atividades – daí a questão do debate em torno da pluriatividade – na qual se pode observar uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais.

No município de Capanema – Paraná, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar orgânica, assim como a produção, transformação e a comercialização de açúcar mascavo e outros derivados da cana-de-açúcar, começou a se definir com a implantação das agroindústrias de agricultores familiares como estratégia para o desenvolvimento rural local.

Por isso, este trabalho tem o propósito de analisar, por meio de um estudo exploratório, o aporte dos produtos derivados da cana-de-açúcar no contexto do desenvolvimento local no município de Capanema – Paraná, com o intuito de contribuir para a discussão do desenvolvimento rural local e, ao mesmo tempo, divulgar experiências passíveis de serem adotadas em outros espaços.

O foco da análise é a produção de açúcar mascavo, que, segundo Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais – DESER (2005), tem na cana-de-açúcar a sua base de produção, sendo grande parte desse produto proveniente da agricultura familiar. Portanto, buscou-se responder à seguinte questão: a produção do açúcar mascavo e os demais produtos derivados da cana-de-açúcar contribuem com o desenvolvimento local do município e mantêm a família no campo?

Como esse estudo é exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e documental sobre agricultura familiar, desenvolvimento local e agroindústria familiar. Segundo Gil (1999), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas ou hipóteses. Os dados secundários foram coletados em órgãos governamentais e não-governamentais, como da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Capanema, Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar (COOPAFI) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), entre outros.

Os dados primários foram obtidos por meio da pesquisa de campo e envolveu visitas em quatro das dez agroindústrias familiares localizadas em Capanema, que tem como alternativa de renda a produção de açúcar mascavo, entre outros produtos derivados da cana-de-açúcar, mais uma agroindústria que produz bolacha e rapadura, e também com entrevistas feitas aos agricultores responsáveis pelas unidades pesquisadas, com um roteiro previamente elaborado e abordando os aspectos necessários para atender ao objetivo do estudo.

Além desta introdução, este estudo constitui-se de uma breve caracterização do território estudado, algumas considerações sobre agricultura familiar, desenvolvimento local, agroindústrias familiares, produção de açúcar mascavo e principais agentes dinamizadores do processo do desenvolvimento local (seção 2). Os resultados e discussões (seção 3) e as conclusões do estudo (seção 4) completam este trabalho.

1 Caracterização do território do estudo

Segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2004), a Região Sudoeste do Paraná, com uma área de 11.687 km², possui 37 municípios e do total das propriedades, 87% são familiares e destas, 94% possuem áreas inferiores a 50 ha. As condições de uso do solo, do processo migratório e outros fatores de ordem social e econômica fazem com que predominam no Sudoeste do Paraná micro e pequenas propriedades rurais, proporcionando a diversificação de culturas e, por iniciativa do setor público, órgãos/entidades de assistência técnica e empresas do setor privado, deu-se ênfase na agricultura familiar, o que tem contribuído para manter o homem no campo com certa qualidade de vida (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE, 2004).

O território estudado - Capanema - corresponde à mesorregião geográfica Sudoeste Paranaense, microrregião geográfica Capanema, localizada na Região Sul do Brasil. De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007), o município de Capanema conta com uma população de 18.103 habitantes e está situado na divisa com a Argentina e o Parque Nacional do Iguaçu, conforme figura 1.



Figura 1 - Localização do Município de Capanema - PR
Fonte: IPARDES (2008)

Segundo a Prefeitura Municipal de Capanema (2007), como a economia do município é essencialmente agrícola e a cana-de-açúcar se destaca como uma das principais atividades agrícolas do município, há um esforço local para oferecer novas alternativas de produção para manter o homem na terra, já que tem como característica

a ocupação do espaço pela agricultura familiar e, conseqüentemente, seus produtos apresentam característica de produtos orgânicos oriundos dessa atividade econômica, em especial, a produção de açúcar mascavo.

1.1 Agricultura familiar

Segundo Lamarche (1993), a família, o trabalho e a propriedade são os elementos centrais da agricultura familiar. Essas são algumas das características das unidades de produção agrícola que utilizam principalmente a mão-de-obra familiar. Além disso, de acordo com Veiga (1996), as vantagens da agricultura familiar vão além da diversificação da produção, pois apresenta um perfil essencialmente distributivo e sustentável, bem como o fortalecimento dos agricultores.

Para Abramovay (2000), um projeto de desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar deve observar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção, visto que a maior parte da produção agrícola mundial tem origem nos estabelecimentos familiares. Isso mostra a importância da formação de identidades e da diferenciação das regiões ao pensar em desenvolvimento local, enfatizando as preocupações com os aspectos sociais.

Deve-se ressaltar, ainda, que o potencial do desenvolvimento sustentável é medido pela sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas de maneira a integrar os aspectos sociais, ambientais e econômicos. Nesse sentido, é extremamente importante que haja um equilíbrio entre esses pontos em relação à agricultura familiar de produção orgânica, visando ao aspecto econômico garantir renda ao produtor rural. Do ponto de vista social, por ser um sistema pouco mecanizado, demanda maior número de mão-de-obra e promove a inclusão social. Além disso, com as acirradas discussões sobre meio ambiente, na produção orgânica, os impactos são limitados (FERRERA DE LIMA, 2002).

A organização e a participação dos agricultores familiares no processo de desenvolvimento local, buscando distribuição de renda e equidade social e ao mesmo tempo promovendo uma relação mais equilibrada

com a natureza, corroboram as palavras de Santos e Silveira (2005, p. 118), de que “inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra”.

1.2 Desenvolvimento local: elementos teóricos

Segundo o Institut de Formation em Développement Communautaire - IFDEC (1992), o desenvolvimento local pode ser definido como uma estratégia de intervenção socioeconômica por meio da qual se incentiva o empreendedorismo dos representantes locais do setor privado, público ou social, a valorizar os recursos humanos, técnicos e financeiros de uma sociedade, com o objetivo principal de crescimento da economia local.

A abordagem do desenvolvimento local ganhou destaque nas últimas décadas frente aos desafios impostos pela nova dinâmica econômica, ou seja, reestruturação produtiva, em que propostas administradas pelos governos locais e regionais procuram assegurar o desenvolvimento econômico de cidades e regiões. As experiências de desenvolvimento local indicam que o caminho a seguir passa pela formulação e aplicação de uma estratégia de desenvolvimento, operacionalizada com base em ações que busquem realizar os objetivos de produtividade e competitividade, para estimular o desenvolvimento local (BARQUERO, 2001).

Martins (2002) complementa que a característica do desenvolvimento local é a maneira de atribuir e garantir à comunidade a função de agente em prol do desenvolvimento ao invés de simplesmente beneficiária.

Enfim, pode-se entender o desenvolvimento local como uma resposta, num contexto de globalização e reestruturação produtiva, às vicissitudes de desenvolvimento. O termo Local alcançou uma importância fundamental no contexto econômico, graças às oportunidades decorrentes desse novo ambiente produtivo. A qualidade de vida também é essencial no desenvolvimento local como representação da sustentabilidade de uma economia local (MARTINELLI e JOYAL, 2004; SHIKIDA *et al.*, 2008).

1.3 As agroindústrias familiares e o desenvolvimento local

Mior (2005) define a agroindústria familiar rural como uma forma de organização e transformação da produção familiar, com vistas a agregar valor ao produto na hora da comercialização e, de acordo com Prezotto (2000), a agroindústria familiar é uma ferramenta capaz de impulsionar o desenvolvimento local sustentável por meio da geração direta e indireta de novos postos de trabalho e renda para os agricultores familiares, melhorando sua qualidade de vida.

Além disso, as agroindústrias familiares têm desempenhado importante papel no desenvolvimento do país e com grande importância sócio-econômica, principalmente na geração de empregos no campo, distribuindo melhor a renda e melhorando a qualidade de vida dos agricultores, diminuindo assim, a migração campo-cidade. Comumente, as tecnologias empregadas são as tradicionais ou artesanais e seus produtos são ligados à cultura local (LOUREZANI e SILVA, 2000).

A partir da década de 1990, desencadearam-se na Região Sudoeste Paranaense iniciativas voltadas à constituição de agroindústrias familiares rurais como diversificação da economia agrícola e promoção do desenvolvimento local. O município de Capanema, além de desenvolver a agricultura familiar e a produção de alimentos orgânicos, incentivando o associativismo e a formação de agroindústrias, conta com o apoio do Parque Nacional do Iguaçu, pois vem ao encontro das atividades indicadas para a área de entorno de uma unidade de conservação por ser menos agressiva ao meio ambiente (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA, 2008).

Nesse contexto, as agroindústrias em Capanema foram projetadas e construídas com o objetivo de facilitar o trabalho de transformação, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do produto final, iniciativa que visa transformar o município em pólo de produção de açúcar mascavo e outros produtos derivados da cana-de-açúcar.

1.4 Produção de açúcar mascavo e agentes dinamizadores do processo de desenvolvimento local em Capanema - Paraná

Entre 1970 e 1990, a produção de cana e a fabricação de açúcar mascavo foram deixadas de lado pelos agricultores familiares, mas, em 1995, no Sudoeste do Paraná, a Coordenação Regional de Associações iniciou o processo de comercialização de açúcar mascavo e assim esse produto se tornou uma importante atividade econômica para um número cada vez maior de famílias e associações dessa região (COORDENAÇÃO REGIONAL DE ASSOCIAÇÕES - CRAPA, 1999).

Ainda hoje os incentivos à produção de derivados da cana-de-açúcar se justificam pela tradição que Capanema tem nesse segmento, fazendo com que essa atividade procure se desenvolver e se organizar. O município é grande exportador de produtos orgânicos, possui ainda algumas áreas voltadas para o turismo ecológico e vem despontando no cenário nacional como um município de destaque no Sudoeste Paranaense.

Nesse cenário, destaca-se a união de forças e recursos em novos arranjos com o objetivo de criar empregos e impulsionar o desenvolvimento local, como no caso das agroindústrias de açúcar mascavo.

Segundo Ferrera de Lima *et al.* (2005), as agroindústrias de açúcar mascavo se desenvolveram em Capanema e nos municípios da fronteira Sudoeste para diminuir problemas como desemprego e êxodo rural, além de impulsionar o desenvolvimento local.

Isso ocorre porque os produtores recebem assistência de diversas entidades governamentais e não-governamentais e essa parceria se tornou indispensável para proporcionar aos produtores maior competitividade na comercialização dos produtos.

Assim, o Governo do Estado participa dessa assistência aos agricultores, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - INSTITUTO EMATER (com 91 técnicos atuando em agricultura orgânica). Outros órgãos que atuam na agricultura orgânica no Sudoeste do Estado são a Associação de

Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR; Centro de Tecnologias Alternativas- CETAP; Centro Paranaense de Apoio ao Pequeno Agricultor-CAPA; Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar-COOPAFI; Coordenação Regional de Associação de Pequenos Agricultores-CRAPA; Organizações não Governamentais-ONGs; Universidades; Prefeituras Municipais; Associações de Produtores Orgânicos; Associações de Consumidores e Empresas de Processamento e Comercialização (EMATER, 2008). As Organizações e Associações citadas são algumas das que fornecem assistência técnica e apoio ao projeto orgânico de grãos e açúcar mascavo do Sudoeste, fomentando o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento local sustentável e a promoção da cidadania e da qualidade de vida dos produtores rurais.

Essas ações fazem parte do processo de diversificação da pequena propriedade e agregação de valor de produto primário, beneficiando as agroindústrias rurais de Capanema na produção e comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar.

Sobre a produção de açúcar mascavo e agentes dinamizadores do processo de desenvolvimento local em Capanema, vale destacar também o estudo feito por Perondi e Kiyota (2002, p.366), que apontou para a importância, neste município, da Feira do Melado. Ademais, "existem várias agroindústrias de açúcar mascavo, que concorrem no preço, por isto estas famílias buscam um novo espaço no mercado com as bolachas; tal segmento de mercado foi conquistado pela rápida percepção e reorientação da produção, reorganizando o trabalho dos homens e mulheres".

2 Resultados e discussões

Nas agroindústrias pesquisadas, a média de residentes na propriedade é de quatro pessoas, porém a média de trabalhadores familiares nas agroindústrias é de duas pessoas. Normalmente os filhos exercem atividades não-agrícolas fora da unidade de produção familiar.

Em Capanema estão instaladas doze agroindústrias familiares e dez delas produzem açúcar mascavo e demais produtos de-

rivados da cana-de-açúcar, entre outros produtos tradicionais da agricultura familiar. Duas agroindústrias produzem outros derivados da cana, porém, já em vias de iniciar a produção de açúcar mascavo. A tabela 1

mostra a produção de açúcar mascavo e produtos derivados da cana-de-açúcar em Capanema na safra 2007 e as respectivas agroindústrias.

Tabela 1 – Agroindústrias e produção de açúcar mascavo e produtos derivados da cana-de-açúcar em Capanema, PR – 2007

Agroindústria	Açúcar Mascavo kg	Melado kg	Bolacha de Melado kg	Rapadura kg	Cachaça litros
Pingo de Mel	43.000	3.000			15.000
Pé de Cana	10.000	3.000			
Nova Sul	5.000	3.000			
Terra Boa			2.000	3.000	
Piamolim	4.500	6.000	1.200	2.640	
Manguaba	6.000	6.000	4.320	2.775	
Pavão	10.000				
Loli			3.800		
Nascer do Sol	8.000				
APALGE	11.000				
Pinheiro(01)	20.000	30.000	2.000	900	
Pinheiro(02)	30.000	20.000	1.000		
Total	147.500	71.000	14.320	9.315	15.000

Fonte: Dados da pesquisa (2008)

De acordo com a tabela 1, em 2007, as agroindústrias localizadas em Capanema totalizaram uma produção de 147.500 kg de açúcar mascavo, 71.000 kg de melado, 14.320 kg de bolachas de melado, 9.315 kg de rapadura e 15.000 litros de cachaça. Na totalidade, essas agroindústrias são predominantemente familiares, administradas pela família e associadas à cooperativa. Todos são pequenos produtores e o plantio é feito manualmente.

Uma das unidades agroindustriais familiares pesquisadas – **Agroindústria PIAMOLIN**, possui uma área de 6,05 ha, é administrada pelo proprietário da terra e quatro pessoas da família estão envolvidas nas atividades de produção dos produtos derivados de cana-de-açúcar. Segundo o Sr. Ivo Piamolin, a agroindústria foi instalada em 2000 e, antes disso, as atividades desenvolvidas estavam relacionadas com a produção de leite, fumo, soja e milho. Atualmente, o açúcar mascavo é seu principal produto, seguido dos outros derivados da cana. Para essa família, após a implantação da agroindústria, os resultados foram positivos, pois construíram uma casa melhor, compraram um carro e conseguiram terminar de pagar o empréstimo feito para a construção

do Galpão de fumo, além de ter de volta um dos filhos que trabalhava na cidade. Segundo o Sr. Ivo, os produtos são vendidos no mercado orgânico do município, a família participa da tradicional Feira do Melado que acontece a cada dois anos no município, vende nas cidades vizinhas e para os turistas que visitam a agroindústria por meio do convênio entre as agroindústrias e Prefeitura Municipal, o que ajudou bastante na comercialização dos produtos. Outro fato que tem contribuído com essa prática é o uso do selo Natural do Campo, que identifica os produtos da agricultura familiar elaborados no município. Os produtos mais vendidos são as bolachas e o melado, ele ressaltou ainda que a EMATER e a Prefeitura atuam na orientação e organização da produção. Mesmo assim, segundo o agricultor, a forma de comercialização ainda não atingiu níveis satisfatórios. A renda obtida com o açúcar mascavo fica acima de R\$ 1.000,00/mensais.

Agroindústria TERRA BOA – De propriedade do Sr. Dalmir Trento, com 7,26 ha de terra, iniciou as atividades em 2000, com recursos próprios e apoio da EMATER. Administrada pelo proprietário, emprega quatro pessoas da família, mais dois trabalhadores temporários. Sua produção está volta-

da principalmente para bolachas e rapaduras e está com projeto para iniciar a produção de açúcar mascavo. Com a renda da agroindústria, construiu casa, espaço para comercializar os produtos na propriedade (onde trabalha uma das filhas) e também comprou um carro. Essa agroindústria também faz parte do turismo rural e ele entrega produtos no mercado orgânico do município e participa da Feira do Melado. A renda dessa família está situada entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500 mensais.

Agroindústria PÉ DE CANA - Essa agroindústria produz açúcar mascavo e melado e possui uma área de 6,05 ha. Suas atividades se iniciaram em 2002, com duas famílias associadas. No entanto, devido a divergências de idéias, hoje a agroindústria é administrada por uma só família, na qual trabalham o casal de agricultores. Um dos filhos, por opção, trabalha na cidade durante meio período e no outro ajuda a família. Antes de começar a produção de cana-de-açúcar e a agroindustrialização, o proprietário dessa agroindústria trabalhava na cidade. Nesse caso, a agroindústria possibilitou trazê-lo de volta para o meio rural, o que não aconteceu com os outros dois membros da família que preferem trabalhar na cidade. Segundo o Sr. Davi Agnes, a bolacha é o produto mais vendido, ainda assim para a família a produção de açúcar mascavo é economicamente viável, pois gera uma renda média de R\$ 1.000,00/mês e estar associado à cooperativa tem apresentado vantagens somente na hora da comercialização, mas já existe uma possibilidade de futuramente produzir também para exportação.

Agroindústria MANGUABA - Segundo a Sra. Erani Morgenstern - uma das associadas - a agroindústria iniciou as atividades em 1998, com sete famílias integradas, sendo que a proposta inicial e que segue até hoje foi de que só os casais trabalhariam na agroindústria, os filhos e demais membros da família deveriam desenvolver atividades alternativas, ou seja, trabalhar em outras atividades agrícolas ou não-agrícolas. Assim, iniciaram a produção de açúcar mascavo e melado e depois a produção de bolachas, sendo esse produto o carro-chefe da agroindústria. Para esses associados, a produção de derivados da cana-de-açúcar

contribuiu sim para mantê-los no campo e se não fosse pela agroindústria todos já teriam migrado para a cidade. Antes dessas atividades, as famílias plantavam fumo e criavam gado de leite. Essa agroindústria trabalha em regime de empresa, a diretoria muda a cada ano e cada família produz cana, trabalhando e dividindo os lucros em igual medida. Se alguém falta ou chega atrasado ao trabalho é descontado no final do mês da sua parte a receber. Nessa agroindústria, as mulheres cuidam da produção de bolachas e contam com uma cozinha totalmente industrial adquirida com resultados financeiros da própria agroindústria, e os homens cuidam da produção de açúcar mascavo. A renda das famílias gira em torno de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00 mensais. Hoje, a agroindústria conta com apenas três famílias associadas, pois motivos diferentes levaram as famílias a desistirem da agroindústria. Quanto aos produtos, estes são comercializados no mercado local, inclusive para merenda escolar. Essa agroindústria é associada à COOPAFI - Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada e contam com apoio da EMATER e Prefeitura Municipal, além de fazer parte do roteiro de turismo vendendo seus produtos na própria unidade produtiva.

Agroindústria PINGO DE MEL - Em 1999, a família Hass e mais sete famílias instigadas com a possibilidade de organizar uma agroindústria começaram a produzir açúcar mascavo e demais produtos derivados da cana-de-açúcar. Porém, atualmente, só a família proprietária da terra onde está inserida a agroindústria continua na unidade agroindustrial, pois as demais famílias desistiram por não se adaptarem e também pela dificuldade de conciliar os cuidados com as outras culturas. A renda, inicialmente, só era suficiente para pagar o financiamento, o que levou as famílias a abandonarem o projeto. Os principais problemas enfrentados pelas famílias no início das atividades, além da renda, foram a convivência entre os membros e divergências no gerenciamento da agroindústria. As famílias que desistiram dessa agroindústria continuam no campo cuidando das suas propriedades e das atividades agrícolas.

A família que continuou com a agroindústria é composta por quatro pessoas que

anteriormente plantavam soja, feijão e milho. Depois da agroindústria, cultivam apenas cana-de-açúcar e o principal produto comercializado é o açúcar mascavo. Há quatro anos iniciaram a produção de cachaça e a perspectiva é de gradualmente focar somente nesse produto, pois a cooperativa de cachaça do Sudoeste iniciou negociação para exportar. Essa família enfatiza que suas condições econômicas mudaram para melhor depois da agroindústria, mesmo que o trabalho tenha aumentado. Das cinco agroindústrias visitadas, essa é a única que contrata em média de dois a três trabalhadores temporários na época de cortar a cana-de-açúcar. A área da propriedade é de 4,84 ha e tem parceiros que fornecem cana-de-açúcar para a agroindustrialização dos produtos derivados da cana. A produção de açúcar mascavo é a maior geradora de renda da família, que fica entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00.

A comercialização da produção dessa agroindústria é feita pelo proprietário na região Sudoeste e no Estado de Santa Catarina, além disso, também é vendida para a cooperativa e ainda para o programa Fome Zero.

No geral, verificou-se que a produção de bolachas é feita normalmente pelas mulheres das famílias, em locais distintos da produção de açúcar mascavo e melado, trabalho feito pelos homens, por exigir mais força braçal, pois segue as seguintes etapas: colheita da cana de açúcar, moagem, fervura, batedor, peneira e embalagem. Ressalte-se que a produção de bolachas – que é responsável por boa parte da renda das famílias – não é produzida em sua totalidade com açúcar mascavo, e sim de maneira tradicional.

Conclusão

A diversificação da agricultura familiar para um desenvolvimento local sustentável aponta para a importância das agroindústrias no sentido de agregar valor aos produtos, gerar trabalho e renda para os produtores, além de viabilizar a comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar, a exemplo da Feira do Melado, que já é evento tradicional em Capanema (Paraná).

O município já se tornou tradicional na produção de açúcar mascavo e os agentes que atuam nas estratégias, na valorização e

na comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar se empenham em dar suporte para que os agricultores familiares transformem os produtos artesanais em agroindustriais, mantendo o estilo e a receita tradicionais, para então, expor os produtos em nível local, regional e até mesmo exportar derivados de cana-de-açúcar, com destaque para o açúcar mascavo, que é um dos principais produtos elaborados nas agroindústrias familiares do município.

Um aspecto verificado no decorrer da pesquisa e que tem influenciado na promoção do desenvolvimento local em Capanema é o turismo rural. Essa nova tendência turística que os atores sociais do território estudado buscam desenvolver destaca ainda mais a atividade econômica natural do local. O turismo rural, abrangendo as unidades produtivas da agricultura familiar, assume considerável papel na divulgação dos produtos locais.

Nota-se que as agroindústrias familiares que estão mais próximas da cidade são mais independentes e se beneficiam mais das alternativas de comercialização. Quanto às associações, de acordo com os agricultores pesquisados, elas são eficientes na organização da produção, mas em relação à comercialização, ainda não se mostram totalmente satisfatórias.

Outra particularidade se refere ao fato de que nas agroindústrias normalmente são os casais que trabalham, o que já é pré-determinado no início das atividades e, dessa forma, os filhos vão trabalhar na cidade, mesmo que alguns continuem residindo na área rural. Em relação ao sistema de trabalho, quando há participação de mais de uma família nas unidades agroindustriais, cada família deve contribuir com o mesmo número de pessoas para trabalhar, assim como o fornecimento da cana-de-açúcar. Isso tem feito com que o espírito de cooperação e associativismo venha, ao longo do tempo, diminuindo, pelo fato de que em determinadas situações existem divergências administrativas.

Nas agroindústrias visitadas é unânime entre os agricultores que a produção de açúcar mascavo e outros produtos derivados da cana-de-açúcar contribuem para a melhoria das condições de vida das suas famílias,

embora não vivam somente com a renda da produção de açúcar mascavo. A maioria tem outras atividades produtivas para complementar a renda, como a criação de algumas cabeças de gado leiteiro. Ainda assim, a renda dos agricultores familiares pesquisados situa-se dentro da renda média anual das unidades familiares, que segundo EMATER (2006), é de R\$ 10.000,00 embora algumas tenham renda acima desse valor. Os dados mostram que para os agricultores familiares das unidades pesquisadas o açúcar mascavo - como único e exclusivo produto dessa atividade - não é economicamente viável, e sim a produção dos derivados da cana-de-açúcar de maneira geral.

Apesar da desistência de algumas famílias que buscaram aposentadoria e migraram da área rural para a cidade seguindo seus filhos ou decidiram exercer outras atividades agrícolas, os agricultores pesquisados enfatizam que após a implantação da agroindústria e com a produção de açúcar mascavo e demais produtos derivados da cana-de-açúcar, conseguiram melhorar suas casas, comprar carros, investir na infraestrutura e aumentar a capacidade produtiva.

Nesse sentido, pode-se dizer que a cana-de-açúcar tem contribuído como alternativa de produção, assim como o açúcar mascavo, porém, não é esse produto o principal elemento que tem mantido o homem no campo e que desencadeia desenvolvimento local, mas está entre os que contribuem com a renda com os demais produtos derivados da cana.

Enfim, essas atividades de produção relacionadas com a cana-de-açúcar gradativamente vêm dando condições para que essas famílias continuem na área rural. No entanto, ainda há muito a fazer principalmente em relação à comercialização, para que realmente se possa dizer que a produção de açúcar mascavo e demais produtos derivados da cana-de-açúcar contribuem efetivamente para o desenvolvimento local e a permanência do homem no campo.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo: FIPE, v. 4, n. 2, p. 379-397, jan./jun. 2000.

BARQUERO, A. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001. 280 p.

CRAPA - Coordenação Regional de Associações. *Cambota*, ano 27, n. 244, mar. 1999. Disponível em: <<http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/ART000221.htm>>. Acesso em: 3 maio 2008.

CUNHA, A.R.A. de A.; LEMOS, M.B. Segurança alimentar sob o prisma das políticas urbanas de abastecimento. *Texto para discussão*, CEDEPLAR/FACE/UFMG, n. 113, 26p, 1997.

DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. A conjuntura da produção de cana-de-açúcar no Brasil e a dinâmica das exportações de açúcar no mercado mundial. 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/estudo_cana-de-acucar.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2008.

EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Processo agricultura orgânica*. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/emater.php?emater=2&mid=87>>. Acesso em: 18 maio 2008.

_____. *A agricultura do Paraná*. 2006. Disponível em: <<http://www.senge-pr.org.br/eventos/vinho/UVA%20RUSTICA%20-%20SINTESE%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

FERRERA DE LIMA, J. Les limites et le potentiel du développement durable. *Revista Interfaces*, Brasil/Canadá, v. 1, n. 2, p.187-196, 2002.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L.R.; KARPINSKI, C.; PIACENTIL, C.A.; PIFFER, M. A região de Salto Caxias no sudoeste paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 108, p. 87-111, 2005.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 15 maio 2008.

IFDEC - Institut de Formation em Développement Communautaire. *Le développement économique communautaire et les CDEC montréalaises*. Colloque d'orientation, Montréal, 1992.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras regionais: mesorregiões geográficas do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. *O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências*. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webis/docsmercado_organicos_2007.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2008.

_____. *Caderno estatístico do Município de Capanema*. 2008. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85760>>. Acesso em: 20 jul.

2008.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1: Uma realidade multiforme.

LOUREZANI, A.E.B.S.; SILVA, A.L. *Um estudo de competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças*. GEPAI - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, UFScar, 2004.

MARTINELLI, D.P.; JOYAL, A. *Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas*. Barueri, SP: Manole, 2004. 314 p.

MARTINS, S.R. O. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2002.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. *Município de Capanema*. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/parna_iguacu/index.php?id_menu=111>. Acesso em: 10 maio 2008.

MIOR, L.C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. *Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná*. PlanTeQ/PR 2004-2007. Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.sine.pr.gov.br/setpcqpplanteq_1_2.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2008.

PERONDI, M.A.; KIYOTA, N. *Gestão na agroindústria familiar de pequeno porte de cana-de-açúcar*. In: MORAES, M.A.F.D.; SHIKIDA, P.F.A. (Orgs.). *Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios*. São Paulo: Atlas, 2002. p. 354-367.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. *Diagnóstico Local do Município de Capanema*. 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Capanema-PR.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2008.

PREZOTTO, L.L. *A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional*. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROINDÚSTRIA, 2000. *Anais...* Lajeado/RS, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHNEIDER, S. *Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SHIKIDA, P.F.A.; SOUZA, E.C.de; DAHMER, V.de S.; *Agroindústria canavieira e desenvolvimento local: o caso da Usina Usaciga no município de Cidade Gaúcha-PR*. *Revista de Economia e Agronegócio*, Viçosa (MG), v. 6, n. 1, p. 133-155, jan./abr. 2008.

VEIGA, J.E. *Agricultura familiar e sustentabilidade*. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, EMBRAPA, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.

O baru (*Dipteryx alata* Vog.) como alternativa de sustentabilidade em área de fragmento florestal do Cerrado, no Mato Grosso do Sul

The baru (*Dipteryx alata* Vog.) as alternative for sustainability in the area of Cerrado forest fragment in the Mato Grosso South

Le baru (Dipteryx alata Vog.) comme alternative pour la durabilité dans le domaine du fragment Cerrado, du Mato Grosso do Sul

El baru (Dipteryx alata Vog.) como alternativa para la sostenibilidad en el ámbito Cerrado del fragmento en el Mato Grosso do Sul

Andréa Haruko Arakaki*
Gessiel Newton Scheidt**
Augustus Caesar Portella**
Eduardo José de Arruda***
Reginaldo Brito da Costa****

Recebido em 12/10/2008; revisado e aprovado em 11/11/2008; aceito em 16/12/2009.

Resumo: O presente trabalho refere-se à experiência do Assentamento Andalúcia no sentido de valorizar a importância do manejo dos recursos naturais associado aos seus próprios anseios, com a utilização, especialmente do baru em um contexto de sustentabilidade, mantendo a biodiversidade local. Nesse contexto, aborda-se a coleta e utilização de frutos nativos em áreas de ocorrência natural constituindo alternativas econômicas para as populações locais.

Palavras-chave: Baru. Extrativismo vegetal. Fragmentação florestal.

Abstract: This work is based on the action of communities, with the example Seating Andalúcia in valuing the importance of natural resource management linked to their own desires, seeking to nature conservation and maintenance of biodiversity. Thus, enhance the collection of native fruit in areas of natural occurrence and provide technical assistance is qualified some of the economic alternatives for local people can create.

Keywords: Baru. Harvesting. Forest fragmentation.

Résumé: Ce travail est basé sur l'action des communautés, avec l'exemple de l'Andalúcia dans le règlement de gestion mettant en évidence l'importance des ressources naturelles liées à leurs propres désirs, et tendant à la conservation de la nature et la biodiversité. C'est ainsi, renforcer la collecte de fruits dans les zones de catastrophe naturelle et de fournir l'assistance technique est qualifié certaines des alternatives économiques pour les populations locales.

Mots-clés: Baru. Extrativismo vegetal. La fragmentation des forêts.

Resumen: Este trabajo se basa en la acción de las comunidades, con el ejemplo de Andalúcia en la solución de gestión destacando la importancia de los recursos naturales vinculados a sus propios deseos, a la búsqueda de la conservación de la naturaleza y la biodiversidad. Por lo tanto, mejorar la recolección de frutas nativas en las zonas de ocurrencia natural y prestar asistencia técnica está calificado algunas de las alternativas económicas para la población local.

Palabras clave: Baru. Extrativismo vegetal. La fragmentación de los bosques.

Introdução

Os Cerrados são reconhecidos devido às suas diversas formações ecossistêmicas. Sob o ponto de vista fisionômico, tem: o

Cerradão, o Cerrado típico, o campo Cerrado, o campo sujo de Cerrado e o campo limpo, que apresentam altura e biomassa vegetal em ordem decrescente (IBAMA, 2008). O Cerrado típico é constituído por árvores

* Curso de Pós-graduação em Processos Biotecnológicos da Universidade Federal do Paraná, Centro Politécnico - 2º andar do Prédio de Administração. Rua: Cel. Francisco H. dos Santos, 100 - 81531-990 - Curitiba-PR - Brasil. Telefone: (41) 3361-3271. Autor para correspondência. E-mail: andkaki@yahoo.com.br

** Curso de Pós-graduação em Processos Biotecnológicos da Universidade Federal do Paraná, Centro Politécnico.

*** Universidade Federal da Grande Dourados - Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia/FACET, Rodovia Dourados - Itanhum, km 12, CEP 79804-970 - Dourados-MS

Tel./Fax: (67) 3411-3894. E-mail: ejarruda@gmail.com

**** Programa de Mestrado em Ciências Florestais e Ambiental, Faculdade de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Mato Grosso. Av. Fernando Corrêa, s/n - 78060-900 Cuiabá-MT, Brasil. E-mail: reg.brito.costa@gmail.com

relativamente baixas (até vinte metros), esparsas, disseminadas em meio a arbustos, subarbustos e uma vegetação baixa constituída, em geral, por gramíneas.

Assim, o Cerrado contém, basicamente, duas interligações: um superior, formado por árvores e arbustos dotados de raízes profundas que lhes permitem atingir o lençol freático, situado entre 15 a 20 metros; e um inferior, composto por um tapete de gramíneas de aspecto rasteiro, com raízes pouco profundas, no qual a intensidade luminosa que as atinge é alta, em relação ao espaçamento. Na época seca este tapete rasteiro parece palha, favorecendo, sobremaneira, a propagação de incêndios (IBAMA, 2008).

O Ministério do Meio Ambiente (2002) descreve que, no domínio morfo-climático do Cerrado, um amplo número de espécies vegetais está-se perdendo antes mesmo de ser conhecido pela humanidade. Tendo em vista que os habitats fragmentados corresponderão a fontes residuais de recursos naturais do futuro, tornam-se indispensáveis ações de manejo do ambiente para se evitar a erosão de sua diversidade biológica e, com ela, a perda de seu pleno aproveitamento por gerações futuras.

É consenso, entre grande parte dos pesquisadores, que o manejo dos recursos naturais deve considerar a paisagem como um todo (HOBBS e HUMPHRIES, 1995). A gestão de áreas naturais específicas, como as unidades de conservação, apenas, não é suficiente. É necessária uma política de gestão ambiental capaz de promover a permanência de áreas mais amplas que exercem influência sobre tais unidades de conservação, uma vez que é influenciada pela matriz circundante, em que fragmentos menores e corredores de habitat são, também, importantes para a conservação da biodiversidade (FRANKLIN, 1993).

Sabe-se, porém que, atualmente, alguns dos fragmentos florestais de maior importância para a conservação da biodiversidade em Mato Grosso do Sul são protegidos por leis específicas de nível Estadual e Federal, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a criação de unidades de conservação (UC's) de uso direto e de uso sustentável. Estas UC's (Unidades de Conservação), no Brasil, são, na sua maior

parte, as zonas núcleo de biodiversidade (*hotspots*) que devem ser conectados por meio de corredores de biodiversidade (SNUC, 2008).

Mesmo nos últimos anos, a base principal econômica da região Centro-Oeste foi a pecuária extensiva e a agricultura, de maneira que imensas áreas com espécies nativas foram substituídas por pastagem e monoculturas agrícolas. Observa-se, também, que, ao longo dos anos, a substituição da vegetação nativa de Cerrado vem causando imenso desequilíbrio no bioma, restando apenas fragmentos de vegetação remanescentes no Estado.

Por fim, o presente trabalho fundamenta-se no papel da população local do Assentamento Andalúcia, ressaltando-se a importância do manejo dos recursos naturais associado aos anseios da comunidade em disponibilizar o material vegetal obtido de forma extrativista do baru, visando à conservação da natureza e a manutenção da biodiversidade.

1 O Cerrado e o Desenvolvimento Sustentável

O processo de assoreamento dos rios causado pelo impacto humano sobre esse ecossistema é uma das causas da diminuição das espécies com valores econômicos comprovados, industrial, alimentar ou terapêutico (POR, 1992). Dessa forma, a fragmentação de habitat é a ameaça mais séria à biodiversidade e sua consequência está relacionada à crise de extinção de diversas espécies arbóreas e arbustivas (WILCOX e MURPHY, 1985).

Segundo Araújo (2000, p. 10), o Cerrado é um tipo de vegetação de ampla distribuição geográfica, estendendo-se praticamente do trópico meridional, na fronteira com o Paraguai, até o Equador.

Autores como Cavalcanti (2002), Costa et al. (2002) e Rodrigues e Carvalho (2001) apontam a importância da "conservação do Cerrado" que é um domínio fitogeográfico essencial para a manutenção da biodiversidade mundial.

Rosado e Carvalho (2001) descrevem que a cada ano importantes florestas são cortadas visando à exploração comercial de

madeira e a liberação de novas áreas para uso na da agropecuária, abertura de rodovias, exploração mineral e na formação de lagos artificiais por barragens hidroelétricas.

Nesse contexto, as ações sobre o meio ambiente ocasionadas pela urbanização e expansão da fronteira agrícola deverão ser avaliadas cuidadosamente por estar em jogo a biodiversidade (COSTA et al., 2002, p. 25).

Assim, o setor agropecuário, acrescido a um acentuado extrativismo, concorre para o processo de extinção de espécies, sendo a conservação de fragmentos de grande importância para a manutenção da ampla biodiversidade de que é formada, e que não é completamente conhecida (DOBSON, 1995).

Até a década de 1950, os Cerrados mantiveram-se quase inalterados. A partir de 1960, com a interiorização da capital e a abertura de uma nova rede rodoviária, largos ecossistemas deram lugar à pecuária e à agricultura extensiva, como a soja, arroz e o trigo.

Tais mudanças apoiaram-se, sobretudo, na implantação de novas infra-estruturas viárias e energéticas, bem como na descoberta de novas vocações desses solos regionais, permitindo outras atividades agrárias rentáveis, em detrimento de uma biodiversidade, até então, pouco alterada (IBAMA, 2008).

Deve-se lembrar que grandes áreas de Cerrado estão em solos ácidos e com baixa fertilidade natural, apresentando valores relativamente baixos das somas de bases ao longo dos horizontes (RIZZINI e HERINGER, 1962; MELO, 1999).

Dadas essas características fitofisionômicas e de solos, tornou-se fácil a intervenção antrópica, por meio da expansão agrícola estimulada por políticas públicas de desenvolvimento e incentivo à produção manufaturada.

Por outro lado, a adoção de mecanismos de apoio, tais como incentivos fiscais, geração e transferência de conhecimento e de tecnologia, soluções de mercado envolvendo públicos consumidores e direitos de propriedade, associados às políticas que tornem a atividade de degradação vegetal menos atrativa aos agentes destrutivos, podem ser utilizados visando à manutenção da sustentabilidade (RICHARDS, 2000). Essas alternativas retratam a importância da que-

bra de paradigma sócio-cultural e podem permitir o desenvolvimento local, sem comprometer as gerações futuras.

Na Região Centro-Oeste, desde o século XIX, sociedades organizadas, a partir da exploração das riquezas minerais, acomodou, por longos anos, grandes fazendas de pecuária, organizadas internamente sob relações sociais típicas do latifúndio brasileiro.

Paralelamente, especialmente junto à faixa de fronteira, vem-se manifestando desde o início do século XX, um modelo tradicional de agricultura familiar, através dos vários assentamentos agrícolas incentivados pelo Estado nacional. Por outro lado, na faixa legalizada da fronteira nacional e na organização de várias comunidades, manifesta-se um traço de trans-culturalidade próprio de fronteira (LE BOURLEGAT, 2003).

As novas alterações de paisagem promoveram a necessidade do uso sustentável que surge no contexto, como o registro de um limite e o indício que reorienta o processo civilizatório da humanidade, certificando a função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de conservação de remanescentes existentes no Brasil Central.

Pott e Pott (2003) confirmam que grande população de notáveis recursos alimentares, como o baru e pequi, foram destruídos e continua sendo desperdiçada. Atualmente, com a necessidade de conservação e de reposição florestal, está havendo muita demanda de informação sobre plantas nativas.

O desenvolvimento é definido por Ávila et al. (2001) como um processo, e o alvo central é o ser humano responsável de suas conquistas e derrotas, podendo dinamizar, ou não, o meio ambiente onde ocorrem as diversas alterações. O desenvolvimento, assim, unindo-se ao local implica a constituição e educação da própria comunidade em relação à matéria de capacidades, habilidades, competências e ritmos do progresso cultural, respeitando as potencialidades presentes.

O desenvolvimento pauta-se unicamente na valorização do ser humano enquanto agente promotor do próprio processo evolutivo, tanto individual como coletivo. Ou seja, a visão economicista, construída inicialmente, estava cedendo lugar para a

prerrogativa de desenvolvimento no âmbito social (do ser humano como um todo), pois: [...] o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogeneia, sinergias, etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento (MARTINS, 2002, p. 52).

Partindo desse princípio, o desenvolvimento é uma ação que exige continuidade por ser uma operação lenta e gradual. Neste sentido, Ávila (2001) sugere o termo “agir-agenciando”, ou seja, toda a comunidade deve se envolver voluntariamente para que simultaneamente se torne propriamente agente do seu desenvolvimento e gerenciadora do seu destino, detectando suas aspirações, bem como os problemas a serem solucionados para que o desenvolvimento possa realmente ser articulado.

Os mecanismos endógenos de criação de competências e de transformação de conhecimentos genéricos em específicos, tanto nos agentes como nas redes produtivas, assim como nos distintos ambientes, são importantes em uma reavaliação no ponto de vista político e social (YOGUEL, 2000). De acordo com Santos (1996, p. 219): “Não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção”.

Por fim, de acordo com Paulista et al. (2008) evidencia-se que os padrões de comportamento dos grupos sociais, em sua interação com o meio ambiente, não são foco de grande parte das abordagens de desenvolvimento sustentável. É notória a carência de foco no ser humano, enquanto agente promotor de comportamentos sociais e de responsabilidade individual pelo meio ambiente. No entanto, ao incluir-se o indivíduo como unidade relevante para a sustentabilidade, a dimensão psicológica revela-se de importância básica para o desenvolvimento sustentável. Desconsiderá-la, ou não construir indicadores para medi-la, pode ser uma das relevantes causas das debilidades dos modelos propostos.

2 Baru: indicador de sustentabilidade

O baru é encontrado em toda a área contínua do domínio Cerrado brasileiro e, com mais frequência, nos Cerradões e Matas Secas. Sua distribuição é esparsa nos Estados de Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul, enquanto no Mato Grosso, concentra-se ao Sul e Leste do Estado (RATTER et al., 2000).

Sob esse enfoque, Pott e Pott (1994) afirmam que sua ocorrência é abundante em cordilheiras, capões e solos arenosos, além de uma distribuição fora de domínio Cerrado, também no Paraguai e Bolívia. Porém, ressalta que a espécie apresenta ocorrência como em Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Maranhão e São Paulo. Também se considera como árvore ornamental, apresentando larga copa, boa sombra e ramos de grande resistência aos ventos (CEMIG, 2001).

Conforme descrições de Sano et al. (1999), o fruto apresenta, em média, 12 m de altura por 8 m de diâmetro de copa. Cada árvore pode produzir de 1000 a 3000 frutos cujo diâmetro maior é de 5 a 7 cm e o diâmetro menor de 3 a 5 cm, com peso entre 26 a 40 g e encerra uma única semente de, aproximadamente, 1,17 g. A casca e a polpa apresentam cor amarronzada e a semente, de coloração creme a branca, é envolvida por uma película marrom escura. Segundo estimativas de Ribeiro et al. (2000), um plantio comercial de baru poderia produzir em torno de 850 kg de amêndoas e 19 toneladas de polpa por hectare.

Cabe ressaltar que o fruto baru apresenta uma polpa aromática e de agradável sabor semelhante ao do amendoim, pode ser consumida ao natural ou torrada e, também, sob a forma de pé-de-moleque e paçoquinha (ALMEIDA et al., 1998). É também avidamente consumida por mamíferos (por exemplo, o gado, o morcego) e aves (como o tucano), conforme relata Lorenzi (1998). A amêndoa é oleaginosa, com propriedades revigorantes e estimulantes ao suor; das sementes extrai-se o óleo de baru fino, sendo, ainda, potencialmente medicinal (CEMIG, 2001).

Dentre os vários atributos associados à vegetação do domínio Cerrado, os recursos hídricos e a elevada biodiversidade são destacadamente mais relevantes. Contudo, com o contínuo processo de desfloresta-

mento, esses atributos podem, em um futuro próximo, estar comprometidos (CAVALCANTE et al., 2000). Após perturbação antrópica, na maioria dos casos, corte e queima de floresta e uso agropastoril, observam-se o estabelecimento e a extinção de ervas, arbustos, árvores pioneiras de ciclo de vida curto e árvores pioneiras de ciclo de vida pouco mais longo, consecutivamente (TABARELLI e MONTOVANI, 1999).

A perturbação antrópica pode ser extinta, caso a comunidade local não encontre soluções para a utilização dos recursos naturais sem comprometer domínio Cerrado. Os sistemas agroflorestais (SAF's) podem, por exemplo, promover a integração de áreas rurais, considerando a participação dos atores locais. Os SAF's podem ocorrer com a combinação de bananeiras, café e uma espécie produtora de madeira (preferencialmente nativa), por exemplo, o baru, pode ser caracterizado como um consórcio agroflorestal, bem como silvipastoril com a inclusão de uma gramínea nativa ou exótica (COSTA, 2002).

Nesse sentido, nos assentamentos rurais, os fragmentos, embora deveriam manter a reserva legal, têm as espécies madeiráveis consistentemente exploradas. Esta é a situação da espécie em foco, em função da utilização na construção de portas, janelas, tacos para assoalho, forros, moirões, entre outros (LORENZI, 1998). O ideal seria a implantação de SAF's que conciliasse o uso de recursos florestais, não somente com o uso da madeira, com uma agricultura familiar que conservasse o solo mantendo a matéria orgânica, essencial para o desenvolvimento vegetal e animal, aumentando, assim, o lucro do proprietário (POTT e POTT, 2003).

As espécies que constam como pioneiras no Cerrado servem para reposição florestal e recuperação de áreas degradadas. Se uma determinada espécie for utilizada pela fauna, torna-se um fator adicional para incluí-la em projetos com esse propósito, porque as plantas zoocóricas atraem aves e mamíferos frugívoros que dispersam as sementes e trazem sementes de outras espécies, enriquecendo a diversidade local (POTT e POTT, 2003).

Portanto, percebe-se claramente através dos referências citados anteriormente

que, a importância ecológica, econômica e social do baru na manutenção dos fragmentos florestais remanescentes do Cerrado.

Nos trabalhos de Costa et al. (2002), Costa (2003) e Primack e Rodrigues (2001) elencaram-se as relações desenvolvimento sócio-econômico, a utilização racional e a proteção do meio ambiente. A instalação de Assentamentos no Brasil exemplifica a situação de abandono após a entrega das terras. São pessoas que, muitas vezes, necessitam de amparo do governo, pois advêm de vários Estados brasileiros, como Alagoas, Sergipe, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, entre outros, e que estão apenas realizando um sonho, porém sem muita infraestrutura (EMPAER, 1998).

No Assentamento Andalúcia, não se encontra diferença no que concerne ao abandono. Mesmo com o Plano de Desenvolvimento elaborado pela Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - EMPAER (1998), não se encontra o fator primordial que é a própria valorização humana. Por outro lado, esta valorização será mais efetiva se houver a integração do homem com o meio ambiente e o desenvolvimento na tomada de decisões, de forma a assegurar a sustentabilidade dos recursos ambientais e melhoria na qualidade de vida. Mesmo assim, o combate à pobreza, à desigualdade ou à exclusão social aparece como dimensão que permeia esse conjunto amplo e difuso de iniciativas (SILVEIRA et al., 2001).

Sob esta ótica, Jara (1999) afirma, onde há relacionamento de confiança, reciprocidade e cooperação, a construção de processos de mudança social e desenvolvimento humano, pode gerar o fortalecimento do tecido social numa visão ampliada ou sistêmica. Portanto, o desenvolvimento sustentável apresenta dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais.

Por outro lado, sabendo-se dos custos e benefícios derivados da criação e manutenção destas áreas, têm-se indicativos da eficácia de políticas públicas que abrangem este setor, podendo-se, então, atribuir recursos financeiros para elas em uma escala de prioridades que pode ser comparada a outras políticas, como saúde e educação, por exemplo.

Assim, de uma perspectiva ecológica, pode-se inferir que uma análise social de custo benefício, visando a sustentabilidade dos recursos da biodiversidade, deve incluir, também, uma valoração monetária destes atributos.

Paulista et al. (2008) defende a importância da construção de indicadores do comportamento individual e das interações entre os indivíduos. Essa construção pode fortalecer a compreensão do desenvolvimento sustentável e oferecer pautas para aprendizagem.

As ações de educação ambiental não devem ter âmbito apenas local, mas envolver meios de comunicação em massa, educadores e educados, além de líderes locais, no sentido de envolver as comunidades, buscando a melhoria na qualidade de vida no seu sentido mais amplo, principalmente em assentamentos (ROEL e ARRUDA, 2003).

Para muitos assentamentos, a melhoria da qualidade de vida dependeria, não somente do assistencialismo do Governo, e sim do despertar de alternativas que, muitas vezes, estão latentes em cada indivíduo. As idéias poderiam efetivar-se por meio de trocas de experiências e potencializadas para outras soluções, antes desconhecidas.

Nessa abordagem, a utilização da biodiversidade do Cerrado, para algumas espécies, poderia ser de uso sustentável, com uso dos alguns frutos e seus derivados, objetivando a comercialização, como é o caso do pequi, buriti (mais vendido na forma de doce), cumbaru, entre outros (OLIVEIRA e DUARTE, 2004).

O fortalecimento dos atores ligados a esses produtos nativos poderia adequar formas de organização social, de maneira a suscitar atividades e distintas maneiras de uso e exploração dos recursos naturais. Uma das principais vantagens seria disponibilizar alternativas com as espécies nativas do domínio Cerrado, estando estas adaptadas às suas condições edafoclimáticas e, portanto, certamente sendo menos dependentes do uso de insumos, em sua maioria importados, o que onera o custo de produção e pode degradar o meio ambiente.

Os pesquisadores Roel e Arruda (2003) argumentam que o plantio de espécies alimentares do Cerrado é uma alternativa para

o local. Produções caseiras são importantes, principalmente para o turismo, agregando, assim, particularidades para a culinária dos pratos típicos da região.

De acordo com Silva et al. (2001), a polpa do cumbaru pode ser consumida "*in natura*" em forma de doces e geléias. Nessa linha de pensamento, o autor retrata que pesquisadores da EMBRAPA/Cerrados de Brasília também desenvolveram alguns produtos a base do cumbaru, como bombom, paçoquinha, pé-de-moleque, tira-gosto e rapadurinha.

Opção para uso da amêndoa do cumbaru e para a comercialização seria incorporá-lo como amêndoa tostada em barra de cereais. Uma iniciativa desse tipo foi avaliada em Pirenópolis/GO, onde o projeto de uma barra de cereais foi desenvolvido.

A espécie é potencialmente medicinal, pois o óleo extraído da amêndoa é de qualidade e costuma ser utilizado pelas comunidades locais como aromatizante para eliminar o odor do fumo e como anti-reumático (AGRO-FAUNA, 2008). Contudo, Lorenzi (1998) aponta que uma espécie em particular, o cumaru (*Dipteryx odorata* Willd), predominante na região Amazônica, apresenta características semelhantes ao cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.).

Porém, a comercialização do cumaru, sendo uma espécie semelhante, já apresenta vendas no Brasil como um todo, desde a produção de óleo essencial (aromatizante) e perfumaria, o que agregou valores rentáveis para a planta.

Como instrumento de pesquisa para medir o grau de cooperativismo dos membros do assentamento Andalúcia, utilizou-se um questionário com questões fechadas do tipo múltiplas escolhas ou do tipo classificação hierárquica (47 entrevistados). Os questionários foram enviados a cada família do assentamento e as dúvidas existentes nas interpretações foram sanadas pessoalmente, através de visitas aos entrevistados. De acordo com as respostas obtidas pelos questionários (indicadores), as famílias foram identificadas pelo seu índice de desenvolvimento econômico, social e de educação. No levantamento observou-se que as famílias que participam do grupo de extrativismo formado para coletar o fruto e sementes como

Pequi, Jatobá e Cumbaru adquiriram uma maior conscientização e descobrindo que é uma fonte de alimento não só para a família, como também para os alunos das escolas.

Contudo, existe uma preocupação maior, pois foram identificados muitos problemas vivenciados pelos próprios assentados em sua localidade, como é apresentado na Figura 1.

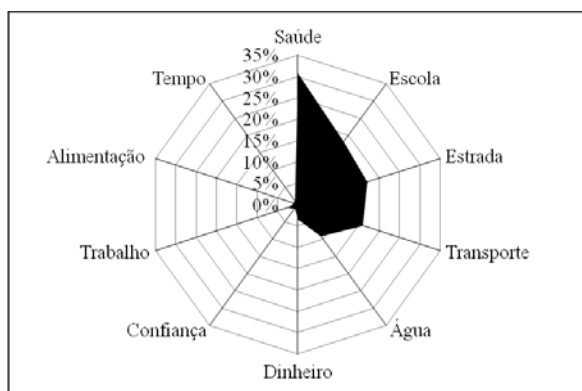


Figura 1 – Dificuldades vivenciadas pelos assentados.

A maior dificuldade é a saúde obtendo 31 % dos entrevistados, isso reflete principalmente uma falta de estrutura básica, pois o país precisa atender melhor as comunidades, a exemplo do eixo central de base mais destacada.

Entretanto, minimizando estas carências, foi constatado na localidade que existem atividades sociais sendo realizadas, numa ação de entrelaçamento de amizades (Figura 2).

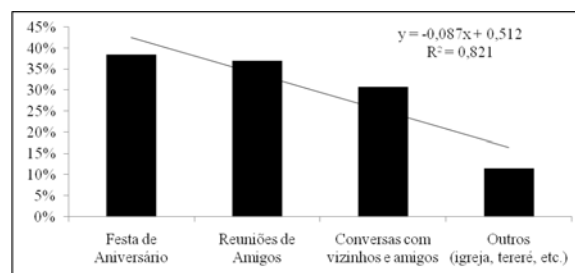


Figura 2 – Atividades sociais realizadas constantemente.

É observado na figura acima que valor de R^2 de 0, 821 demonstrou uma boa correlação entre todas as variáveis abordadas, o que proporciona uma boa conduta dos entrevistados no que se trata de atividades sociais do local. Os fatores ou estilos referentes ao agregamento de pessoas obtiveram um índice Alpha de Combrach de 78%, demonstrando a confiabilidade do instrumento para a avaliação e diagnóstico deste estilo pelos respondentes.

Algumas mulheres do Assentamento Andalúcia tiveram a oportunidade de realizar curso de capacitação com nutricionistas da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Elas aperfeiçoaram receitas caseiras com as normas de conduta para manipulação de alimentos (Figura 3). Além disso, a busca por alternativas de trabalho dentro do assentamento levou à criação da oficina de tecelagem. As mãos, calejadas pelo trabalho na roça, agora tecem peças delicadas. A percentagem de 70% que recebem fica com as mulheres e o restante é reinvestido na oficina. As peças, feitas sob encomenda, já foram exportadas para Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos (MSTV, 2004).



Figura 3 – Processo de elaboração de receitas caseiras de Baru.

Fonte: Autor.

Desta forma, o desenvolvimento da comunidade, por meio de produtos alimentícios do Cerrado, que era potencialmente inexplorado, como o baru, pode contribuir para a sustentabilidade de comunidades

locais e, também, para a recomposição da paisagem natural e mesmo do turismo, valorizando a culinária com produtos típicos, como ocorre em outras regiões.

Conclusões

O estudo aponta para a ampliação da geração de renda e melhoria da qualidade de vida no Assentamento Andalúcia, com ênfase no aproveitamento dos recursos vegetais do Cerrado sul-mato-grossense, agregando valores ao produto, produzindo e estabelecendo mudas do baru, envolvendo a comunidade como um todo.

Este cenário poderá incentivar novas iniciativas extrativistas para os assentamentos rurais em áreas de fragmentos florestais do estado, melhorando as condições sócio-econômicas e a qualidade de vida, favorecendo o processo de desenvolvimento local com sustentabilidade.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos grupos entrevistados do Assentamento Andalúcia e à ECOA pela apresentação à referente comunidade.

Referências

- AGRO-FAUNA. *Baru*. Disponível em: <<http://www.agro-fauna.com.br/culturas.php>>. Acesso em: 29 jul. 2008.
- ALMEIDA, S. P. et al. *Cerrado: espécies vegetais úteis*. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1998.
- ARAÚJO, M. A. R. *Conservação da biodiversidade em Minas Gerais: em busca de uma estratégia para o século XXI*. Belo Horizonte: Unicentro, 2000.
- ÁVILA, V. F. de. (coord.). *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2001.
- CAVALCANTE, A. de M. B.; SOARES, J. J.; FIGUEIREDO, M. A. Comparative phytosociology of tree sinusiae between contiguous forests in different stages of succession. *Revista Brasileira de Biologia*, São Carlos, v. 60, n. 4, p. 551-562. jan./nov. 2000.
- CAVALCANTI, R. B. Cerrado e Pantanal. In: *Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- CEMIG. *Guia Ilustrado de Plantas do Cerrado de Minas Gerais*. Minas Gerais: Nobel, 2001.
- COSTA, R. B; ARRUDA, E. J. de; OLIVEIRA, L. C. S. **Sistemas agrossilvipastoris como alternativa sustentável para agricultura familiar**. *Interações*, Campo Grande: UCDB, v. 3, n.5, p. 25-32, 2002.
- COSTA, R. B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003, p.26-52.

DOBSON, A. P. *Habitat fragmentation and loss*. In: *Conservation and biodiversity*. New York: Scientific American Library, 1995. p. 33-57.

EMPRESA de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER). *Plano de desenvolvimento do Assentamento Andalúcia Nioaque – MS*, 1998.

FRANKLIN, J. F. Preserving biodiversity: species, ecosystems, or landscapes? *Ecological Applications*, v.3, p. 202-205, 1993.

HOBBS, R.J. e HUMPHRIES, S.E. An integrated approach to the ecology and management of plant invasions. *Conservation Biology*, v. 9, p. 761-768, 1995.

IBAMA. *Ecosistemas brasileiros*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ecosistemas/cerrado.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2008.

JARA, Carlos Júlio. *Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade*. Quito: NEAD, 1999.

LE BOURLEGAT, C. A. A fragmentação da vegetação natural e o paradigma do desenvolvimento rural. In: COSTA, R. B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, p.1-25, 2003.

LORENZI, H. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Plantarum, 1998. v. 1.

MARTINS, Sérgio R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local* (5), set., 2002, p. 51-59.

MELO, J. T. *Resposta de mudas de espécies arbóreas do Cerrado a nutrientes em latossolo vermelho escuro*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília-DF.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidades e Florestas. Biodiversidade Brasileira. Cerrado e Pantanal. In: *Avaliação e identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira*. Brasília, DF, p.176-214, 2002.

MSTV. *Famílias de Nioaque aumentam renda com apoio de projeto*. Disponível em: <<http://rmtonline.globo.com/ms/materia.htm?id=101680>>. Acesso em: 9 jul. 2004.

OLIVEIRA, E.; DUARTE, L. M. G. Gestão da biodiversidade e produção agrícola: o Cerrado goiano. *Cadernos de Ciências & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 105-142, jan./abr. 2004.

PAULISTA, G.; VARVAKIS, G.; MONTIBELLER-FILHO, G. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. *Ambient. Soc.*, v. 11, n. 1, p. 185-200, jan./jun. 2008.

POTT, A.; POTT, V. J. *Plantas do Pantanal*. Corumbá, MS: EMBRAPA-SPI, 1994.

_____. *Espécies de fragmentos florestais em Mato Grosso do Sul*. In: COSTA, R. B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p.1-25.

POR, F. D. *Sooretama the Atlantic rain Forest of Brazil*. The Hague: SPB Academic, 1992.

PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. *Biologia da conservação*. Londrina-PR: Midiograf, 2001.

- RATTER, J. A. et al. Estudo preliminar da distribuição das espécies lenhosas da fitofisionomia Cerrado sentido restrito nos Estados compreendidos pelo Bioma Cerrado. *Boletim do Herbário Ezechias Paulo Heringer*, Brasília, v. 5, p. 5-43, 2000.
- RIBEIRO, J.F. et al. *Baru*. Jaboticabal: Funesp, 2000. (Série frutas nativas).
- RICHARDS, M. Can Sustainable tropical forestry be made profitable? The potencial and limitations of innovative incentive mechanisms. *World Development*, v. 28, n. 6, p. 1001-1016, 2000.
- RIZZINI, C.T.; HERINGER, E.P. Studies on the underground organs of trees shrubs from some Southern Brazilian Savanas. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 2, n. 2, p. 235-247, 1962.
- RODRIGUES, V.E.G.; CARVALHO, D.A. *Plantas medicinais no domínio dos Cerrados*. Lavras: UFLA, 2001.
- ROEL, A.R.; ARRUDA, E.J. Agroecologia e os recursos naturais de fragmentos de vegetação nativa. In: COSTA, R. B. (Org.). *Fragmentação florestal e alternativas de desenvolvimento rural na Região Centro-Oeste*. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 205-239.
- ROSADO, S.C.da S.; CARVALHO, D.de. *Biodiversidade e conservação genética de espécies arbóreas*. Lavras: UFLA, 2001.
- SANO, S.M.; VIVALDI, L.J.; SPEHAR, C.R. Diversidade morfológica de frutos e sementes de baru (*Dipteryx alata* Vog.). *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 34, n. 14, p. 13-518, 1999.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, D.B.; SILVA, J.A.; JUNQUEIRA, N.T.U.; ANDRADE, L.R.M. *Frutas do Cerrado*. Brasília: EMBRAPA, 2001.
- SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C.; ZAPATA, T. *Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos*. São Paulo: Polis/EAESP/FGV, 2001.
- SNUC. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2008.
- TABARELLI, M.; MANTOVANI, W. A regeneração de uma floresta tropical Montana após corte e queima (São Paulo-Brasil). *Revista Brasileira de Biologia*, São Carlos, v. 59, n. 2, p.239-250, 1999.
- YOGUEL, Gabriel. Creación de competências em ambientes locais y redes produtivas. *Revista de la CEPAL*, n. 71, p.105-119, 2000.
- WILCOX, B.A.; MURPHY, D.D. Conservation strategy: the effects of fragmentation on extinction. *American Naturalist*, v. 125, p. 879-885, 1985.

Intervenção do Estado e desenvolvimento local: uma análise cross section dos municípios paranaenses

The State intervention and local development: the cross-section analyze of the paranaenses municipalities

Intervention de l'État et développement locale: une analyse cross section des villes paranaenses

Intervención del Estado y del desarrollo local: una sección representativa del análisis de las ciudades paranaenses

Christian Luiz da Silva*

Carmina Lopes**

William Michon Junior***

Recebido em 24/09/2008; revisado e aprovado em 23/12/2008; aceito em 02/02/2009.

Resumo: A intervenção do Estado tem o propósito de fomentar o desenvolvimento local. O objetivo deste artigo é discutir essa capacidade de intervenção para a melhora das condições de desigualdade no Estado Paraná, mediante uma análise *cross section* dos municípios paranaenses. A pesquisa foi aplicada, descritiva e quantitativa, com análise dos dados para o ano de 2000. O estudo evidencia que as finanças públicas ainda não representam um papel efetivo para mudança das desigualdades socioeconômicas, mas afetam positivamente os indicadores sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Municípios. Paraná. Finanças Públicas.

Abstract: The intervention of the State has the intention to foment the development local. The objective of this article is to argue this capacity of intervention for the improvement of the conditions of inequality in the Paraná State, by means of an analysis cross section of the Paraná cities. The research was applied, descriptive and quantitative, with analysis of the data for the year of 2000. The study it evidences that the public finances not yet represent an effective paper for change of the socioeconomic inequalities, but affect the social pointers positively.

Key words: Local development. Municipalities. Paraná. Public finances.

Résumé: L'intervention de l'État a l'intention de foment le développement local. L'objectif de cet article est discuter cette capacité d'intervention pour l'amélioration des conditions d'inégalité dans l'État Paraná, moyennant une analyse cross section des villes paranaenses. La recherche a été appliquée, descriptive et quantitative, avec analyse des données pour l'année de 2000. L'étude il prouve que les finances publiques ne représentent encore pas un papier efficace pour changement des inégalités socioéconomique, mais touchent positivement les indicateurs sociaux.

Mots-clé: Développement locale. Villes. Paraná. Finances Publiques.

Resumen: La intervención del estado tiene la intención de fomentar al local del desarrollo. El objetivo de este artículo es discutir esta capacidad de la intervención para la mejora de las condiciones de la desigualdad en el estado de Paraná, por medio de una sección representativa del análisis de las ciudades de los paranaenses. La investigación era aplicada, descriptiva y cuantitativa, con el análisis de los datos por el año de 2000. El estudio evidencia que las finanzas del público no todavía para representar un papel eficaz para el cambio de los inaqualties de los socioeconômicas, sino afectar los indicadores sociales positivamente.

Palabras clave: Desarrollo local. Ciudades. Paraná. Finanzas del Público.

Introdução

Os modelos de desenvolvimento local com intervenção do Estado pressupõem que a sua ação e influencia na orientação de elementos afetam positivamente no curto e no

longo prazo a dinâmica da região. Entre os discursos políticos, saúde, educação e atração de empregos e investimentos são ações determinantes para reduzir a desigualdade social, violência e melhora da qualidade. Pode-se exemplificar a materialização destes

* Economista, Pós-doutor em Administração pela USP, professor do PPGTU/ PUCPR e da UTFPr. Pesquisador do CNPq - projeto de pesquisa intitulado: "Modelo dinâmico de desenvolvimento local para o apoio ao Planejamento Público" (processo 40085/2006-3)

** Economista e especialista em gestão econômica de negócios pela UniFAE Centro Universitário Franciscano do Paraná. Foi bolsista de iniciação científica da UNIFAE vinculada ao projeto "Modelo dinâmico de desenvolvimento local para o apoio ao Planejamento Público" (processo 40085/2006-3). E-mail: carmenlopes401@hotmail.com

*** Economista pela UniFAE Centro Universitário Franciscano do Paraná. Foi pesquisador da UNIFAE vinculada ao projeto "Modelo dinâmico de desenvolvimento local para o apoio ao Planejamento Público" (processo 40085/2006-3). E-mail: junior_wmjr@yahoo.ca

discursos nos Planos Plurianuais do governo do Estado do Paraná de 2008 a 2011 (SEPL, 2007) ou o Plano de Governo de 2003 a 2006 deste Estado (SEPL, 2003). A intervenção do Estado Federal, responsável pela receita maior que 1/3 do PIB brasileiro (IPEADATA, 2008), distribuído entre governos estaduais e municipais, se transforma em uma importante injeção de recurso para concretizar as ações consideradas fundamentais para o processo de desenvolvimento, contudo as disparidades regionais permanecem e se consolidam, em alguns casos.

O Paraná apresenta a situação mais desigual entre os municípios se comparado aos demais Estados do sul e sua conformação ocorreu pela construção e colonização das diferentes regiões do Estado, cuja história recente da maioria dos municípios, menos de 60 anos, e dependente de ciclos de exploração de recursos naturais demonstra quanto foi impreciso o modelo de descentralização do Estado paranaense.

Alguns estudos recentes foram desenvolvidos, principalmente pelo IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), sobre o diagnóstico da situação socioeconômica e ambiental do Paraná (IPARDES, 2003 e 2004), entretanto o enfoque desse artigo é avaliar se a intervenção do Estado vem contribuindo para reduzir essas disparidades. Cabe questionar, desta forma, se o problema é a falta de recursos, a eficiência ou eficácia da aplicação dos recursos que tornam pouco efetivo o processo de desenvolvimento no Paraná. Considerando que este processo está vinculado a forma de intervenção do Estado, parte-se da hipótese que não se trata de falta de recursos, mas de uma alocação essencialmente pouco eficaz, que torna o resultado sem efetividade para retomar um processo de desenvolvimento por todo Estado. A Lei de Responsabilidade Fiscal contribui para acompanhamento da eficiência dos recursos, mas não há um instrumento que permita avaliar os resultados.

Neste contexto, cabe discutir a capacidade de intervenção do Estado para melhorar das condições de desigualdade no Estado do Paraná. Em parte pode-se argumentar que o Estado não reduziu a desigualdade socioeconômica no Paraná, mas não permitiu que se aprofundasse. Contra-argumen-

tado, o presente artigo objetiva avaliar a efetividade da intervenção do Estado, por meio dos governos municipais, no processo de desenvolvimento local. Para isso será feita uma análise *cross section* com dados dos municípios para o ano de 2000, relacionando indicadores socioeconômicos com informações de receita e despesas municipais. Parte-se do princípio que se houver uma relação entre a alocação do recurso e o indicador resultante daquela ação será considerado que há efetividade na ação pública. Caso não haja a hipótese será validada e será justificado que falta avaliação da eficácia da alocação do recurso público para se avaliar e aprimorar a efetiva intervenção do Estado no processo de desenvolvimento. A metodologia será exposta na terceira seção, contudo cabe destacar que não se trata de avaliar um município específico e a evolução das ações municipais ao longo do tempo, mas especificamente de correlacionar as diferentes realidades municipais em termos de finanças públicas com a situação socioeconômica. Se os municípios com melhor condição financeira tiverem melhores indicadores comprova-se que a questão é a falta de recursos. Se isso não se confirmar, valida-se a hipótese, como salientado.

de desenvolvimento. A terceira seção apresenta a metodologia e a quarta seção analisa os resultados para o Estado do Paraná, considerando a situação dos municípios em 2000. A quinta seção evidencia as conclusões e propõe novos estudos.

1 Intervenção do Estado no processo de desenvolvimento local: abordagem teórica

A intervenção estatal pode acontecer de diversas formas na economia. Silva (2005a, p. 89-92) apoiado no Relatório do Banco Mundial (1997, p. 4) cita que o Estado tem cinco tarefas fundamentais e, portanto, funções de intervenção: formar uma base jurídica; manter políticas não-distorcionistas, inclusive a estabilidade macroeconômica; investir em serviços básicos e infra-estrutura; proteger os grupos vulneráveis; proteger o meio ambiente. Iglesias (2006) ainda inclui o importante papel para o Estado no desenvolvimento tecnológico e de inovações, bem

como para promover consensos nacionais. Além disso, essas tarefas devem ser executadas com a eficiência e eficácia da gestão pública a fim de traduzir a melhor qualitativa da prestação de serviços aos cidadãos (LERDA, ACQUATELLA e GÓMEZ, 2005).

Como expõe Frey a intervenção estatal está presente nos discursos contemporâneos do desenvolvimento. O autor ressalta isso ao afirmar que “a intervenção estatal, via planejamento, é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico, ou ainda, para poder eliminar ou reparar distúrbios e danos já existentes” (2001, p. 7).

A intervenção do Estado está atrelada à aplicação de políticas públicas, e mensurar esta correlação passa a ser prioridade para estabelecer eficiência no direcionamento dos recursos públicos, que crescem proporcionalmente menos que as demandas por serviços públicos. As políticas públicas atendem a questões que vão além da visão unidimensional, ou seja, uma ação com foco na saúde pode afetar também a questão econômica e social (SILVA, 2005b).

Para acompanhar essas políticas, as quais têm influência em mais de uma dimensão, há que se ter meios de avaliar sua eficiência. Souza (2007) faz uma exaustiva discussão sobre o conceito de políticas públicas e sintetiza com o conceito de Lowi apud Rezende (2004, p. 13) onde se define como “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas”. Ainda para Lowi (1972) a política pública pode assumir quatro formatos: distributiva, regulatória, redistributiva e constitutiva. Cada uma dessas políticas gera pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se localmente de forma diferente. O objeto de discussão desse artigo é como essas políticas, em funções diferentes a partir do exercício da administração pública municipal no Paraná, podem ter contribuído para melhorar efetiva dos indicadores socioeconômicos municipais.

O impacto do investimento público sobre a renda per capita (efeito direto sobre o produto) e sobre a produtividade total dos

fatores (efeito indireto sobre o produto) é controverso. Cândido Junior (2006) estudou a Argentina, o Brasil e o Chile, com informações de 1970 a 2000, e concluiu que, para a amostra estudada, há uma relação positiva entre investimento público e produto. Contudo, a exceção do Chile, houve uma relação inversa entre investimento e produtividade. O autor se referiu a esta diferença como sendo a eficiência do uso dos recursos.

Cândido Junior (2006), contudo, acresceu, em sua análise, não somente a injeção de recursos, como a necessidade de avaliar sua eficiência. A conclusão a favor do Chile, na relação positiva do investimento público tanto em termos do produto quanto da produtividade, foi explicada, pelo autor, como a eficácia dos investimentos públicos. Neste sentido, um investimento eficaz produziria um efeito direto positivo na economia e indireto por meio do aumento da produtividade. Monteiro Neto (2006) não discute a eficiência do investimento público, mas o considera “um dos elementos mais importantes para a ativação da formação de capital na economia brasileira da última metade do século XX” (2006, p. 24). O autor complementa afirmando que “há elementos indicativos de que as reduções no gasto em investimento governamental, entre os períodos de 1991-1995 e 1996-2000, tiveram efeitos propagadores sobre a queda no nível geral de atividade mais que proporcionais ao que se poderia esperar” (MONTEIRO NETO, 2006, p. 26). Contudo, pondera Monteiro Neto, em consonância com Pritchett (2000), ao afirmar que a intervenção estatal não pode ser vista como uma panacéia para a resolução de todos os problemas e da economia brasileira.

Pritchett (2000) já alertava sobre o uso indiscriminado do investimento público como panacéia da eficiência e da resolução dos problemas. Ao estudar essa questão, Oliveira (2006, p. 275) argumenta que “um dos motivos que leva a falhas nos resultados públicos é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento”. O autor cita outro trabalho de sua autoria para justificar as falhas de políticas públicas em desenvolvimento por motivos político

institucional, financeiros e técnicos (OLIVEIRA, 2002).

O primeiro motivo se refere a articulação e funcionamento do sistema político e da interação entre Estado e sociedade civil. O amadurecimento das bases institucionais depende de processos específicos e históricos em cada país e é um condicionante importante para garantir a implementação de políticas públicas. A questão financeira, segundo o autor, é “a razão mais direta para explicar as falhas em planejamento nos países em desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2006, p. 280). A falta de recursos inibe qualquer possibilidade de implementar as políticas públicas da forma planejada, o que dificulta sobremaneira para alcançar resultados efetivos. Menicucci (2007) exemplifica esse problema ao discutir a questão da implementação da reforma sanitária.

Por fim, a capacidade técnica se refere a recursos humanos capacitados e motivados, equipamentos, experiência e competência técnica dos órgãos responsáveis para planejar e implementar as políticas públicas. Com pesos diferentes, os tópicos sintetizados por essa capacidade técnica são responsáveis de alguma forma para a ineficiência da implementação das políticas públicas. Às vezes é a falta de recursos humanos o mais preeminente, outras são equipamentos.

A avaliação da eficiência do investimento público poderia ser feita sob quatro óticas: eficiência na avaliação prévia da política pública; na interação entre os agentes que administram a política; na capacidade técnica para implementação; e no resultado, relacionando o proposto com o alcançado. Cada uma delas se refere a uma etapa do projeto. A primeira seria avaliada quanto a concepção (estágio inicial); a segunda se refere a etapa intermediária entre a concepção e a implementação; a terceira se refere a implementação e a quarta ao resultado. Caso a concepção ocorra no mesmo âmbito da implementação (agente público local, por exemplo) haveria apenas as duas últimas fases para avaliação. Este artigo considera esta hipótese e avalia somente a última fase (ver metodologia na seção 3). As dificuldades de uso da avaliação das políticas públicas para melhorar a efetividade do uso dos recursos públicos é discorrida por Faria e

Filgueiras (2007) e exemplificado para o caso dos sistemas de avaliação. Assim, as alternativas de uso das avaliações tornam a política pública retroalimentadas e redirecionada para sua efetividade, quando utilizada de forma educativa.

Neste sentido Dubresson e Fauré (2005) convidam a repensar, também, sobre a frequente relação entre descentralização e desenvolvimento local tida como mecânica. Ao estudar regiões da África do Sul, Brasil, México, Índia e Senegal os autores demonstram que existem desajustes entre os organismos institucionais de descentralização e o nível de formação ou de consolidação das dinâmicas econômicas locais.

A interação entre capacidade técnica e ambiente institucional pode ser verificada, desta forma, na relação entre Estado maior e as instituições locais. Adicionalmente a ineficiência de intervenções estatais pela falta de sintonia entre esferas estatais e realidades locais, pode haver a incapacidade técnica para implementação do projeto. Algumas situações podem colaborar com essa afirmação, quando, por exemplo, o planejamento ocorre centralizado, sem sintonia com a realidade local, que deve efetivamente implementar o projeto. O insucesso decorre da falta de habilidade para desenvolver o que é mais próximo ao desejado e pela baixa sincronia entre o Estado e as instituições locais. Brakely (1994, p. 41) avalia as opções de políticas nacionais e desenvolvimento e argumenta que as políticas nacionais seriam mais efetivas se acoplada com uma ativa política regional que garantisse a implementação de programas e desse suporte as atividades do desenvolvimento econômico. A eficiência desta implementação aconteceria, portanto, segundo o autor, se houvesse integração entre o poder local e nacional.

A descentralização não é, contudo, um consenso. Froehlich (1998, 88-89), citando Mattos, argumenta que a descentralização respalda um discurso de melhoria da democracia social, a participação popular e a justiça social, com propósito de viabilizar o desenvolvimento regional. Contudo, para Mattos citado em Froehlich, esta retórica seria do interesse somente dos que defendem a reforma do Estado, visando aprimorar os processos de acumulação e crescimento do

capital. Por outro lado, Blakely (1994, p. 49) menciona que o desenvolvimento local representa não apenas uma nova retórica, mas uma importante alternativa que associa as atividades econômicas com o desenvolvimento local. O autor não marginaliza a participação do Estado, mas ressalta a necessidade de uma ação oriunda dos poderes locais, sejam eles públicos ou privados.

Contudo, Rodrigues (2007) mostra, por meio de um estudo evolutivo dos gastos públicos catarinenses de diferentes municípios, que não há grandes variações do direcionamento da verba público entre os locais analisados, mesmo com forte divergência ideológica e partidária. O autor argumenta, sobre este fato, que isso decorre da não-liberdade de aplicação dos recursos, pois os destinos são previamente definidos, restando pouco a ser aplicado livremente.

Neste contexto cabe verificar até que ponto ações propositivas são possíveis por meio de políticas públicas para melhora dos indicadores socioeconômicos e se elas estão sendo efetivas ou não. Assim, a participação do Estado neste artigo será considerado por meio das finanças públicas e correlacionado com os indicadores socioeconômicos dos municípios do Estado a partir de corte temporal (2000). O modelo teórico pressupõe, portanto, que as finanças públicas representam uma importante forma de intervenção do Estado e são variáveis explicativas da redução das desigualdades socioeconômicas a partir da educação, saúde e emprego, explicadas para o processo de desenvolvimento. Antes de apresentar os resultados a próxima seção retrata a metodologia de pesquisa.

2 Metodologia

A hipótese desse artigo é que a efetividade da intervenção do Estado para redução da desigualdade socioeconômica do Estado é fruto de uma alocação essencialmente pouco eficaz, e não pela falta de recursos. A validação desta hipótese parte da avaliação da relação entre a alocação dos recursos públicos e os indicadores socioeconômicos resultantes daquela ação. Se houver correlação pressupõem-se haver efetividade na ação pública, caso contrário se valida a hipótese e se considera que a mesma depende

de uma gestão mais eficaz dos recursos públicos. Para isso, fez-se uma análise *cross section* (corte temporal) do ano 2000 para todos os municípios paranaenses. A escolha do ano 2000 deve-se ao fato de se ter o maior número de variáveis para análise (última base censitária para todos os municípios).

Foram levantadas 95 variáveis e classificadas em 8 áreas: desigualdade socioeconômica, finanças públicas, educação, produção e consumo, infra-estrutura e demografia, emprego, renda e saúde, que foi subdividida em longevidade e saneamento. A listagem das variáveis e respectivas fontes se encontra no apêndice 1. O quadro 1 apresenta a relação das áreas e da quantidade de variáveis envolvidas para todos os municípios paranaenses.

ÁREAS	QUANTIDADE DE VARIÁVEIS
Desigualdade socioeconômica	3
Educação	8
Finanças Públicas	20
Infra-estrutura e demografia	11
Emprego	6
Produção e Consumo	22
Renda	12
Saúde (longevidade e saneamento)	13
TOTAL	95

Quadro 1 - Quantidade de variáveis por área analisada para os municípios paranaense - 2000

Fonte dos Dados Brutos: IBGE, PNUD, COPEL, IPEA, STN.

Nota: Ver lista de todas variáveis utilizadas no apêndice 1.

A pesquisa realizada é aplicada já que depende dos conhecimentos desenvolvidos pela pesquisa pura, mas tem como interesse à aplicação e conseqüências práticas do conhecimento. A pesquisa pode ser classificada como descritiva no que se refere ao objetivo geral, pois busca a descrição das características de determinada população ou fenômeno a partir da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Trata-se também de uma pesquisa quantitativa, segundo a abordagem do problema, pois o enfoque é a coleta e tratamento de informações por meio de técnicas estatísticas, com corte temporal (*cross section*) para 2000, como já foi justificado, especialmente análise de corre-

lação bivariada e análise de regressões para variáveis chaves, como educação, saúde, emprego e desigualdade (GIL, 2000; DIEHL e TATIM, 2004; BÊRNI, 2002).

As etapas de consecução da coleta e tratamento dos dados foram: 1) escolha das variáveis de dados disponíveis para o ano 2000 nas fontes indicadas, que são as mais representativas para informações municipais no Brasil; 2) coleta e estruturação das informações; 3) definição de indicadores compostos, conformados por variáveis diretas, como, por exemplo, despesas municipais per capita. As variáveis iniciais mais estas tratadas totalizaram 95 dados para este período e para todos os municípios. (Alguns municípios não tinham observações de alguns dados e neste caso foi atribuído valor nulo); 4) foi realizado a análise de correlação bivariada entre todas as variáveis; 5) destacou-se as correlações significativas (Correlação Pearson próximo de zero); 6) para essas correlações distribui-se entre correlações fortes (valores absolutos acima de 0,7), médias (entre 0,69 e 0,40) e fracas (menor que 0,4). 7) avaliaram-se as variáveis explicativas e correlacionadas de cada área usualmente objeto de ações públicas, determinadas como sendo desigualdade, educação, saúde e emprego e, verificou-se a significância do sinal da correlação (positiva ou negativa) frente a teoria e o nível de correlação (forte, média ou fraca); 8) analisou-se os resultados com a finalidade de validar ou não a hipótese, apresentando-se inicialmente alguns indicadores das mesoregiões paranaenses a fim de mostrar as disparidades do Estado. Cabe salientar que toda análise estatística foi realizada com o suporte do software SPSS versão 12.0.

Algumas limitações metodológicas são pertinentes: primeiro, ressalta-se que a limitação de estudos a partir de modelos estatísticos e econométricos tradicionais, apontado por Soto Torres e Fernandez Lechón (2006), referente a perda da componente histórica é uma limitação deste artigo também. Contudo, essas limitações são justificadas pelo propósito do trabalho. Não se pretende avaliar a evolução dos municípios, mas se a diferença de recursos públicos é suficiente para explicar a desigualdade socioeconômica. Validar essa hipótese abre campo para pesquisa mais qualitativa e histórica das diferenças de

cada município, mas primeiro é importante ter a melhor definição do problema de pesquisa a partir deste estudo descritivo.

Outra limitação, associada a esta, é não considerar a diferença de eficácia da gestão entre os municípios, por não tratar da evolução histórica. Novamente, o propósito é identificar em termos gerais, sem, neste momento, entrar no mérito de cada município, que será fruto de novos trabalhos.

3 Análise dos resultados

A compreensão do processo de desenvolvimento paranaense origina-se nas diferentes formas de colonizações das regiões, tanto em termos de período histórico quanto motivação (MAGALHÃES FILHO, 1999). Desta forma, inicialmente serão apresentados alguns indicadores socioeconômicos que retratam essas disparidades para em seguida analisar a correlação desses indicadores, conforme a metodologia descrita anteriormente.

3.1 Evolução do desenvolvimento paranaense recente

Durante o processo de reconfiguração da estrutura produtiva na década de 1990 (SILVA e MICHON JUNIOR, 2008), os grandes centros passaram a ofertar mais empregos e a infra-estrutura destes centros atraíram a migração da zona rural para a zona urbana, em busca de melhor qualidade de vida, uma vez que eram ofertados serviços públicos que muitas vezes não eram ofertados na quantidade ou qualidade necessária nas zonas rurais. A tabela 1 apresenta a migração entre 1980 e 2000, ressaltando a migração ocorrida no Paraná da zona rural para urbana.

Tabela 1 - População residente urbana

POPULAÇÃO URBANA	1980	1991	1996	2000
BRASIL	67,6%	75,6%	78,4%	81,2%
BA - Bahia	49,3%	59,1%	62,4%	67,1%
MG - Minas Gerais	67,1%	74,9%	78,4%	82,0%
PR - Paraná	58,6%	73,4%	77,9%	81,4%
RJ - Rio de Janeiro	91,8%	95,3%	95,5%	96,0%
RS - Rio Grande do Sul	67,5%	76,6%	78,7%	81,6%
SC - Santa Catarina	59,4%	70,6%	73,1%	78,7%
SP - São Paulo	88,6%	92,8%	93,1%	93,4%
Demais Estados	54,8%	65,0%	69,4%	73,5%

Fonte: IPEADATA.

No Paraná observou-se o mesmo processo entre as mesorregiões, no qual houve migração das mesorregiões menos industrializadas para os grandes centros. A tabela 2 mostra a dinâmica populacional entre 1980 e 2000. A região metropolitana de Curitiba cresceu 31% neste período, liderado pelo crescimento de 33% da população urbana. A população de outras regiões do estado migrou para a região urbana de RMC (Re-

gião Metropolitana de Curitiba), a medida que a população urbana de outras regiões decresceu na sua participação na população urbana paranaense, enquanto a RMC apresentou o movimento inverso. O movimento da zona rural para a urbana ocorreu internamente no Paraná, principalmente no interior à medida que os postos de trabalho se abriam nas cidades.

Tabela 2 - Distribuição populacional no Paraná

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL	1980	1991	1996	2000
Estado do Paraná				
População	7.629.392	8.448.713	9.003.804	9.563.458
Part. % População Estado	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Grau de Urbanização	58,6%	73,4%	77,9%	81,4%
Part. % População Urbana Estado	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Metropolitana de Curitiba				
População	1.703.787	2.319.526	2.734.500	3.053.313
Part. % População Estado	22,3%	27,5%	30,4%	31,9%
Grau de Urbanização	86,3%	89,4%	89,8%	90,6%
Part. % População Urbana Estado	32,9%	33,5%	35,0%	35,5%
Interior				
População	5.925.605	6.129.187	6.269.304	6.510.145
Part. % População Estado	77,7%	72,5%	69,6%	68,1%
Grau de Urbanização	50,7%	67,3%	72,7%	77,1%
Part. % População Urbana Estado	67,1%	66,5%	65,0%	64,5%

Fonte: IPARDES.

A abertura da economia e o novo processo de industrialização demandaram ampliação da infra-estrutura, para atender o crescimento da produtividade e de novas máquinas utilizadas no processo de produção. A tabela 3 apresenta dados sobre o abastecimento de água e energia elétrica. O crescimento industrial pode ser apresentado a partir da *proxy* consumo de energia elétrica. Tanto a RMC quanto o interior apresentaram um crescimento elevado, pela maior disponibilidade de energia no estado, e pelo crescimento da demanda por energia. O crescimento da utilização da energia advém do uso mais intensivo da tecnologia tanto dos consumidores quanto do setor industrial, que pode ser visto pelo crescimento da razão

consumo por consumidores nas localidades apresentadas.

No comparativo de consumo de energia elétrica brasileira com o Paraná, o consumo paranaense cresceu em escala superior ao brasileiro, em função do processo industrializante da década de 1990, que não se refletiu com tal grau de intensidade nos outros estados brasileiros que apresentam menor dinâmica industrial e que possuem maior dependência nos produtos primários ou pouco manufaturados. Enquanto o consumo brasileiro total e consumo brasileiro industrial cresceram 41,9% e 66,3% respectivamente, o Paraná experimentou um crescimento de 73,1% e 75,0% ao longo do mesmo período.

Tabela 3 – Dados sobre a infra-estrutura paranaense 1990-2000

INFRA-ESTRUTURA	1990	1995	2000	?% 1990 x 2000
Estado do Paraná				
Abastecimento de Água - Ligações	1.169.279	1.574.529	1.913.973	63,7%
Abastecimento de Água - Ligações Industriais	7.037	8.404	9.302	32,2%
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas	1.478.727	1.948.773	2.347.877	58,8%
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Industriais	8.091	8.767	9.594	18,6%
Energia Elétrica - Consumidores	1.946.241	2.466.815	2.918.680	50,0%
Energia Elétrica - Consumo (mwh)	9.767.876	12.996.213	17.093.971	75,0%
Energia Elétrica no Setor Secundário - Consumidores	28.241	36.226	45.372	60,7%
Energia Elétrica no Setor Secundário - Consumo (mwh)	4.076.554	5.350.977	7.057.546	73,1%
Metropolitana de Curitiba				
Abastecimento de Água - Ligações	361.311	510.265	639.568	77,0%
Abastecimento de Água - Ligações Industriais	2.369	2.708	2.880	21,6%
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas	516.910	702.829	872.139	68,7%
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Industriais	2.588	2.775	2.919	12,8%
Energia Elétrica - Consumidores	620.266	818.061	997.408	60,8%
Energia Elétrica - Consumo (mwh)	3.706.194	4.891.816	6.662.968	79,8%
Energia Elétrica no Setor Secundário - Consumidores	10.298	13.481	17.101	66,1%
Energia Elétrica no Setor Secundário - Consumo (mwh)	1.795.586	2.202.507	2.913.437	62,3%
Interior				
Abastecimento de Água - Ligações	807.968	1.064.264	1.274.405	57,7%
Abastecimento de Água - Ligações Industriais	4.668	5.696	6.422	37,6%
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas	961.817	1.245.944	1.475.738	53,4%
Abastecimento de Água - Unidades Atendidas Industriais	5.503	5.992	6.675	21,3%
Energia Elétrica - Consumidores	1.325.975	1.648.754	1.921.272	44,9%
Energia Elétrica - Consumo (mwh)	6.061.682	8.104.397	10.431.003	72,1%
Energia Elétrica no Setor Secundário - Consumidores	17.943	22.745	28.271	57,6%
Energia Elétrica no Setor Secundário - Consumo (mwh)	2.280.968	3.148.470	4.144.109	81,7%

Fonte: IPARDES.

Desta forma, houve incrementos significativos de recursos energéticos e aumento da rede de abastecimento de água. A energia é um indicador comumente utilizado como *proxy* para análise do grau de desenvolvimento de países e regiões, uma vez que quanto maior for o emprego e acessibilidade aos recursos tecnológicos, maior tende a ser a utilização de energia elétrica. Contudo, é possível haver incrementos tecnológicos que não representou incrementos diretamente proporcionais aos incrementos tecnológicos, uma vez que os aparelhos elétricos estão sendo projetados para poupar energia, aumentando sua eficiência na utilização do recurso, como por exemplo, a tecnologia empregada nas geladeiras nos últimos anos.

Partindo de tais premissas, foi possível identificar que houve incrementos significativos tanto na RMC quando no interior paranaense, demonstrando que o crescimento econômico atingiu todo o estado. A urbanização da população contribuiu mutuamente para tal fato, uma vez que se tratou de um sistema adaptativo positivo, pois a medida que as cidades se industrializavam, as pessoas se deslocavam do campo para a cidade em busca de oportunidades de trabalho. Enquanto a demanda por trabalho era

maior que a oferta esta tendência manteve-se ao longo do período analisado, contribuindo para o crescimento da demanda por energia elétrica.

Os processos de transformação da econômica brasileira e paranaense causaram efeitos na dimensão social, uma vez que foi identificado o processo de urbanização e desemprego ao longo do período. Portanto, nesta dimensão serão apresentados dados e indicadores que configuram os panoramas sociais, tais como da educação e violência, visando avaliar como as mudanças econômicas dos anos 1990 influenciaram as variáveis não-econômicas no decorrer desta década. Serão feitas algumas comparações entre os principais estados para situar a relevância das transformações.

As teorias mais recentes sobre desenvolvimento, sempre apontam a importância da educação para o processo de desenvolvimento no longo prazo. Somente a educação permite que a melhoria da produtividade seja continua sem causar impactos negativos no mercado de trabalho. A principal *proxy* utilizada para quantificar a variável educação é o anos de estudo da população acima de 25 anos. Segundo dados do IPEA, o Paraná foi um dos estados que mais aumen-

taram os anos de estudo entre 1990 e 2001. Apesar de o Paraná estar acima da média da maioria dos estados, ainda há um *gap* entre o Paraná e os principais estados brasileiros, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Anos de estudo nos estados 1981-2001.

ESTADOS	ANOS DE ESTUDOS			
	1981	1990	1995	2001
Distrito Federal	6,3	7,5	7,7	8,2
Minas Gerais	3,6	4,6	4,9	5,7
Paraná	3,4	4,6	5,2	6,0
Rio de Janeiro	5,4	6,2	6,7	7,2
Rio Grande do Sul	4,3	5,3	5,8	6,3
Santa Catarina	3,9	5,0	5,6	6,4
São Paulo	4,7	5,7	6,1	6,9
Demais Estados (Média)	3,2	4,3	4,6	5,2

Fonte: IPEA.

A distribuição de renda durante o período apresentou uma leve piora no índice de Gini em todos os estados brasileiros, resultante dos processos analisados anteriormente. A medida que o grau de urbanização cresceu, devido a migração das pessoas para os centros urbanos em busca de trabalho, e a produtividade das indústrias juntamente com competitividade do mercado, levou ao aumento do nível de desemprego da economia, influenciado negativamente pelas crises internacionais. No caso paranaense, o Índice de Gini passou de 0,597 para 0,607 entre 1991 a 2000, segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apesar de haver redução da pobreza entre 1991 e 2000 conforme dados do IPEA, o que indica que embora a população pobre e indigente esteja reduzindo, a população mais rica está crescendo na participação da renda apropriada da população. A violência medida a partir do indicador de taxa de homicídios por 100 mil habitantes, cresceu 28% no Paraná entre 1990 e 2000 de acordo com dados do IPEA, enquanto a média brasileira foi de 22% para o mesmo período.

Em síntese a história recente paranaense pode ser tratada pela elevação da desigualdade, devido ao desemprego e a maior concentração de renda pelos mais ricos, mantiveram o crescimento da violência analisada a partir da taxa de homicídio. Contudo, o maior grau de urbanização e a demanda por mão de obra qualificada melhoraram a educação da população, além da criação de novas universidades no estado e da alte-

ração do sistema educacional do ensino fundamental, reduzindo a evasão escolar e aumentando a quantidade média de anos de estudos da população adulta, ou seja, houve uma melhora quantitativa na educação.

4.2 Correlação das finanças públicas com indicadores socioeconômicos dos municípios paranaenses

As variáveis componentes da análise envolveram a qualidade da educação, a mortalidade infantil, a desigualdade e a receita municipal. Avaliaram-se as variáveis explicativas e correlacionadas com estas a fim de compreender como a diferença de realidade entre os municípios paranaenses em 2000 justificava a variação das mesmas. As reflexões a seguir se referem aos dados apresentados nas tabelas A1 a A4 do apêndice.

Ao analisar a correlação das diversas variáveis a fim de compreender a importância e com capacidade explicativa da dinâmica dos municípios paranaense pode-se verificar que as variáveis são interdependentes, como se pretende explicar. Uma variável atinge a outro com a mesma força e sentido. Observou-se que o IDEB (Índice de Educação Básica), que mensura a qualidade do ensino básico, tem forte correlação com a mortalidade infantil, em sentido inverso (quanto melhor a qualidade do ensino menor é a mortalidade infantil, que traz mais saúde e melhora o desempenho escolar). O IDEB tem correlação positiva com o nível de estudo das pessoas com mais de 25 anos, o que significa que a educação básica com qualidade estimula as pessoas a darem valor a educação, que por sua vez impacta positivamente o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Quanto maior a escolaridade, maior é o nível de desenvolvimento humano. Em sentido oposto, o IDEB tem uma correlação negativa com a taxa de pobreza (quanto mais pobres, menor o desempenho; e quanto menor o desempenho mais eles continuam pobres), mas positiva com a renda per capita (quanto maior o nível de escolaridade, maior a renda média per capita). Notou-se, contudo, que a participação pública, por meio das despesas públicas não é representativa e significativa para explicar o nível de desenvolvimento do IDEB. Os gastos públicos se

relacionam mais com o formalismo burocrático, como está fazendo, e com a população em geral, significando que o problema dos recursos na educação não é quanto se gasta, mas como se gasta. Esse é um problema contundente para qualquer avaliação de política pública.

A saúde também mostra uma relação fraca com o gasto público da saúde, sendo que a educação, mensurada pelo IDEB, é mais representativa para explicar a mortalidade infantil que o gasto com saúde, corroborando com a hipótese acima. O grau de urbanização também influencia positivamente a redução da mortalidade infantil pelo acesso aos domicílios com serviço de esgoto, água e lixo. A mortalidade infantil tem forte relação inversa com o IDH, com a expectativa de vida ao nascer, com a própria renda e com a educação. Quanto maior a mortalidade infantil, maior é a desigualdade mensurada pelo índice de Gini, maior é a pobreza e a taxa de fecundidade. Isso significa que a condição de vida do indivíduo conforma as necessidades vitais em termos de renda e saúde e retrata o nível da mortalidade infantil.

A desigualdade socioeconômica, mensurada pelo índice de Gini, diminui à medida que aumentam os anos de estudos, os domicílios com saneamento, a renda e o grau de urbanização. Os municípios mais urbanos são mais desiguais, quando viabilizam o acesso de domicílios com água encanada, esgoto e coleta de lixo é freqüente. Além disso, o tempo de estudo é uma variável importante para reduzir essa desigualdade. Em síntese, nesta etapa, pode-se evidenciar, a partir dos dados dos municípios paranaenses, como a educação com qualidade é um elemento crucial para buscar alternativas de desenvolvimento que sustentem um processo mais contínuo de oportunidades e novas ações.

A receita municipal, contudo, apresenta uma situação reativa, ou seja, ela é influenciada pela economia e não o contrário. Quanto maior o PIB, o emprego e o número de estabelecimentos maior será a receita do governo. Enquanto isso, o aumento da pobreza e a redução da renda per capita, não diminuem a desigualdade também. A receita será proveniente de uma dinâmica econômica que fortaleça a origem dos recursos.

Tais correlações permitem inferir que o maior problema relativo a efetividade da aplicação dos recursos públicos se refere a como é utilizado e não a falta dele. Por isso, há um entendimento equivocado entre o processo de orçamento e execução orçamentária e o planejamento estratégico municipal. O primeiro não substitui o outro, como alerta Rezende e Castor (2006). O planejamento estratégico municipal deve estabelecer as potencialidades e as dificuldades ao tratar do uso dos recursos públicos frente as demandas existentes, seguindo princípios de eficiência e eficácia dos recursos aplicados para atender essa demanda. Isso pode gerar a competição entre municípios, que é negativa no longo prazo pelos malefícios da concentração regional. Por isso, um plano estratégico municipal deve estar alinhado com uma visão regional e local. Contudo, cabe destacar alguns problemas de execução desse plano estratégico: 1) a administração dos recursos muda a cada 4 anos e, eventualmente, modifica o planejamento estratégico municipal, mesmo que não seja significativo; 2) as limitações legais para aplicação dos recursos (RODRIGUES, 2007); 3) visão de curto prazo em detrimento ao longo prazo e a visão municipal em detrimento a regional; 4) histórico fortemente construído a despeito da administração pública naquele momento (SOUZA, 1997; BLAKELY, 1994); 5) recursos humanos pré-determinados e não necessariamente com o perfil desejado pelo administrador (OLIVEIRA, 2006).

Superar esses problemas permitiria que o planejamento estratégico municipal fosse executado e as dificuldades oriundas da desigualdade regional sejam superadas e potencializadas as oportunidades, contudo esses problemas ainda estão distantes de serem resolvidos pela estrutura institucional do Estado no Brasil.

Conclusões

O objetivo desse artigo era avaliar a efetividade da intervenção do Estado, por meio dos governos municipais, no processo de desenvolvimento local e pode-se destacar a sua contribuição para academia, sociedade e administração pública. Para academia, traz uma discussão ampliada sobre a

efetividade da intervenção do Estado, mostrando que no Paraná não houve uma contribuição efetiva das administrações municipais para reduzir as desigualdades. Para a sociedade pode-se inferir justamente sobre as limitações da administração pública nesse processo e mostrar que não existe grande margem de manobra para aplicação dos recursos e uma preocupação excessiva com a eficiência e não com a eficácia dessa aplicação. Para a administração pública mostrou-se a importância de um planejamento estratégico municipal e vínculo com as proposições regionais, não somente municipais, para buscar otimizar o uso dos recursos, mesmo com as limitações mencionadas.

Assim, cabe destacar que as finanças públicas ainda não representam um papel efetivo para mudança das desigualdades socioeconômicas dos municípios paranaenses. Verificou-se que há uma dinâmica própria em cada município a partir das oportunidades de desenvolvimento econômico local que incrementam as finanças públicas e afetam positivamente os indicadores sociais. Com isso, mostrou-se a necessidade de discutir a capacidade de intervenção do Estado. Não pela eficiência na alocação dos recursos, controlado pelas instâncias de fiscalização, mas pela eficácia da aplicação.

Por fim, propõem-se como novos trabalhos um estudo qualitativo de administrações públicas que conseguiram superar os problemas, estabelecer e implementar um planejamento estratégico municipal com efetiva mudança da desigualdade social.

Referências

- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1997*. Washington/USA, 1997.
- BÊRNI, Duilio de Avila (coordenador). *Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento*. São Paulo: Saraiva, 2002. (*)
- BLACKELY, Edward J. *Planning Local Economic Development: theory and practice*. 2. ed. USA: Sage Publications, 1994.
- CÂNDIDO JR, José Oswaldo. Efeitos do investimento público sobre o produto e a produtividade: uma análise empírica. Texto para discussão 1204. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, agosto 2006.
- DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. São Paulo: PrenticeHall/ Pearson Education, 2004. (*)
- DUBRESSON, Alain; FAURÉ, Yves-André.

Décentralisation et développement local: un lien à repenser. *Revue Tiers Monde*, n. 181, janvier-mars 2005.

FARIA, C.A.P.; FILGUEIRAS, C.A.C. As políticas dos sistemas de avaliação da educação básica do Chile e do Brasil. In: HOCHMAN, G.; ARRECH, M.; MARQUES, E. (org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 327-368.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, ano IV, n. 9, 2º semestre de 2001.

FROELICH, José Marcos. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 94, p. 87-96, maio/dez. 1998.

GIL, Antonio Carlos. *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IGLESIAS, Enrique V. El papel del Estado y los Paradigmas Económicos en América Latina. *Revista de La CEPAL*, Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/ ONU, n. 90, dic. 2006.

IPARDES. *Leituras regionais: Mesorregiões Geográficas Paranaenses: Sumário Executivo*. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2004.

IPARDES. *Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores socioeconômicos e demográficos*. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2003.

IPEADATA. *Dados econômicos*. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 abr. 2008.

LERDA, Juan Carlos; ACQUATELLA, Jean; GÓMEZ, José Javier. Coordinación de políticas públicas: desafíos y oportunidades para una agenda fiscal-ambiental. In: ACQUATELLA, Jean; BÁRCENA, Alicia (Eds.). *Política fiscal y medio ambiente: bases para una agenda común*. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)/ONU, 2005. p. 65-88.

LOWI, T. Four systems of policy, politics, and choice. *Public Administration Review*, 32, p. 298-310, 1972.

MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. de. *Da construção ao desmanche: análise do projeto paranaense de desenvolvimento*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENICUCCI, T. A implementação da reforma sanitária da: a formulação de uma política. In: HOCHMAN, G.; ARRECH, M.; MARQUES, E. (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 303-326.

MONTEIRO NETO, A. *Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo*. Texto para discussão 1229. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, novembro 2006.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro 40(2): 273-88, mar./abr. 2006.

_____. Implementing environmental policies in developing countries through decentralization: the case of protected areas in Bahia, Brazil, *World Development*, v. 30, n. 10, p. 1713-1736, 2002.

PRITCHETT, L. The Tyranny of Concepts CUDIE (Cumulated, Depreciated Investment Effort) Is Not Capital. POLICY RESEARCH WORKING PAPER 2341. *The World Bank Development - Research Group Poverty and Human Resources*. NW, Washington/ DC, USA, May 2000.

REZENDE, D.A.; CASTOR, B.V.J. *Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

REZENDE, F.C. *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RODRIGUES, G. Democracia e partidos políticos: os gastos públicos municipais como instrumento de análise político-ideológico. In: HOCHMAN, G.; ARRETECH, M.; MARQUES, E. (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 275-302.

SECRETARIA de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL). Paraná Plano Plurianual 2008 a 2011. Lei n. 15.757, de 27 de dezembro de 2007. Paraná, 2007.

_____. Plano de Governo do Paraná 2003 a 2006. *Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social*. Curitiba, 2003.

SILVA, C.L. *Investimento estrangeiro direto: da dependência à globalização*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

_____. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C.L.; MENDES, J.T.G. (Org.). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 11-40.

SILVA, Christian Luiz da; MICHON JUNIOR, Wilian. *Desenvolvimento socioeconômico local e reestruturação produtiva paranaense na década de 1990*. Interações, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 29-43, 2008.

SOTO TORRES, M. Dolores; FERNÁNDEZ LECHÓN, Ramón. Feedback Process in Economic Growth: relations between hours worked and labour productivity. *Proceeding... Conference System Dynamics*, p. 1-20. Disponível em: <www.systemdynamics.org/conferences/2006/proceed/papers/soto-170.pdf>. Acesso em: dez. 2006.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETECH, M.; MARQUES, E. (org.). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 65-86.

SOUZA, M.L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ/Garamont, n. 3, jul./dez. 1997.

Apêndice 1 - indicadores socioeconômicos selecionados e respectiva correlações

Observa-se que a apresentação da matriz de correlação com todos os indicadores não foi apresentada por dificuldade de representação da mesma, pois possui 95 linhas e 95 colunas. Desta forma, as tabelas 1A a 4ª representam a síntese dos dados tratados e utilizados para reflexão.

TABELA 1A - Correlações Significativas da IDEB - rede municipal 1ª fase EF com Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Paranaenses - 2000

	Pearson Correlation	Sig. (2-tailed)	N
Pobreza - pessoas pobres (P0) - (%)	(0,38)	0,00	383
Pobreza - pessoas indigentes (P0) - (%)	(0,32)	0,00	383
Mortalidade até um ano de idade (por mil nascidos vivos)	(0,29)	0,00	383
Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos)	(0,29)	0,00	383
Taxa de fecundidade - (%)	(0,28)	0,00	383
Despesas por função - educação e cultura - municipal - % RC	(0,17)	0,00	383
Área Geográfica publicada nos Censos - Km2	(0,10)	0,04	383
Taxa de Crescimento Geométrico Populacional - Urbana (%)	(0,10)	0,05	383
Índice de Gini	(0,09)	0,07	383
PEA Total por Estabelecimentos	(0,09)	0,09	383
Grau de Urbanização (%)	0,08	0,10	383
Despesas por função - saúde e saneamento - municipal - R\$	0,08	0,10	383
Empregos - Total	0,08	0,10	383
Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Serviços (R\$1,00)	0,09	0,08	383
Energia Elétrica - Consumo (mwh)	0,09	0,07	383
Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Indústria (R\$1,00)	0,09	0,07	383
Valor Adicionado no Comércio (R\$1,00)	0,09	0,07	383
Empregos por PEA	0,09	0,07	383
Despesas por função - educação e cultura - municipal - R\$	0,09	0,06	383
Despesas por função - assistência e previdência - municipal - PER CAPITA R\$	0,10	0,06	383
Valor Adicionado - Total (R\$1,00)	0,10	0,06	383
Domicílios - com água canalizada rede geral - número - Domicílios	0,10	0,06	383
PEA (10 anos e mais) - Rural	0,10	0,06	383
População Urbana - Total	0,10	0,06	383
Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Total (R\$1,00)	0,10	0,05	383
PEA (10 anos e mais) - Urbana	0,10	0,05	383
Energia Elétrica - Consumidores	0,10	0,05	383
POT TOT	0,10	0,05	383
Domicílios - com iluminação elétrica - número - Domicílios	0,10	0,05	383
Estabelecimentos - Total	0,10	0,05	383
PEA (10 anos e mais) - Total	0,10	0,04	383
Densidade Demográfica (hab/km²)	0,10	0,04	383
DESPESAMUNICIPAIS PER CAPITA R\$	0,11	0,04	383
Despesas por função - saúde e saneamento - municipal - PER CAPITA R\$	0,11	0,03	383
Valor Adicionado por PEA	0,12	0,02	383
Despesas por função - habitação e urbanismo - municipal - % RC	0,12	0,01	383
Despesas por função - habitação e urbanismo - municipal - PER CAPITA R\$	0,13	0,01	383
Valor Adicionado por Empregos	0,14	0,01	383
PIB Básico por PEA Total	0,14	0,01	383
Despesas por função - indústria, comércio e serviços - municipal - R\$	0,14	0,01	383
Despesas por função - indústria, comércio e serviços - municipal - PER CAPITA R\$	0,18	0,00	383
Domicílios - com serviço de coleta de lixo - pessoas - (%)	0,18	0,00	383
Investimentos / Receita Total	0,19	0,00	383
Valor Adicionado na Produção Primária (R\$1,00)	0,20	0,00	383
Produto Interno Bruto a Preços Básicos - Agropecuária (R\$1,00)	0,21	0,00	383
Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)	0,21	0,00	383
Despesas por função - indústria, comércio e serviços - municipal - % RC	0,22	0,00	383
Domicílios - com água encanada - pessoas - (%)	0,24	0,00	383
Domicílios - com água encanada e banheiro - pessoas - (%)	0,24	0,00	383
Domicílios - com energia elétrica - pessoas - (%)	0,27	0,00	383
Domicílios - com água encanada e banheiro - pessoas - (%)	0,28	0,00	383
Renda - rendimentos do trabalho - (%)	0,29	0,00	383
IDHM - Taxa Bruta de Frequência Escolar (%)	0,30	0,00	383
IDHM - Longevidade	0,30	0,00	383
Esperança de vida ao nascer - Ano	0,30	0,00	383
IDHM - Esperança de Vida ao Nascer (anos)	0,30	0,00	383
Domicílios - com computador - pessoas - (%)	0,31	0,00	383
Domicílios - com energia elétrica e televisão - pessoas - (%)	0,31	0,00	383
Domicílios - com telefone - pessoas - (%)	0,33	0,00	383
Anos de estudo - média - pessoas 25 anos e mais - Ano	0,34	0,00	383
Renda per capita - R\$ de 2000	0,37	0,00	383
IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	0,37	0,00	383
Domicílios - com energia elétrica e geladeira - pessoas - (%)	0,38	0,00	383
IDHM - Renda	0,40	0,00	383
IDHM - Taxa de Alfabetização (%)	0,41	0,00	383
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,45	0,00	383
IDHM - Educação	0,46	0,00	383
Domicílios - com carro - pessoas - (%)	0,48	0,00	383
IDEB - rede estadual 2ª fase EF	0,53	0,00	380
IDEB - rede municipal 2ª fase EF	0,71	0,05	8
IDEB - rede municipal 1ª fase EF	1,00	-	383

Fonte dos Dados Brutos: IBGE, PNUD, COPEL, IPEA, STN

TABELA 2A - Correlações Significativas da Mortalidade até um ano de idade (por mil nascidos vivos) com Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Paranaenses - 2000

	Pearson Correlation	Sig. (2-tailed)	N
IDHM - Longevidade	(0,99)	-	390
Esperança de vida ao nascer - Ano	(0,99)	-	390
IDHM - Esperança de Vida ao Nascer (anos)	(0,99)	-	390
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	(0,77)	0,00	390
Domicílios - com energia elétrica e geladeira - pessoas - (%)	(0,53)	0,00	390
Domicílios - com carro - pessoas - (%)	(0,49)	0,00	390
IDHM - Educação	(0,49)	0,00	390
IDHM - Renda	(0,44)	0,00	390
Anos de estudo - média - pessoas 25 anos e mais - Ano	(0,44)	0,00	390
Domicílios - com água encanada e banheiro - pessoas - (%)	(0,42)	0,00	390
Domicílios - com energia elétrica e televisão - pessoas - (%)	(0,42)	0,00	390
IDHM - Renda per Capita (R\$1,00)	(0,41)	0,00	390
Renda per capita - R\$ de 2000	(0,41)	0,00	390
IDHM - Taxa Bruta de Frequência Escolar (%)	(0,39)	0,00	390
Domicílios - com telefone - pessoas - (%)	(0,39)	0,00	390
IDHM - Taxa de Alfabetização (%)	(0,38)	0,00	390
Renda - rendimentos do trabalho - (%)	(0,35)	0,00	390
Domicílios - com energia elétrica - pessoas - (%)	(0,35)	0,00	390
Domicílios - com água encanada - pessoas - (%)	(0,34)	0,00	390
Domicílios - com água encanada - pessoas - (%)	(0,34)	0,00	390
Domicílios - com serviço de coleta de lixo - pessoas - (%)	(0,34)	0,00	390
Domicílios - com computador - pessoas - (%)	(0,33)	0,00	390
IDEB - rede estadual 2ª fase EF	(0,30)	0,00	386
IDEB - rede municipal 1ª fase EF	(0,29)	0,00	383
Produto Interno Bruto per Capita (R\$1,00)	(0,25)	0,00	390
Grau de Urbanização (%)	(0,22)	0,00	390
Despesas por função - saúde e saneamento - municipal - PER CAPITA R\$	(0,20)	0,00	390
DESPESAMUNICIPAIS PER CAPITA R\$	(0,20)	0,00	390
PIB Básico por PEA Total	(0,18)	0,00	390
Despesas por função - habitação e urbanismo - municipal - PER CAPITA R\$	(0,17)	0,00	390
Despesas por função - indústria, comércio e serviços - municipal - PER CAPITA R\$	(0,17)	0,00	390
Despesas por função - assistência e previdência - municipal - PER CAPITA R\$	(0,17)	0,00	390
Investimentos / Receita Total	(0,16)	0,00	390
Empregos por PEA	(0,16)	0,00	390
Despesas por função - indústria, comércio e serviços - municipal - PER CAPITA R\$	(0,14)	0,00	390
Despesas por função - educação e cultura - municipal - PER CAPITA R\$	(0,14)	0,01	390
Despesas por função - habitação e urbanismo - municipal - % RC	(0,13)	0,01	390
Despesas por função - administração e planejamento - municipal - PER CAPITA R\$	(0,13)	0,01	390
Valor Adicionado por PEA	(0,13)	0,01	390
Despesas por função - indústria, comércio e serviços - municipal - R\$	(0,12)	0,02	390
IDEB - rede municipal 2ª fase EF	(0,11)	0,79	8
Despesas por função - administração e planejamento - municipal - R\$	(0,10)	0,04	390
Valor Adicionado na Produção Primária (R\$1,00)	(0,09)	0,07	390
Despesas por função - saúde e saneamento - municipal - % RC	(0,09)	0,09	390
PEA Total por Estabelecimentos	0,11	0,04	390
Taxa de Crescimento Geométrico Populacional - Urbana (%)	0,11	0,03	390
Despesas por função - educação e cultura - municipal - % RC	0,17	0,00	390
Área Geográfica publicada nos Censos - Km2	0,22	0,00	390
Índice de Theil	0,23	0,00	390
Índice de Gini	0,29	0,00	390
Taxa de fecundidade - (%)	0,35	0,00	390
Pobreza - pessoas indigentes (P0) - (%)	0,45	0,00	390
Pobreza - pessoas pobres (P0) - (%)	0,52	0,00	390
Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos)	1,00	-	390
Mortalidade até um ano de idade (por mil nascidos vivos)	1,00	-	390

Fonte dos Dados Brutos: IBGE, PNUD, COPEL, IPEA, STN

Levantamento do potencial de comercialização de produtos orgânicos para o estado de Mato Grosso do Sul

Evaluation of the potential market for organic products in the state of Mato Grosso do Sul (Brazil)

Levantamiento del potencial de comercialización de productos orgánicos para el estado de Mato Grosso del Sur (Brasil)

Suppression du potentiel pour la commercialisation de produits biologiques pour l'état du Mato Grosso do Sul

Cristiane Maria Vendramini Momesso*

Antonia Railda Roel**

Simone Palma Favaro***

Recebido em 20/9/2008; revisado e aprovado em 10/10/2008; aceito em 29/1/2009

Resumo: Na avaliação sobre o potencial de mercado consumidor de produtos orgânicos em Campo Grande, MS, conclui-se que a maioria das mulheres entrevistadas afirmou conhecer o produto orgânico, porém, apenas aproximadamente a metade realmente sabe seu significado. Cerca de 52% delas pagaria mais caro por esse produto e estariam dispostas a procurar local próprio de comercialização (63,23%). Após esclarecimentos sobre os benefícios do produto orgânico, quase a totalidade (99,35%) optaria por estes produtos.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Agroecologia. Sustentabilidade. Segurança alimentar.

Abstract: Evaluation the potential market in Campo Grande for organic products, it was concluded that most of the interviewed women declared to know organic product is, although only a half part of them actually knew its meaning. Around 52% of the evaluated group would spend higher values to acquire organic products, and 66.23% were willing in going to a specific market place. Almost the entirely interviewed women (939.35%) would choose organic products after an explanation about their benefits.

Keywords: Local development. Agroecology. Sustainability. Food assurance.

Résumé: Pour évaluer le potentiel du marché de consommation pour les produits biologiques à Campo Grande, MS, a conclu que la majorité des femmes interrogées ont déclaré connaître les produits biologiques, cependant, seulement environ la moitié sait vraiment son importance. Environ 52% d'entre eux paient plus cher pour ce produit et être prêts à chercher leur propre mise sur le marché (63,23%). Après des éclaircissements sur les avantages des produits biologiques, la quasi-totalité (99,35%) optent pour ces produits.

Mots-clés: Le développement local. Agroécologie. La durabilité. La sécurité alimentaire.

Resumen: La evaluación del potencial de mercado consumidor de productos orgánicos en Campo Grande, MS, he llegado a la conclusión de que la mayoría de las mujeres entrevistadas afirmarían conocer el producto ecológico, sin embargo, sólo aproximadamente la mitad sabe realmente su significado. Aproximadamente el 52% de ellas pagarían más caro por ese producto y estarían dispuestas a ir a tiendas específicas para su comercialización (63,23%). Después de una aclaración sobre los beneficios del producto ecológico, casi la totalidad (99,35%) optarían por estos productos.

Palabras clave: Desarrollo local. Agroecología. La sostenibilidad. La seguridad alimentaria.

Introdução

A exposição a pesticidas agrícolas é frequentemente associada a riscos para a saúde humana, e atualmente com a promoção ao mal de Parkinson (XUE-FENG WANG et al., 2006). O meio ambiente também é fortemente impactado pelo uso contínuo dos pesticidas.

Estudo de impacto ambiental causado pelo uso de pesticidas agrícolas na Inglaterra mostrou uma redução nos índices avaliados e o autor atribuiu este comportamento uma exigência dos consumidores e reforça que esta tendência deveria ser acompanhada por políticas governamentais e nortear a produção industrial (CROSS e EDWARDS-JONES, 2006).

* Nutricionista - Mestre em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande, MS. E-mail: momesso1@terra.com.br

** Engenheira Agrônoma, Dra. Entomologista pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" ESALQ/USP. Atualmente profa. Mestrado em Biotecnologia, UCDB, Campo Grande, MS. E-mail: arroel@ucdb.br

*** Engenheira Agrônoma, Dra. Ciências dos Alimentos pela Universidade Estadual de Londrina UEL. Atualmente profa Mestrado em Biotecnologia, UCDB, Campo Grande, MS. E-mail: simone.palma@ucdb.br

Recena et al. (2006) realizaram um levantamento epidemiológico no período de 1992 a 2002 no estado do Mato Grosso do Sul quanto às ocorrências de intoxicação registradas oficialmente. O estudo mostrou que a média de letalidade neste estado foi três vezes superior à média brasileira. A capital do estado, Campo Grande apresentou o índice mais alto no ano de 2000, com 100,5 casos para cada 100.000 habitantes.

Em opção ao uso massivo de pesticidas a agricultura orgânica apresenta-se como um mecanismo de produção, baseado no conhecimento dos processos ecológicos, buscando mudanças socioeconômicas para a promoção da sustentabilidade de todos os setores do sistema alimentar (GLIESSMAN, 2001). A produção por mecanismos orgânicos além de oferecer alimentos inócuos tem mostrado superioridade na qualidade nutricional. Worthington (2001) realizou um estudo a partir da literatura existente sobre a comparação do produto orgânico e o convencional de frutas, vegetais e grãos e concluiu que o produto orgânico contém mais vitamina C, ferro, magnésio e fósforo; menos nitrato e menor teor de metais pesados que o produto convencional, porém não obteve resultados significantes quanto às proteínas.

De acordo com Soel (*apud* YUSSEF, 2004) mais de 24 milhões de hectares são administrados organicamente no mundo. A parte mais significativa desta área está localizada na Austrália (10 milhões de hectares). A agricultura orgânica é praticada em aproximadamente 100 países. A América Latina é a segunda em cultivo de terras orgânicas, estando a Argentina em primeiro lugar, seguido do Brasil com aproximadamente 841 mil hectares (YUSSEF, 2004). Em torno de 70% da produção brasileira, situa-se nos Estados do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Espírito Santo. O crescimento nas vendas de orgânicos tem alcançado um ritmo de 50% ao ano (DAROLT, 2002). O Estado de Mato Grosso do Sul está iniciando a produção de orgânicos com alguns produtores em associações, mas com potencial considerável de crescimento.

A agricultura orgânica destaca-se pelo respeito ao meio ambiente e à humanidade, pois é tida como agricultura sustentável. Há considerável redução da dependência do

comércio e da indústria. Sendo assim, está inserida no processo de desenvolvimento local, abrindo portas para o pequeno agricultor neste mundo globalizado. Segundo Ávila et al. (2000), considera que o Desenvolvimento Local não é um processo que usa em um primeiro momento reativar a economia e sim a cultura, a visão, o entendimento das pessoas, ou seja, o processo flui do sócio-cultural para o econômico. O Desenvolvimento Local é ativador da capacidade das pessoas a gerarem atividades, e daí criarem renda.

Órgãos governamentais envolvidos diretamente com a reforma agrária estudam formas de viabilizar a sustentabilidade das populações em assentamentos rurais, aldeias indígenas e pequenos produtores em geral, frequentemente em regiões próximas a áreas de preservação. Cerca de três quartos da área do bioma Pantanal pertence ao estado de Mato Grosso do Sul e as práticas agrícolas podem constituir-se ou não em fontes de contaminação a esse ecossistema. Portanto, há uma oferta considerável de prováveis produtores rurais que buscam a alternativa mais viável rumo a agricultura sustentável, sendo assim nos encontramos diante da questão fundamental: há mercado potencial para os produtos orgânicos em Campo Grande?

Objetivou-se analisar o potencial de mercado consumidor do produto orgânico em Campo Grande, MS, maior população do estado. Pretendeu-se conhecer o mercado consumidor do produto orgânico; verificar se o público alvo está sensibilizado quanto à qualidade do produto; identificar se o comprador destes produtos irá a um mercado local específico e detectar se as pessoas eventualmente pagariam mais por estes produtos.

Material e métodos

A partir do censo demográfico de 2000 (IBGE), obteve-se o total de bairros existentes em Campo Grande e o total de mulheres residentes nestes bairros, optando-se por seis bairros com maior faixa de renda mensal, pois o produto orgânico ainda é utilizado por uma clientela diferenciada, devido ao elevado custo atual. O tamanho da amostra populacional foi obtido de acordo com Rea e Parker (1999), trabalhando com erro amostral de 10%, totalizando 100 mulheres

no mínimo Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionários totalizando 154 mulheres, no período de maio a setembro de 2005. As informações contidas nos questionários aplicados foram agrupadas por idade, escolaridade e renda familiar para se obter o perfil do atual consumidor e o potencial em Campo Grande, MS.

Em uma segunda investigação de demanda, foi realizada uma pesquisa nos três hipermercados existentes na cidade de Campo Grande, MS. Esta pesquisa aconteceu verbalmente, com o objetivo de conhecer os produtos cadastrados em cada loja e a demanda em relação aos mesmos.

Os dados coletados, resposta das pes-

soas que participaram da entrevista, foram transformados em porcentagem inseridos em tabelas ou gráficos.

Resultados e discussão

A distribuição da faixa etária das pessoas que fizeram parte da pesquisa mostrou que a maioria possui idade acima de 21 anos, 40,91% possuem de 36 a 50 anos de idade, 27,92% de 21 a 35 anos, seguido de 25,97%, acima de 50 anos. Sobre a escolaridade, a maioria delas possui o superior completo, com 55,19%, seguido de 16,23% com segundo grau completo e 14,29% com superior incompleto (Tabela 1).

Tabela 1 - Perfil da População Amostrada (154 Mulheres), para o levantamento do Mercado Consumidor Potencial de Produtos Orgânicos no Município de Campo Grande, MS.

Faixa etária		Grau de instrução		Renda familiar	
Proporção (%)	Idade (anos)	Proporção (%)	Escolaridade	Proporção (%)	Salários mínimos
3,90	até 20	3,90	1º grau incompleto	5,19	até 2
27,92	21 a 35	5,19	1º grau completo	16,23	3 a 5
40,91	36 a 50	4,55	2º grau incompleto	11,69	6 a 8
25,97	> de 50	16,23	2º grau completo	14,94	9 a 11
1,30	sem resposta	14,29	superior incompleto	50	> de 12
-	-	55,19	superior completo	-	-
-	-	0,65	sem resposta	-	-

Sobre a renda familiar 50% das mulheres questionadas referem-se ao recebimento de mais de 12 salários mínimos mensais, resultado semelhante observado por Ruchinski et al. (1999) sobre o perfil dos consumidores de orgânicos nas feiras verdes no município de Curitiba.

Apesar de Campo Grande estar iniciando a comercialização, 55,19% destes afirmaram que consomem produtos orgânicos às vezes, 14,94% "sempre consomem", 18,83% não responderam e 11,04% "nunca consomem" (Gráfico 1). As pessoas que conhecem orgânicos, nunca consomem por "não achar o produto".

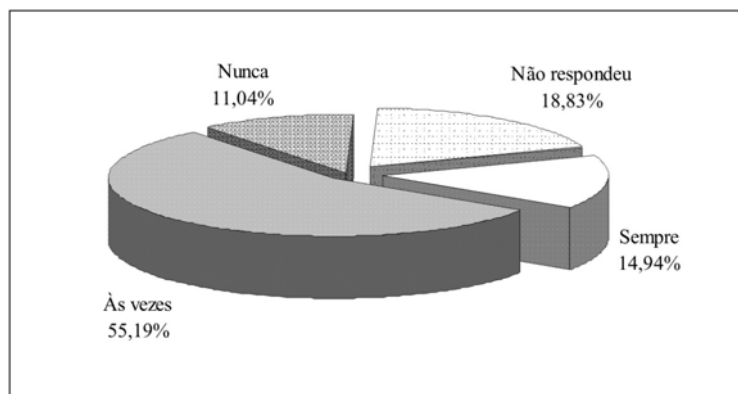


Gráfico 1 - Frequência de consumo de produtos orgânicos dos entrevistados sobre potencial de consumidores de produtos orgânicos em Campo Grande, MS, 2005.

Para identificar se realmente sabem o que significa o produto orgânico, foi solicitada a descrição deste. Das pessoas que afirmaram saber, a maioria (54,40%) respondeu corretamente, limitando-se a responder que “o produto orgânico é um produto sem agrotóxico ou sem produtos químicos”. Das demais, 16,0% não sabiam responder, inclusive parte delas respondeu que “eram produtos cultivados na água”, enquanto 29,6% não responderam, o que denuncia que não sabiam seu significado (Gráfico 3).

Ficou evidente que as pessoas confundem “produtos orgânicos” com “integrais”, “naturais” e “hidropônicos”. Nos supermercados esses produtos são colocados próximos aos orgânicos, o que pode provocar tal equívoco. A falta de informação leva os consumidores preocupados com a saúde, a adquirir hidropônico, que são cultivados com insumos agrícolas sintéticos. Em hidroponia, as soluções usadas são ricas em nitrato, na forma prontamente disponível e em condições favoráveis à absorção pelas raízes. Assim, os teores de nitrato nos produtos hidropônicos

tendem a ser superiores aos observados nas plantas cultivadas em outros sistemas (FAQUIN e ANDRADE, 2004). Em Florianópolis 94,50% dos entrevistados responderam corretamente o significado de produto orgânico, maior que a encontrada na presente investigação (KOHLRAUSCH et al., 2004). A autora ainda relata que naquela cidade há informações em supermercados e na mídia, o que não ocorre em Campo Grande.

Quando o assunto é preço, 37,01% das pessoas que participaram da avaliação não responderam à questão. Apenas 24,03% pagariam 10% a mais pelo produto, 22,73% pagariam 5% a mais, 9,74% pagariam 20% ou mais e 6,49% pagariam 15% a mais (Gráfico 2). O produto orgânico apresenta frequentemente preço superior ao produto convencional, no entanto não é necessariamente mais caro, pois não há utilização de produtos sintéticos que encarecem a produção, por outro lado há maior utilização de mão de obra e perdas ocasionais. Há ainda a questão da demanda maior que a oferta e disposição de consumidores em pagar pelo produto.

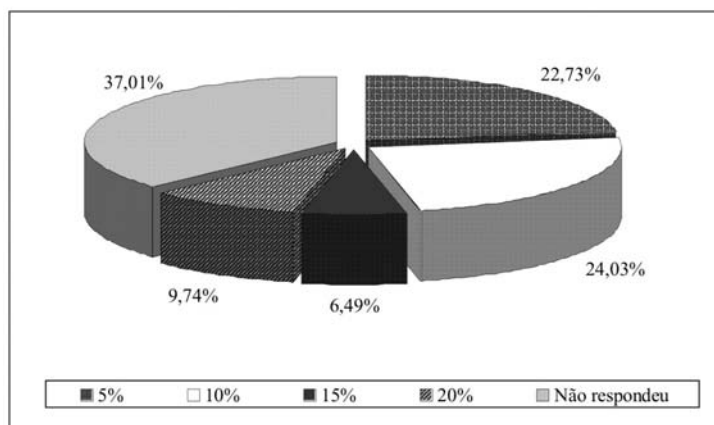


Gráfico 2 - Porcentagem excedente que os entrevistados sobre potencial de consumidores de produtos orgânicos em Campo Grande, MS, 2005, pagariam por estes produtos.

A afirmação de que o “consumidor em potencial pagaria mais caro pelo produto diferenciado” é semelhante a pesquisas realizadas em outros estados, como a do Paraná feita por Darolt (2002), que, apesar da maioria (62,7%) afirmar que considera os preços mais caros em relação aos convencionais, o consumo continua crescendo.

Altieri e Mazera (1998) demonstraram que os métodos são inadequados para uma análise mais ampla, nos quais é dada dimen-

são econômica sem abordar análises em longo prazo, como mudanças ambientais, perdas de solo, de recursos genéticos além de reflexos sociais e da qualidade dos alimentos.

Sobre a comercialização, 81,17% afirmam conhecer o produto orgânico (Tabela 2), mas apenas 54,40% realmente conhecem (Gráfico 3). A falta de informação é um problema atualmente encontrado para comercialização desses no estado e campanhas de divulgação são necessárias.

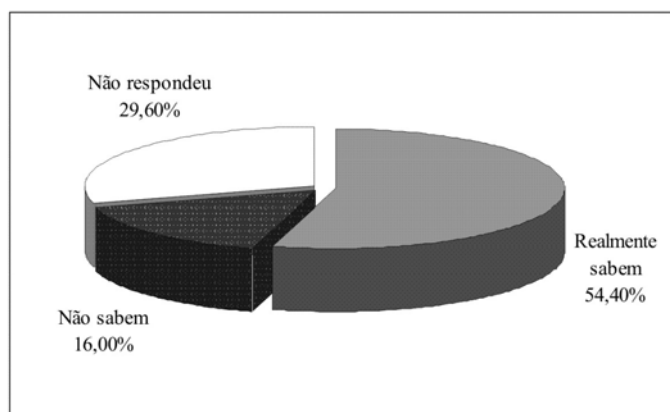


Gráfico 3 - Respostas descritivas das 125 mulheres que afirmaram que sabem o que significa o produto orgânico no questionário aplicado sobre potencial de consumidores de produtos orgânicos em Campo Grande, MS, 2005.

Quase a metade dos entrevistados diz procurar por produtos orgânicos (44,80%). A maioria destes está disposta a pagar mais

caro por estes produtos, 51,95% dos entrevistados, os quais 5%, a 20% a mais que o dos produtos convencionais (Tabela 2).

Tabela 2 - Respostas afirmativas e negativas, referentes à comercialização de produtos orgânicos, dos entrevistados sobre o potencial de consumidores destes alimentos em Campo Grande, MS, 2005.

Questões	Sim	Não	Não respondeu
Sabe o que significa produto orgânico?	81,17%	18,83%	-
Procura por produtos orgânicos?	44,80%	33,77%	21,43%
Pagaria mais caro por este produto orgânico?	51,95%	27,27%	20,78%
Iria a um local específico de venda?	63,23%	13,64%	20,13%

Sobre o local de comercialização, 63,23% das mulheres estão dispostas a se deslocarem ao local específico, desde que encontrem variedade de produtos em local acessível. A comercialização em algumas cidades é feita em locais próprios e vendas diretamente do produtor.

Após a explicação sobre as vantagens e qualidades do produto orgânico aos entrevistados, foram novamente questionados: “Você agora, compraria produtos orgânicos?” Como resposta 99,35% das pessoas afirmou que “sim” (Tabela 3).

Tabela 3 - Comparação entre as respostas afirmativas de compra do produto orgânico antes e após a sensibilização, na qual se explica resumidamente o que significa e as vantagens do produto orgânico em Campo Grande, MS, 2005.

Questões	Antes da sensibilização	Após sensibilização
Comprariam produtos orgânicos	71,43%	99,35%
Não comprariam produtos orgânicos	1,30%	0,65%
Comprariam dependendo do preço	14,93%	-
Comprariam dependendo da facilidade	9,74%	-
Não responderam	2,60%	-

Confrontando os dados obtidos a partir das mulheres que realmente sabem o que significa o produto orgânico e os consomem, obteve-se uma amostragem do perfil do consumidor atual de Campo Grande, MS. Em

relação à frequência de consumo apenas 11,76% afirmam consumir com frequência e 70,59% às vezes, 14,71% dizem nunca consumir produtos orgânicos e 2,94% não responderam (Gráfico 4).

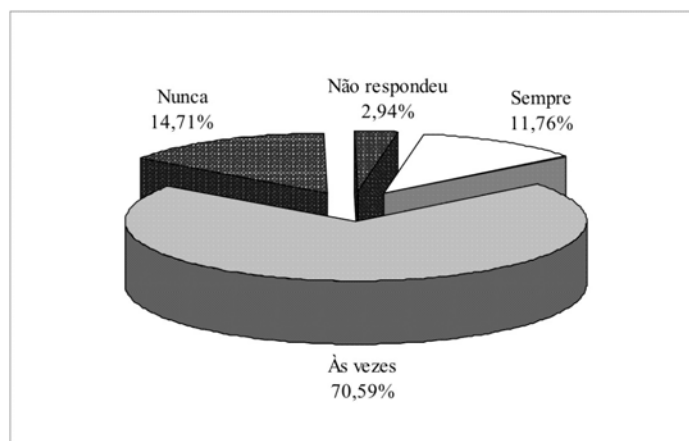


Gráfico 4 - Frequência de consumo de produtos orgânicos dos entrevistados sobre potencial de consumidores de produtos orgânicos em Campo Grande, MS, 2005, que realmente conhecem o que significa o produto orgânico.

Estabeleceu-se o perfil do real consumidor deste tipo de produto em Campo Grande, MS (Tabela 4). Constatou-se que as pessoas que conhecem o produto e o consomem, enquadram-se na faixa etária de 36 a 50 anos, possuem grau superior completo e renda superior a 12 salários mínimos. De acor-

do com Darolt (2002) existem dois tipos de consumidores: os mais antigos, motivados e bem informados e exigentes em termos de qualidade biológica do produto, e os mais recentes de pouca escolaridade, frequentadores das grandes redes de supermercados.

Tabela 4 - Perfil do Consumidor de Produtos Orgânicos no Município de Campo Grande, MS, 2005.

Faixa etária		Grau de instrução		Renda familiar	
Proporção (%)	Idade (anos)	Proporção (%)	Escolaridade	Proporção (%)	Salários mínimos
25	21 a 35	3,57	1º grau incompleto	1,79	< de 2
25	36 a 50	19,64	2º grau completo	7,14	3 a 5
21,42	> de 51	1,79	2º grau incompleto	7,14	6 a 8
1,79	sem resposta	8,93	superior incompleto	14,28	9 a 11
-	-	64,28	Superior completo	67,86	> de 12

Uma pesquisa encomendada pelo SEBRAE-PR realizada pelo Datacenso (2002) nos Estados do Sul e Sudeste mostrou que 53% das pessoas entrevistadas responderam que possuem o hábito de consumir alimentos orgânicos, principalmente da classe A (60%). Ruchinski e Brandenburg (1999) após pesquisa em duas feiras verdes no município de Curitiba descreveram o perfil do consumidor orgânico: profissional liberal, na maioria do sexo feminino (66%), idade entre 31 e 50 anos (62% dos casos), nível de instrução elevada, maioria com curso superior. Declaram que conhecem os males dos agrotóxicos, tem ainda o hábito de praticar esporte (54,9%) e 62,9% procuram estar em contato com a natureza (62,9%). Os mesmos autores confrontaram a escolaridade de freqüentadores de feiras tradicionais e orgânicas e constataram que os últimos têm maior escolaridade (maioria curso universitário) e os primeiros, primeiro grau, sendo que destes somente 2,7% sabem da existência de feiras orgânicas. A maior parte dos consumidores das feiras convencionais tem renda de até dez salários mínimos, e os de feira orgânica, 68% tem renda superior a nove salários mínimos.

Estudos efetuados na Itália, Inglaterra, França e Alemanha por Sylvander (1998), mostraram as razões para o baixo consumo de produtos orgânico pela população, em primeiro lugar está o preço, seguido da oferta insuficiente e ainda a dúvida sobre a procedência. A pesquisa mostrou que 15% dos consumidores estão sensibilizados a respeito dos alimentos orgânicos e que as informações para os consumidores ainda são insuficientes em 72% dos casos.

Apesar das dificuldades nas pesquisas nos três hipermercados da cidade, obtiveram-se algumas informações. No setor de mercearia o gerente afirmou ter apenas café orgânico, porém verificou-se que havia ainda duas marcas de açúcar. De acordo com as respostas dos funcionários ficou a dúvida se estes sabem o que significa produtos orgânicos? No setor de frutas, verduras e legumes há grande variedade de produtos, como: sucos prontos, rúcula, almeirão, cenoura, batata, espinafre, chuchu, abobrinha, e muitas frutas, como laranja, morango, banana prata e nanica. Todos os produtos com certificado do IBD ou Ecocert, entidades de certifi-

cação conceituadas no Brasil. "As vendas destes produtos estão crescendo muito", conforme informou o gerente do setor; justificando o aumento da variedade dos orgânicos.

No segundo hipermercado, foram entrevistadas três pessoas, que não souberam informar sobre o produto, e deixaram evidente que confundem produtos orgânicos com naturais e integrais. A responsável pelos produtos naturais, relatou que vendeu orgânicos, feijão, soja, arroz, milho de pipoca e açúcar, por onze meses, e cessaram os pedidos por não haver saída. No terceiro hipermercado o gerente do setor da mercearia relatou que há demanda e que pretendem aumentar a variedade destes produtos.

Observa-se, portanto, que mesmo os gerentes de grandes centros de venda desconhecem o que significa produto orgânico. De maneira geral não há informação no local sobre estes produtos. O desconhecimento não só do consumidor como dos funcionários responsáveis pelas vendas e confundem com outros como "naturais, *light*, integrais e hidropônicos", muitas vezes colocados estrategicamente lado a lado e embalados de forma similar, também relatado também por Darolt (2002).

Considerações finais

Pequenos produtores, em especial assentados, na busca da sustentabilidade econômica de suas propriedades, vêm diante de uma questão fundamental "há mercado para produtos orgânicos?". Este questionamento evidencia a necessidade de um levantamento de dados que responda a esta preocupação.

Sendo assim, analisando os dados obtidos nesse levantamento de potencial da comercialização de produtos orgânicos na população feminina de Campo Grande, MS, em que: (1) Das 125 mulheres que afirmam saber o que significa o produto orgânico, 54,40% realmente sabem o que significa este produto ou pelo menos já ouviu falar, porém as demais confundem alimentos orgânicos com naturais, hidropônicos e outros; (2) A maioria da população amostrada está disposta a pagar até 15% a mais para o produto orgânico em relação ao convencional e a deslocar-se até um local específico de ven-

da; (3) O perfil do consumidor feminino atual em Campo Grande, MS encontra-se entre a faixa etária de 36 a 50 anos, com grau de instrução superior completo e renda familiar acima de 12 salários mínimos (4) Após conhecimento do produto, a população avalia da consumiria produtos orgânicos.

Os dados evidenciam a necessidade de campanhas de esclarecimento sobre o que significa alimentos orgânicos e seus benefícios. Pois a população anseia por alimentos "limpos" e está disposta a consumi-lo e pagar por ele, garantindo assim, a comercialização. Após esse procedimento, produtores rurais que querem adotar os métodos orgânicos de produção de alimentos, podem se dedicar a essa atividade para comercialização em Campo Grande, MS. Desta maneira, assentados rurais, comunidades indígenas e demais pequenos agricultores poderiam alcançar a sustentabilidade econômica inserida em uma agricultura que por definição é ambientalmente sustentável e socialmente justa. Contribuindo assim para o que ocorra o desenvolvimento local.

Referências

- ALTIERI, M.A.; MAZERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, J. (Org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- ÁVILA, V.F. de. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. Campo Grande: UCDB, 2000.
- CROSS, P.; EDWARDS-JONES, G. (in press). *Variation in pesticide hazard from arable crop production in Great Britain from 1992 to 2002: pesticide risk indices and policy analysis*, Crop Protection, v. 25, Issue, 10, October, 2006, p. 1101-1108.
- DAROLT, M.R. *A agricultura orgânica na América Latina*. 2002. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdaroltal.htm>>. Acesso em: 15 maio 2004.
- DATA CENSO. *Mercado de produtos orgânicos: consumidor*. Curitiba: SEBRAE, 2002. 89p.
- FAQUIN, V.; ANDRADE, A.T. *Nutrição mineral e diagnose do estado nutricional de hortaliças*. Lavras: UFLA/FAEPE, 2004. 88 p.
- GLIESSMAN, S.R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Stephen R. Gliessman. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Unidade de MS. Setor de Divulgação. *População dos bairros de Campo Grande. Censo Demográfico, 2000*.
- KOHLRAUSCH, A.K.; CAMPOS, L.M.S.; SELIG, P.M. *O comportamento do consumidor de produtos orgânicos em Florianópolis: uma abordagem estratégica*. Curitiba: Enampad, GAG250, 2004.
- REA, L.; PARKER, R. *Metodologia da pesquisa: do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 129.
- RECENA, M.C.P. et al. Acute poisoning with pesticides in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil. *Science of The Total Environment*, v. 357, Issues 1-3, p. 88-95, 15 March 2006.
- RUCINSKI, J.; BRANDENBURG, A. *Organizações verdes: a relação produtor-consumidor de alimentos orgânicos*. Relatório de projeto de pesquisa. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1999.
- SYLVANDER, B. *Lê marche des produits biologiques et al demande*. Lê Mans: INRA-UREQUA, 1998. 27 p.
- XUE-FENG W. et al. Inhibitory effects of pesticides on proteasome activity: Implication in Parkinson's disease. *Neurobiology of Disease*, v. 23, Issue 1, July 2006, p.198-205.
- WORTHINGTON, M.S., Sc.D., C.N.S. Nutricional Quality of Organic Versus Conventional Fruits, Vegetables, and Grains. In: *The Journal of alternative and complementary medicine*, v. 7, n. 2, 2001, p. 167-173. Marry Ann Liebert, Inc.
- YUSSEF, M. Development and State of organic agriculture worldwide. In: *The world of organic agriculture - statistic and emerging trends*. IFOAM, 2004.

A perspectiva da educação ambiental e o processo histórico do saneamento básico: a instalação das redes de água e esgoto nos municípios de Campo Grande/MS e Dourados/MS

The environmental education and history of basic sanitation: the installation of the water and sewerage system in the municipalities of Campo Grande/MS and Dourados/MS
L'accent mis sur l'éducation à l'environnement et l'historique de l'assainissement de base: l'installation de l'eau et de réseaux d'assainissement dans les municipalités de Campo Grande/MS et Dourados/MS

La perspectiva de la educación ambiental y la historia de saneamiento básico: la instalación de las redes de agua y alcantarillado en los municipios de Campo Grande/MS y Dourados/MS

Solange Mattos Iorio*
Domitilla Medeiros Arce**
Joana Magalhães***
Alaide Brum de Mattos****
Angela Maria Zanon*****

Recebido em 27/8/2008; revisado e aprovado em 10/11/2009; aceito em 12/12/2009.

Resumo: O presente artigo objetiva apresentar por meio de um levantamento histórico, a evolução do sistema de saneamento básico dos municípios de Campo Grande e Dourados. Neste contexto, a educação ambiental constitui-se uma importante ferramenta de sensibilização que acompanha a dinâmica social. Almeja-se que esta pesquisa contribua com a sensibilização ambiental e mudança de conduta da sociedade, que precisa zelar pelo meio ambiente.

Palavras-chave: Abastecimento de água. Esgotamento sanitário. Educação ambiental.

Abstract: This article presents through an historical survey, the evolution of the sanitation system of municipalities Campo Grande and Dourados. In this context, environmental education is an important tool that accompanies the social dynamics. This research aims to contribute to environmental awareness and behavior change in society, which needs protect the environment.

Keywords: Water supply. Sewerage system. Environmental education.

Résumé: Cet article vise à présenter par le biais d'une enquête historique, l'évolution du système d'assainissement pour les communes de Campo Grande et Dourados. Dans cet contexte, l'éducation à l'environnement lui-même est un outil important pour accroître la sensibilisation qui accompagne la dynamique sociale. Les objectifs que cette recherche contribue à la sensibilisation à l'environnement et le changement de comportement dans la société, qui a besoin de la protection de l'environnement.

Mots-clés: L'approvisionnement en eau. Les eaux usées. L'éducation à l'environnement.

Resumen: Este artículo tiene la finalidad de presentar a través de un estudio histórico, la evolución del sistema de saneamiento de los municipios de Campo Grande y Dourados. En este contexto, la educación ambiental es una herramienta importante que acompaña la dinámica social. Se objetiva que esta investigación contribuya a la conciencia ambiental y el cambio de comportamiento de la sociedad, que necesita cuidar del medio ambiente.

Palabras clave: Abastecimiento de agua. Alcantarillado. Educación ambiental.

Introdução

O jovem estado de Mato Grosso do Sul, contemplado por dois diferentes biomas, o pantanal e o cerrado, possui ainda uma rica hidrografia que abrange o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo, o Aquífero Guarani. No en-

tanto, essa opulência hídrica vem sendo ameaçada pela poluição e erodibilidade, decorrentes da ausência de mata ciliar e/ou saneamento básico adequado.

Em Mato Grosso do Sul, a Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul S/A (SANESUL) é a instituição responsável pelo saneamento básico, que inclui abas-

* Geógrafas e alunas especiais da disciplina de Educação Ambiental, Mestrado em Geografia - UFMS, Campus Aquidauana-MS. E-mail: solangemattosiorio@yahoo.com.br; joana_magalhaes@yahoo.com.br

** Turismólogos e alunas especiais da disciplina de Educação Ambiental, Mestrado em Geografia - UFMS, Campus Aquidauana-MS. E-mail: domiarce@yahoo.com.br; alaide@uems.br

**** Bióloga, Profa. Dra. do Departamento de Educação - UFMS. E-mail: amzanon@ufms.br

tecimento de água potável, bem como coleta e tratamento de esgotos. Já a mudança comportamental é uma tarefa que cabe à educação, mais precisamente à educação ambiental, que atua como uma medida preventiva e tem por finalidade sensibilizar a população a refletir sobre sua conduta em relação ao meio ambiente, seja ele natural ou cultural, pensando nas gerações atuais e futuras – agindo conforme o chamado desenvolvimento responsável. Dessa forma, o sucesso do trabalho realizado pela SANESUL também depende da atuação da comunidade, a qual deve zelar pela qualidade de vida.

Esta pesquisa tem como objetivo a análise da evolução histórica do saneamento básico de Campo Grande, nos últimos 100 anos e em Dourados a partir dos anos 1960. Na capital, buscar essas informações e ordená-las em uma cronologia foi sem dúvida o desafio maior, em razão da pulverização das informações nos diversos arquivos das instituições públicas envolvidas nesta análise. Por outro lado, a disponibilidade dos recursos humanos destas instituições muito contribuiu para atingir o objetivo da pesquisa, que permitiu traçar um perfil das duas vertentes principais do saneamento básico – água e esgoto, como condição de melhoria da saúde, da qualidade de vida da população e das condições ambientais.

Em Campo Grande, a ordenação do uso racional dos recursos naturais, já era uma preocupação política desde a sua implantação ainda como vilarejo, mesmo de forma tênue, mas já pensando num planejamento para o futuro. Sem dúvida, os componentes econômico, financeiro e político foram a maior barreira na implantação progressiva desta infra-estrutura. Além disso, na época já corria a idéia de que toda obra que fica embaixo da terra por estar escondida não rende dividendos políticos – o voto. Por isso, água e esgoto nunca caminharam juntos. Atualmente, enquanto a rede de água de Campo Grande tem um índice de atendimento da população de 98%, o esgoto está caminhando para em 2008, chegar à marca de 50%.

Na segunda maior cidade do estado, as informações referentes à implantação das redes de águas e esgoto se concentram no Centro de Reservação Dilma Luzia Silveira,

SANESUL/Regional Dourados e na Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN). O desafio da pesquisa foi concluir o levantamento histórico, visto que alguns dados se perderam com o tempo. Em Dourados o índice de atendimento da rede de água é de quase 90%, enquanto que 25% da população é beneficiada com rede de esgoto, a qual será ampliada para 65% nos próximos quatro anos.

1 O nascimento da SANESUL

Em 1977, a divisão do Estado de Mato Grosso por força da Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977 motivou a cisão da Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT), que teve suas estruturas funcional, administrativa e patrimonial modificadas. Surgiu então, a Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul (SANESUL), responsável pelo abastecimento de água e pela rede coletora de esgoto – constituída a partir do Decreto n. 71 de 24 de janeiro de 1979, como uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira (BARRETO, 2005, p.15).

A SANEMAT originou-se da Empresa de Força Luz e Água (EFLA), criada pela Lei n. 419, de 18 de setembro de 1951, no Governo do cuiabano Fernando Correa da Costa (1951-1956). A autarquia era encarregada de manter a distribuição de energia elétrica e água potável à cidade de Cuiabá e, ao mesmo tempo, supervisionar a construção da Usina n. 2, do rio da Casca. A EFLA era oriunda da antiga Diretoria de Luz e Água, departamento vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, responsável pelo abastecimento de água potável. A EFLA foi extinta por meio do Decreto n. 803 de 30 de janeiro de 1969. O acervo relativo à água foi transferido para a SANEMAT e o referente à energia, coube a CEMAT, Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A. (ibidem).

Segundo Marcos Gomes (Gerência de Operação Técnica da SANESUL), na época da SANEMAT, as tubulações eram constituídas basicamente de manilhas cerâmicas. Em alguns trechos, a tubulação atendia a uma série de usuários e, ao mesmo tempo em que

servia de rede coletora, funcionava também como ramal predial ou rede condominial.

Em 1994, a SANESUL foi convertida em sociedade anônima com participação majoritária do governo do estado de Mato Grosso do Sul, através de Lei Estadual n. 1496 de 12 de maio de 1994. Cinco anos depois, em 1999, aconteceu uma transformação na estrutura organizacional da empresa que passou a ser administrada com sistema de gestão compartilhada, tendo como premissas a participação do poder concedente na gestão do saneamento no âmbito de seu município; a elaboração dos Planos Diretores de água e esgoto do município; a instituição de um Fundo Municipal de Saneamento, equivalente a 15% da receita no município para reinvestir no próprio sistema; e a garantia de atendimento com serviços de saneamento da comunidade carente através da instituição da Tarifa Social e um desconto de 50% no valor da tarifa dos órgãos públicos municipais e entidades assistenciais ou beneficentes (SANESUL, 2007).

2 Campo Grande-MS

2.1 Evolução histórica

Os primeiros habitantes de Campo Grande, aproveitando o declive do terreno abasteciam-se de água do córrego “Cachoeirinha”. Essa água era desviada por meio dos regos até as proximidades dos ranchos em que habitavam. Os regos delimitavam também os lotes dos posseiros. A água que vinha através dos regos era empregada nas necessidades domésticas e utilizada também para movimentar monjolos usados para beneficiar arroz, milho e café.

Preocupado com o crescimento da população e com o uso desordenado dos recursos hídricos disponíveis na época, o então Intendente do município, determinou em 1905, a elaboração do Código de Posturas Municipais, em cujo conteúdo há dois artigos que tratam da regulamentação do uso da água: “Todos que quiserem servir-se d’água canalizada do rego existente serão obrigados a fazer pequenos regos até suas casas, tendo o cuidado de fazer bicas e tapar por cima quando atravessarem ruas ou praças” (Art.31). “Ninguém poderá proibir que pas-

se por seus quintais a água que é destinada ao seu vizinho e nem lavar nela coisa imunda que possa prejudicar o vizinho” (Art. 32).

Como a maioria dos “mundanceiros”, como eram chamados na época, os moradores da vila, não respeitavam às determinações do Código e como as águas continuavam a extravasar do rego e de suas ramificações, formando grandes lamaçais e gerando transtornos, pois, porcos se afundavam na lama e cavalos o pisoteavam dia e noite, o então Intendente Geral, Antonio Norberto de Almeida, mandou aterrar em 1911, os regos, que beneficiavam na época 48 proprietários. Diante dessa nova realidade, com os regos aterrados, a solução encontrada foi a abertura de poços nos quintais, muitas vezes próximos às fossas (RODRIGUES, 1980, p.119-120).

No Relatório de Rosário Congro, por volta de 1918, é muito clara a preocupação do então Intendente do município quanto ao problema de contaminação da água. Assim ele escreveu:

O perigo das cisternas e das fossas abertas na terra flácida, absorventes, não tardará, por certo, a infiltração destas para aquelas, contaminando o lençol aquoso, construídas como estão, à pequena distância uma da outra. Fácil é adivinhar as endemias que advirão daí. Urge, portanto, que os poderes competentes voltem, quanto antes, a sua atenção para este problema de máxima importância e de fácil realização. (CONGRO, 1918, p.6).

Em 1921, o Intendente Arlindo de Andrade Gomes, aproveitou a vinda de engenheiros à Campo Grande com o objetivo de estudar o fornecimento de água para os quartéis que estavam sendo construídos na cidade e firmou um acordo com o governo federal. A Prefeitura doaria terrenos aos quartéis, desapropriaria as áreas de vertentes, obteria permissão para a passagem da adutora pelas propriedades particulares e doaria áreas para o reservatório.

Em contrapartida o governo federal se comprometia a captar as águas dos córregos Jacinto e Chaves para abastecer quinze mil pessoas, construir a adutora e reservatórios, assentamento da rede de água e canalização para os quartéis e pagar a metade do preço dos canos que indo para o Quartel General, já serviriam para o abastecimento da cidade. Todavia, o governo federal falhou no cumpri-

mento desse acordo, não acontecendo a canalização da água (Ibidem).

Somente por volta de 1926, na Intendência de Arnaldo Estevão de Figueiredo, a cidade foi dotada de água encanada. Esse sistema captava águas represadas do Córrego Jacinto, afluente do Segredo que abastecia a cidade e os quartéis. Consta no Relatório da Intendência, de 1926, que a rede de água totalizou 12.835 metros, distribuída no quadrilátero central da cidade, compreendido entre as avenidas Afonso Pena e Mato Grosso e ruas Calógeras e João Pessoa (atual Rui Barbosa), bem como todas as ruas aí inseridas, atendendo 179 instalações domiciliares.

Em fins da década de 1930, Campo Grande contava ainda com o mesmo sistema de água implantado em 1926, que se encontrava em colapso devido a obsolescência da rede existente e também pelo aumento significativo da população. Assim, em 1937, na administração de Eduardo Olímpio Machado foi contratado o Escritório Técnico de Saturnino de Brito para elaboração de um projeto urbanístico e de saneamento básico (Ibidem).

Todavia, a implantação não aconteceu porque o empréstimo requerido pelo município às instituições financeiras, apesar de aprovado pelo poder legislativo, não foi liberado pelas instituições em virtude de problemas econômicos pelos quais passava o país e a crise mundial em face à Segunda Guerra Mundial. Esse sistema tinha como suporte à captação das águas dos córregos Desbarrancado e Joaquim Português e era denominado de "Sistema Desbarrancado".

Somente em abril de 1942, o Presidente Getúlio Vargas autorizou o empréstimo, porém com trâmites a serem cumpridos dentro do Estado. Diante da morosidade burocrática característica da coisa pública, encerrou-se em 1943 sem que a operação de crédito fosse concretizada.

A partir desse período, a rede de distribuição de água foi sendo implantada sem nenhum planejamento, conforme necessidade e interesses pessoais. Dessa maneira, em 1957, o Prefeito Marcílio de Oliveira Lima estendeu a rede de água até o Bairro Amambaí (PERFIL SOCIOECONÔMICO DE CAMPO GRANDE, 2007-2008, p.106).

Em razão de problemas políticos, o saneamento básico de Campo Grande só foi

analisado na década de 1960, na administração de Wilson Barbosa Martins. Novamente o escritório de Saturnino de Brito foi contratado para fazer estudos e traçar o plano para ampliação da rede de água, esgoto e captação de águas pluviais na cidade. Nessa época, a rede de abastecimento de água contava com 6.740 ligações e 2.728 ligações de esgoto sanitário (BUAINAIN, 2006, p.74).

Em 1966, foi criada a Autarquia Municipal, denominada: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Campo Grande (SAEE) que tinha por objetivo gerir os serviços de água e esgoto da cidade. Na época, a extensão da rede de abastecimento de água contava com 71.935 metros. Em 1969, agora sob a administração do SAEE entrou em funcionamento a primeira etapa da captação das águas do Córrego Lajeado.

Para amenizar o problema da carência de infra estrutura e de recursos financeiros capazes de atender a demanda reprimida do setor, o então Prefeito Levy Dias, sancionou a Lei 1.462, de 24.09.1973, que dispunha sobre a execução de serviços públicos sob a forma de "Planos Comunitários"; Muitos bairros foram atendidos por esse sistema de parcerias.

Em 1975, a concessão de água e esgoto foi transferida para a SANEMAT. Com a divisão do estado, em 1979, a concessão foi transferida para a SANESUL. Em 1998, foi criada a Companhia de Saneamento Águas de Campo Grande, assumindo os serviços de água e esgoto da capital. Dois anos depois, em 2000, a empresa Águas Guariroba S/A, venceu a licitação e foi adjudicada como a nova prestadora dos serviços de água e esgoto da cidade.

Em 2005, os grupos Bertin e Equipav, assumiram o controle acionário da Empresa Águas Guariroba S/A, detendo 91% das ações e 9% ficando com a SANESUL. A concessão dos serviços é por um período de 30 anos e o objetivo é a prestação de serviços públicos que compreende a execução de: captação, adução e distribuição de água tratada; coleta e tratamento de esgoto sanitário; conservação e preservação ambiental dos sistemas públicos de tratamento de água e esgotamento sanitário e dos mananciais de abastecimento de água do município.

2.2 Sistema de abastecimento de água

Uma das variáveis mais importantes que se deve considerar ao se projetar um sistema de abastecimento de água de uma cidade, além das fontes de abastecimento desse sistema, é o seu contingente populacional, e sua projeção para o futuro.

Assim, o sistema implantado em Campo Grande, constitui-se de duas fontes de captação de águas: superficial e subterrânea. A produção superficial está estruturada na captação das águas dos córregos Desbarrancado, Lajeado e Guariroba, responsável por 62% do abastecimento. Antes de chegar ao consumidor, essa água passa por Estações de Tratamento de Água (ETAs), denomina-

das pelo nome dos córregos que as originam. Daí seguem para a reservação e em seguida à rede de distribuição. Enquanto, que a produção subterrânea, compõe-se atualmente de 84 poços simples e de 11 poços profundos que captam água do Aquífero Guarani (ÁGUAS GUARIROBA, 2007). Os 95 poços são responsáveis por 38% da produção. Essa água recebe cloro e flúor para ser distribuída. Todo esse processo passa por um rígido controle de qualidade, assegurando um produto de alta potabilidade constatada pelo recebimento da Certificação ISO 9001:2000. As tabelas abaixo explicitam as fontes de suprimento (Tabela 1) e a evolução da rede de água e esgoto de Campo Grande (Gráfico 1):

Tabela 1 - Sistema de abastecimento de água de Campo Grande - 2006

Manancial	Sistema Produtor	Contribuição para o sistema	Contribuição Total	Volume Produção m ³ /h	Entrada em operação
Captação Superficial	Guariroba	49%	62%	4.535,08	1985
	Lajeado	12%		1.159,60	1969
	Desbarrancado	1%		84,10	1939
Captação Subterrânea	Poços	17%	38%	1.551,36	-
	Poços especiais	21%		1.935,37	-

Fonte: Águas Guariroba S.A.

Perfil Socioeconômico de Campo Grande - Edição 2007-2008

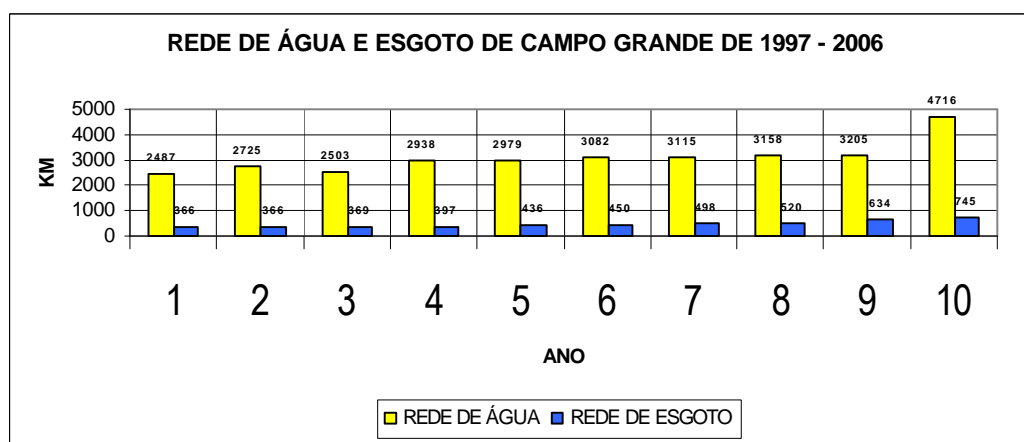


Gráfico 1 - Evolução da rede de água e esgoto instalada

Fonte: Solange de Mattos Iorio, 2007.

Nota: Os dados foram disponibilizados pela SANESUL, Águas Guariroba S/A e PLANURB/Perfil Socioeconômico de Campo Grande - Edições 2001, 2003, 2007-2008.

2.3 Aquífero Guarani

O Aquífero Guarani é provavelmente a maior reserva de água doce subterrânea do planeta com 1,2 milhões de km² de área

linear, inserido na Bacia do Paraná e parte da Bacia do Chaco-Paraná. Localizado na região centro-leste da América do Sul, entre 12° e 35° de latitude sul e entre 47° e 65° de longitude oeste, estendendo-se pelo Brasil

(840.000 km²), Paraguai (58.500 km²), Uruguai (58.500 km²) e Argentina (255.000 km²). Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro (2/3 da área total), abrangendo os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Suas águas surgem preenchendo espaços de rochas, que constituem-se de diversas camadas arenosas que se depositaram na bacia sedimentar do Paraná ao longo da era Mesozóica, entre 200 e 132 milhões de anos. A espessura das camadas pode variar de 50 a 800 metros e de profundidades de até 1800 metros. Seu nome é uma homenagem aos índios da região, batizado pelo geólogo uruguaio Danilo Anton. Antes desse novo nome, no Brasil era conhecido como Aquífero Botucatu.

No ano de 2003, em Montevideu, no Uruguai, foi assinado um documento orientador da monitoração e retirada da água do aquífero denominado "Aquífero Guarani". No Brasil, o órgão competente que acompanha o seu uso é a Agência Nacional de Águas, com sede em Brasília.

2.4 Proteção ambiental dos mananciais do Sistema de Abastecimento Superficiais

Os mananciais dos córregos Guariroba e Lajeado são considerados como Área de Proteção Ambiental (APA), e estão inseridas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), cuja criação, implantação e implementação está regulamentada pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Portanto, são considerados como Unidades de Conservação, instituídas legalmente pela municipalidade, "os espaços territoriais especialmente protegidos, destinados à proteção da fauna, flora e à preservação da diversidade do patrimônio genético e dos processos ecológicos essenciais, possibilitando o manejo ecológico de espécies e ecossistemas importantes" (PERFIL SOCIOECONÔMICO DE CAMPO GRANDE, 2007-2008, p.34).

A APA do Guariroba foi criada em 21 de setembro de 1995, e tem uma área de aproximadamente 40 ha e a do Lajeado, com aproximadamente 3,6 ha, foi criada em 27 de junho de 2001. O órgão responsável pelo

seu monitoramento é um Comitê nomeado pelo Prefeito de Campo Grande. Quanto ao manancial do córrego Desbarrancado por se encontrar dentro da reserva ecológica estadual, seu monitoramento é feito pela atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente, das Cidades, do Planejamento, das Ciências e Tecnologia (SEMAC).

2.5 Rede de Esgotamento Sanitário

Foi lançado em 14 de março de 2006 o Programa "Sanear Morena". Até o final de 2008 serão aplicados no município R\$ 198.000.000,00, na implantação de 688 km de rede de esgoto, com atendimento a 172 bairros, beneficiando 238 mil pessoas. Ainda serão construídos 46,07 km de interceptores, 15,50 km de linhas de recalque, construídas sete estações elevatórias de esgotos e cinco novas estações de tratamento.

No primeiro momento, as obras serão tocadas com recursos próprios, e posteriormente, com recursos federais. Na ocasião, o prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho, citou: "a economia que a médio e longo prazo, será feita com a implantação do programa, pois dados da ONU indicam que a cada real investido em saneamento básico, economiza-se quatro reais em gastos com saúde".

2.6 Saneamento básico e educação ambiental

O Programa Sanear Morena possibilitará à população beneficiada livrar-se das fossas, que acarretam riscos para a saúde, podendo provocar doenças como diarreia, hepatite A, giardíase, difteria, leptospirose e outras.

Ambientalmente, esse programa irá diminuir o risco de contaminação do lençol freático e dos corpos d'água e principalmente evitar as ligações clandestinas nas redes de águas pluviais. Consta no Programa, plantar 67 mil árvores nativas no entorno da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Los Angeles, recuperando uma área que hoje está degradada.

Dentro do Programa "Sanear Morena", a Águas Guariroba, desenvolveu um projeto de educação ambiental intitulado

Saúde Nota 10, que contém folders, cartilhas, vídeo, teatro e campanhas educativas nas escolas. A mascote do Programa é uma capivara chamada Guaribinha. O objetivo do programa é conscientizar as crianças e adolescentes sobre os benefícios do esgoto tratado para a saúde e o meio ambiente.

3 Dourados-MS

O município de Dourados, com coordenadas geográficas situadas entre 22°13'16"S e 54°48'20"W, localiza-se a 224 km ao sul de Campo Grande, em uma zona de planalto que pertence à bacia do Rio Paraná. Sua altitude média é de 430m, com área de 4.086 km² e população de 182.747 (IBGE, 2007).

É o 850º município no ranking brasileiro de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) com pontuação de 0,788. Portanto, se insere entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano, ou seja, com IDH entre 0,5 e 0,8 (PNUD, 2000).

3.1 A implantação das redes de água e esgoto em Dourados: dos primórdios aos dias de hoje

Atualmente, Dourados possui 720 km de rede de água e 280 km de rede de esgoto - que atende 25 % da população, aproximadamente 46 mil habitantes. A implantação da rede de abastecimento de água potável teve início na década de 1960 e da rede coletora de esgotos há aproximadamente 30 anos, nos anos 1970. Já a instalação das primeiras galerias pluviais aconteceu durante a administração municipal do governo José Elias Moreira (1977-1982).

No período entre 1988 e 1992 (administração Prefeito Brás Melo), o município possuía 6.500 ligações de esgoto, totalizando 32.260m de extensão de rede de esgoto. Posteriormente, o sistema separador de esgoto substituiu o sistema unitário ou combinado, tendo como vantagem a separação das águas residuárias das pluviais (MUSEU HISTÓRICO DE DOURADOS, 1992, p.10).

Nesta época, Dourados contava com 13 poços com capacidade de vazão de 430 mil litros de água por hora e produção mensal de 275 milhões de litros de água. A rede

de água possuía 27 mil ligações ativas, que atendia 13 mil habitantes. A capacidade de reservação era de 11.540m³, 472 km de rede de abastecimento com volume de água de 1,6 milhões de litros por hora. As Estações de Tratamento de Água (ETAs) tinham capacidade de 1,2 milhões de litros de água por hora (Ibidem).

Segundo Marcos Gomes, Gerência de Operação Técnica, as ETAs obedecem à normalização da Deliberação do Conselho Estadual de Controle Ambiental - CECA/MS n. 003 de 20/06/1997 e do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA n. 357 de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água, diretrizes ambientais para seu enquadramento, condições e padrões de lançamentos de efluentes. Ambas versam sobre a concentração máxima de determinados poluentes, que pode ser lançada nos corpos receptores.

Hoje, Dourados possui 9.544 ligações de esgoto e três ETAs: Guaxinim - a maior, localizada na região do Cachoeirinha, filtra 120 litros por segundo; A Água Boa e Laranja Doce têm capacidade de 40 litros por segundo cada.

De acordo com o gerente regional da SANESUL/Dourados, Odilon Azambuja, com R\$ 75,6 milhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão investidos R\$ 39,4 milhões (R\$31,5 milhões do governo federal e R\$7,8 do governo estadual) para expandir a cobertura de esgoto sanitário de Dourados de 25% para 65% - índice acima das médias estadual e nacional (O PROGRESSO, 2007, p.05).

O governo estadual entrará com contrapartida de R\$2,6 milhões para receber o recurso federal de R\$10,5 milhões e investir no sistema de abastecimento de água. A SANESUL utilizará o montante de mais de R\$13 milhões para ampliar a ETA Água Boa - que passará a filtrar 110 litros por segundo - e substituir a rede de distribuição de água, de cimento amianto, o que acarretará a interdição periódica de algumas ruas da área central, retirando parte do asfalto e calçamento. Em alguns trechos a rede tem mais de 40 anos (FOLHA DE DOURADOS, 2007, p.14).

A rede de água tratada será ampliada em 46 km, passará de 720 km para 786 km.

No total, 84 bairros da cidade serão beneficiados com as obras de saneamento, as quais deverão ser iniciadas em janeiro de 2008 e concluídas até 2011. Atualmente há 36.830 ligações de água com volume de produção de 2.076m³/hora (DIÁRIO MS, 2007, p.06).

3.2 O sistema de esgoto e os impactos ambientais

A Lei Complementar n. 055, de 19 de dezembro de 2002 dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente de Dourados - institui o Sistema Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente - em seu artigo 87 (Capítulo III - Dos Esgotos Sanitários) afirma que "os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a se evitar contaminação de qualquer natureza, sendo proibido o seu lançamento *in natura* em quaisquer corpos hídricos a céu aberto ou na rede de águas pluviais".

O artigo 89 defende que "Em não havendo rede pública coletora de esgoto é obrigação do proprietário do imóvel a execução de adequadas instalações domiciliares de armazenamento, coleta e esgotamento dos efluentes, cabendo ao usuário do imóvel necessária conservação do sistema" (Ibidem).

Há 30 anos não havia uma definição exata sobre os impactos decorrentes de obras de saneamento. A primeira legislação referente a impactos ambientais surgiu com a Resolução n. 001 de 23 de janeiro de 1986 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, que dispõe sobre critérios e diretrizes gerais para avaliação do impacto ambiental. Com a evolução da legislação, surgiu a Resolução n. 380 de 31 de outubro de 2006, que isenta as obras de saneamento das três etapas do licenciamento, sendo-lhes exigida apenas a Licença de Instalação/Operação - LI/O.

Conforme a LI/O, os impactos positivos das redes de esgoto, das estações elevatórias ou estações de tratamento, são mais significativos que os impactos negativos ou adversos - os quais muitas vezes são temporários, existindo somente durante a implantação do empreendimento, tais como, emissão de particulados, ruídos, complicações no tráfego. É importante salientar que a estação de tratamento de esgotos não gera esgo-

tos, concentra o esgoto gerado pela atividade humana e lhe imprime um determinado grau de tratamento.

Os demais fatores associados ao licenciamento simplificado versam sobre impossibilidade de se estabelecer uma alternativa locacional para determinado empreendimento, pois uma rede que atenderá aos moradores da rua X, somente poderá ser executada na rua X. Além disso, a própria alocação de recursos, normalmente de origem federal exige o licenciamento ambiental.

Atualmente, as medidas adotadas para mitigar os impactos ambientais se restringem ao meio sócio-econômico e tem por objetivo evitar acidentes, através de sinalização adequada (inclusive noturna), reposição de pavimentos para reduzir a emissão de particulados. A implantação de redes coletoras unicamente acontece em área antropizada, onde a pressão sobre a biota e o meio físico é menor, como é o caso dos centros urbanos e vias públicas. A recuperação das áreas degradadas pode ocorrer a partir da retirada de material para aterro, contudo, é comum re-aterrar as valas com o material retirado da escavação, evitando assim a utilização de áreas de empréstimo ou bota-foras.

Como o fluxo natural dos esgotos é por gravidade, ou seja, fluem naturalmente dos pontos mais altos para os pontos mais baixos, as canalizações necessitam de certa declividade que viabilize o transporte das águas residuárias até seu destino final, definido após criterioso estudo técnico-econômico.

Os sistemas de tratamento de esgoto de Mato Grosso do Sul, em sua maioria, possuem, além do tratamento preliminar, o tratamento secundário ou biológico. Em alguns casos o tratamento biológico ocorre por regime de anaerobiose (ausência de oxigênio). Nos reatores UASB (*Upflow Anaerobic Sludge Blanket*) ou Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente e Manta de Lodo, o fluxo ascendente dos esgotos proporciona a formação de um manto de lodo contendo microrganismos que se alimentam da matéria orgânica presente e dela obtém energia para sua manutenção e reprodução. Estes reatores, amplamente empregados na Europa, foram introduzidos no Brasil e são viáveis onde os custos de aquisição de área para implantação de lagoas de estabilização são restritivos.

Já os Reatores Anaeróbios de Leito Fluidizado (RALF), não são encontrados em Mato Grosso do Sul. Seu princípio de funcionamento está relacionado à existência de um substrato fixo ou leito fluidizado no interior do reator (areia, plástico ou outro material inerte, por exemplo), que se expande após a entrada do esgoto afluyente, onde se fixa o filme microbiológico.

De acordo com Marcos Gomes, “A confusão que se faz normalmente é a substituição do termo ‘leito fluidizado’ por ‘lodo fluidizado’. Mas, no meio acadêmico os reatores UASB são consagrados e as pesquisas em torno dos reatores RALF ainda prosseguem nas escolas de saneamento do país. Portanto, reator UASB é a denominação correta dos reatores anaeróbios empregados em Dourados”.

O Gerente Regional da SANESUL/Dourados, Odilon Azambuja revelou que a SANESUL está trabalhando em conjunto com a Promotoria do Meio Ambiente no combate as ligações clandestinas de esgoto na cidade. Para detectar as ligações clandestinas utiliza-se o *fumacê* (instrumento que possui altíssima concentração de organofosforados, compostos orgânicos derivados do ácido fosfórico) para localizar as ligações clandestinas por meio de processo químico. Quando detectada a ligação clandestina, a SANESUL encaminha a denúncia para o Ministério Público (FOLHA DE DOURADOS, 2007, p.14).

A SANESUL garante que os municípios de Mato Grosso do Sul terão um Plano Diretor de Água e Esgoto, instrumento técnico à adoção de políticas públicas relacionadas ao saneamento básico, que inibirá as ligações clandestinas de esgoto.

3.3 A SANESUL e a educação ambiental: mobilização comunitária

Com o objetivo de estimular a conscientização ambiental e reflexão, a SANESUL realiza, por meio de seus técnicos, palestras em escolas, associações e comunidades em geral; participa de campanhas educativas e promove visitas aos seus sistemas de água e esgoto.

Nas escolas, é desenvolvido um trabalho de educação ambiental salientando a relevância da água para a vida. A educação

ambiental tem como princípios: considerar o meio ambiente em sua totalidade, isto é, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (político, social, econômico, científico-tecnológico, histórico-cultural, moral e estético); constituir um processo contínuo e permanente, através de todas as fases do ensino formal e não-formal; aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada (DIAS, 2004). As atividades utilizam recursos áudios-visuais, dinâmicas e são planejadas em conjunto com os professores, coordenadores e diretores para serem desempenhadas pelos alunos da pré-escola ao ensino médio, os quais produzem desenhos, pinturas, textos, poesias, maquetes relacionadas ao tema.

A mobilização comunitária é feita na área de implantação do projeto por meio de reuniões com temática voltada para a cidadania, preservação do meio ambiente e correta utilização de um sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água (BARROS, 1995).

A SANESUL afirmou que nos municípios de Ponta Porã, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, o projeto de ação social acontecerá paralelo às obras de esgoto. As equipes da Gerência de Meio Ambiente e Ação Social executarão o trabalho de orientação com as famílias. A meta é sensibilizar por volta de 7 mil pessoas sobre a importância de providenciar a ligação com a rede de esgoto.

Todavia, a questão financeira ainda é um empecilho para algumas famílias efetivarem a ligação com a rede de esgoto, pois, posteriormente ao investimento da instalação, a taxa de esgoto representará 70% conta de água.

Considerações finais

A presente pesquisa demonstrou que em aproximadamente um século, a água e o esgoto, seguiram caminhos diferentes em Campo Grande, cuja realidade não difere dos municípios brasileiros.

Em Dourados, enquanto quase 90% da população têm acesso à água encanada potável, pouco mais de um quarto desse total é atendido pela rede de esgoto. Todavia, com a

ampliação da rede de esgoto prevista nos próximos quatro anos, pelo menos 60% da população terá acesso ao esgotamento sanitário.

É preciso investir na ampliação do sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário em níveis proporcionais ao sistema de abastecimento de água, com a implantação de uma infra-estrutura moderna, capaz de acompanhar a demanda crescente desses municípios. O esgotamento sanitário é sem dúvida, o “calcanhar de Aquiles” dos administradores públicos, com um longo caminho a percorrer.

Outra preocupação que deve ser constante é que a inexistência de rede de esgoto compromete o meio ambiente, à medida que os resíduos são despejados *in natura* nos mananciais, com conseqüências danosas à saúde da população.

Portanto, as adequações impostas ao saneamento básico para a exploração dos mananciais foram conseqüências da necessidade de conservar o meio ambiente para obter qualidade de vida, onde a educação ambiental atua como um elemento dinâmico transformador da sociedade.

Referências

ÁGUAS GUARIROBA. Disponível em: <www.aguasguariroba.com.br/agua_m.php>. Acesso em: 10 nov. 2007.

ANDRÉ e Tetila lançam obras na 2ª. *O Progresso*, Dourados, 20-1 out. 2007.

ANDREATTA, Angélica. SANESUL apresenta mapa de implantação da nova rede de esgoto em Dourados. *Folha de Dourados*, Dourados, 14-21 out. 2007.

ARRUDA, Ângelo Marco Vieira de. *Campo Grande: arquitetura e urbanismo na década de 30*. Campo Grande: UNIDERP, 2000, p. 13-17.

_____. História e formação do bairro Amambaí: o primeiro bairro operário de Campo Grande. *Relatório de pesquisa: uso e ocupação do solo urbano e verticalização*. Campo Grande: UNIDERP, 2001. v. 1, parte II. p. 11-15.

BARRETO, Neila Maria Souza. *Água: gota da vida, abastecimento e uso no espaço urbano de Cuiabá (1790-1886)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. Disponível em: <<https://sanecap.locaweb.com.br/imagens/conteudo/historiadaSANEMAT.html>>. Acesso em: 1º nov. 2007.

BARROS, Raphael T. de V. et al. Saneamento. In: *Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios*. Belo Horizonte: Escola de Engenharia UFMG, 1995. Disponível em: <www.sanesul.ms.gov.br>. Acesso em: 22 out. 2007.

BRASIL. Resolução n. 001 de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em: 22 out. 2007.

_____. Resolução CONAMA n. 380 de 31 de outubro de 2006. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em: 22 out. 2007.

BUAINAIN, Maura Simões C. Neder. *Campo Grande, memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: PLANURB, 2006. p. 29-31, 63-72.

CAMPO GRANDE. Lei n. 955, de 13 de maio de 1966. Cria o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). *Jornal “O Matogrossense”*, Campo Grande, 1º jun. 1966.

_____. *Perfil socioeconômico de Campo Grande-MS*. 14. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal, PLANURB, 2007. p. 61-64, 105-118.

_____. *Perfil socioeconômico de Campo Grande-MS*. 10. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal, PLANURB, 2003. p.17-19.

_____. *Perfil socioeconômico de Campo Grande-MS*. 8. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal, PLANURB, 2001. 16 p.

DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DOURADOS. *Lei Complementar n. 055, de 19 de dezembro de 2002*. Disponível em: www.dourados.ms.gov.br. Acesso em: 22 out. 2007.

FIGUEIREDO, Arnaldo Estevão de. *Relatório de 1926*. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 1926. p. 4-6.

GOMES, Arlindo de Andrade. *Relatório O Município de Campo Grande em 1922*. São Paulo: CIA Melhoramentos de São Paulo, 1923.

IBGE. *Censo 2007*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2007.

MARTINS, Demósthene. *Relatório de 1943*. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 1943. p. 7, 44-50.

MATOS, Henrique de. Rede de água do centro de Dourados será substituída. *Diário MS*, Dourados, 24 out. 2007.

MUSEU Histórico de Dourados. *Informações sobre o município de Dourados: 1989-1992*. Dourados, [s.n.], 1992.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2004. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 9 nov. 2007.

PROGRAMA SANEAR MORENA. Disponível em: <www.aguasguariroba.com.br/agua_m.php>. Acesso em: 10 nov. 2007.

Fonte

GOMES, Marcos Ramalho. Gerência de Operação Técnica (GEOTEC) SANESUL. Campo Grande, 27 out. 2007. Histórico da instalação das redes de água e esgoto de Dourados e sistemática contemporânea. Entrevista concedida a Domitilla Arce.

Políticas públicas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras de Pernambuco

Public policy and strategies of communication for the local development of the fishing communities of Pernambuco

Politiques publiques et strategies de communication pour la construction du developpement local des communautés de pecheurs a Pernambuco

Políticas públicas y estrategias de comunicación para el desarrollo local de las comunidades costeñas de Pernambuco

Rosa Maria Saraiva*

Angelo Brás Fernandes Callou**

Recebido em 10/12/2008; revisado e aprovado em 29/1/2009; aceito em 2/2/2009

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias de comunicação utilizadas pela extensão pesqueira do Programa de Combate à Pobreza Rural e Projeto Peixe de Rede para o desenvolvimento local das comunidades pesqueiras de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, município de Goiana, Pernambuco.

Palavras-chave: Estratégias de comunicação. Desenvolvimento local. Extensão pesqueira.

Abstract: The present work has as objective to analyze the strategies of communication used by the fishing extension of Program of Combat to the Agricultural Poverty e Project Fish of Net for the local development of the fishing communities of Atapuz, Barra of Catuama and Tejucupapo, cities of Goiana, Pernambuco.

Keywords: Strategies of communication. Local development. Fishing extension.

Résumé: La presente étude analyse les stratégies de communication concernant l'Extension Pêcherie, dans le cadre du Programme gouvernemental de Combat Contre la Pauvreté Rurale e du Projet Poisson de Filet, dont le but est la construction du développement local des communautés de pêcheurs, dans les petites villes de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo à Pernambuco, Brésil.

Mots-clés: Stratégies de communication. Développement local. Extension pêcheurie.

Resumen: El artículo hace el análisis de las estrategias de comunicación utilizadas por las actividades de extensión, en el universo de la pesca, de dos Políticas Públicas para el desarrollo local de las comunidades costeñas de Atapuz, Barra de Catuama y Tejucupapo. El estudio, aquí realizado, incluye el Programa de Combate a la Pobreza Rural y el Proyecto Pescado en la Red.

Palabras clave: Estrategias de comunicación. Desarrollo local. Extensión pesquera.

Introdução¹

O objetivo deste artigo é analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo Projeto Renascer e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Município de Goiana, litoral norte do Estado de Pernambuco. Especificamente, pretende-se analisar as contribuições desses projetos governamentais para o desenvolvimento local, no âmbito da Extensão Pesqueira, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2006.

O Projeto Renascer, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Es-

tado de Pernambuco, hoje sob a marca Prorural, incorporou, por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural, particularmente na sua segunda fase (PCPR II), as atividades de pesca e aqüicultura como estratégia de desenvolvimento local das comunidades rurais e pesqueiras.

Avaliações realizadas em 2004 revelaram um descompasso entre os objetivos do Projeto Renascer e o nível de organização das associações envolvidas para responder às exigências de gestão das Unidades de Beneficiamento do Pescado, instaladas em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo (CALLOU, 2004). Essas unidades de beneficiamento se encontram praticamente paralisadas em virtude de questões burocráticas

* Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

** Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX). E-mail: peixes@elogica.com.br

e, principalmente, dada à frágil habilidade dos pescadores e pescadoras para gerenciar esse projeto como empreendimento econômico. (CALLOU, 2004).

Ao reconhecer a importância da pesca artesanal no Município de Goiana, o Projeto Renascer não admitia que investimentos daquela envergadura se tornassem obsoletos. Assim, o Projeto Renascer, em parceria com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), elaborou o Projeto Peixe na Rede, por meio de uma consultoria. Um dos argumentos dessa parceria era o de que o Município de Goiana estava no campo de abrangência do Promata. Portanto, uma ação conjunta na esfera governamental era bem-vinda considerando, sobretudo, que nos processos de desenvolvimento local, como desejam essas organizações, a participação dos atores sociais é condição fundamental (FRANCO, 2005). Nessa perspectiva, Tauk Santos (2002) enfatiza que o desenvolvimento local tem levado a novos arranjos institucionais e estabelecimento de parcerias com os atores sociais e que cabe à Extensão Rural contemporânea o papel de promover a concertação, ou seja, a articulação, entre os atores envolvidos.

Nesses termos, pensar o desenvolvimento local no âmbito da Extensão Rural e Extensão Pesqueira contemporâneas exige planejar as estratégias de comunicação, pois são por meio delas que é possível instaurar processos de mobilização e participação dos atores sociais em suas diferentes instâncias. Rabelo (2003), a partir dos estudos de Toro (2004), explicita, pelo menos, três personagens fundamentais nos processos de mobilização popular. São eles: O Produtor Social (organização que tem condições econômicas, técnicas e profissionais para atuar localmente); o Reeditor Social (pessoa que tem capacidade para introduzir, modificar e rejeitar mensagens na sua área de atuação); e o Editor (instituição ou indivíduo com a tarefa de estruturar informações à mobilização).

Estudos recentes revelam que as organizações governamentais e não-governamentais vêm dando pouca atenção ao planejamento da comunicação à ação extensionista (CALLOU & BRAGA, 2005; ANDRADE NETO, 2007). Aspecto que compromete a

participação dos atores sociais nos processos de mobilização para o desenvolvimento local.

É dentro desse cenário que emergem as seguintes questões: quais os resultados obtidos por meio de uma terceirização de serviço de Extensão Pesqueira do Projeto Renascer e Promata nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, e qual a relação desses resultados com as estratégias de comunicação para a mobilização? Respostas a essas perguntas parecem oportunas, na medida em que esforços estão sendo empreendidos pelos pesquisadores para consolidar, do ponto de vista teórico, a perspectiva da Extensão Rural e Pesqueira voltada para o desenvolvimento local dos contextos populares desfavorecidos. Portanto, ao se afastar dos ditames da teoria da Difusão de Inovações, a Extensão Rural procura atualmente se alinhar aos estudos contemporâneos latino-americanos da Comunicação. Esses estudos têm revelado a importância das culturas populares locais nos processos de desenvolvimento. São vários os resultados de pesquisa que já sinalizam no campo da Extensão Rural, e também Pesqueira, o lugar e as implicações dessas culturas, particularmente no contato com as organizações governamentais (CALLOU e TAUK SANTOS, 2001, 2003; CARVALHO, 2007).

Nesse sentido, o presente trabalho vem na esteira dessas preocupações e se enquadra na linha de pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Faz parte, ainda, de um projeto de pesquisa mais amplo financiado pelo CNPq – Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local –, desenvolvido pelo POSMEEX, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Para a realização deste estudo de caso (CHIZZOTTI, 2001) foi feito um levantamento documental dos projetos de consultoria, relatórios, documentos básicos das instituições aqui mencionadas – Projeto Renascer e Promata – pertinentes à temática desta pesquisa.

A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com

gestores e técnicos Projeto Renascer e Promata, envolvidos com as atividades pesqueiras de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo. Também foram realizadas entrevistas com pescadores, pescadoras e dirigentes das colônias. Participou-se do convívio familiar dos pescadores das comunidades estudadas, bem como da atividade pesqueira das mulheres na captura de mariscos. O primeiro contato com as comunidades foi realizado em 2006, quando o projeto Peixe de Rede ainda estava sendo executado.

Extensão pesqueira: a intervenção em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo

As atividades de Extensão Pesqueira desenvolvidas pela consultora técnica, contratada pelo Promata, em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo contavam com a assessoria do corpo técnico do Projeto Renascer, que se revezava na assistência técnica. Entretanto, a falta de uma equipe técnica permanente dificultava, em determinados momentos, as ações extensionistas.

Diante das dificuldades encontradas, as estratégias de comunicação foram implementadas de acordo com a realidade encontrada nessas comunidades, com o objetivo de possibilitar a melhoria econômica, social e política dos grupos de trabalho. A introdução da consultora nas comunidades foi realizada pelo técnico social do Projeto Renascer, que já vinha desenvolvendo outras atividades no local.

Em um processo de mobilização social, como se pretendia para reestruturar as unidades de beneficiamento do pescado, requeria-se um ato comunicativo entre emissor e receptor. Desse modo, Rabelo (2003) enfatiza que divulgar as informações é apenas uma das etapas necessárias para se promover o envolvimento e a mobilização social.

Nessa perspectiva, o Projeto Peixe de Rede constrói cartazes para informar os pescadores e pescadoras as datas das reuniões e cria a logomarca do Projeto, que sinaliza a dinâmica da cadeia produtiva da pesca. Foram também elaborados o *folder* explicativo do trabalho e embalagens para os produtos pesqueiros das unidades de beneficiamento do pescado. Assim se expressam os entrevistados sobre esse aspecto da

intervenção:

A forma de divulgar foi por meio de reuniões, de boca-a-boca, cartazes para marcar as reuniões. (Supervisora do Promata)

Tinha cartazes, fazíamos reuniões, cheguei a ir até ao mangue para falar com os pescadores. (Consultora técnica - Promata)

A mobilização era realizada com o contato com as lideranças, a diretoria mobilizava o grupo, e envolveu mais associados, como pescadores e pescadores e alguns jovens. (Consultor técnico)

Ir de casa em casa para explicar o Projeto. Mais de setenta pessoas participaram do projeto. (Consultora técnica)

Ela mostrou o Projeto através de conversas, reunimos com as colegas e tivemos varias reuniões. Depois vieram outros técnicos para ensinar cursos. (Pescadora 5 - Barra de Catuama)

Essas estratégias de comunicação podem ser consideradas, segundo Beltrán (1981), como um ato de tornar algo comum, uma idéia, um pensamento, a um grupo que troca informações e conhecimento. É um processo de interação social sob as condições de acesso livre, igualitário e participativo. Ainda nesse contexto de intervenção, a participação é estimulada pelo convívio de lideranças locais, técnicos, pescadores e pescadoras, vivenciando a mesma realidade social. Dizem as pescadoras:

A comunidade ficou mais participativa, tinha aquele momento de acreditar que ia dar certo. (Pescadora 1- Atapuz)

Para mim, foi conhecimento e, para a comunidade, ajudou muitas pessoas. (Pescadora 2 - Atapuz)

Eu gostei muito desse Projeto, logo na apresentação, como já conhecia a técnica, nesse projeto levantou muito a auto-estima da mulher. (Pescadora 6 - Barra de Catuama)

Tais esforços levaram os técnicos e a consultora a continuarem com as estratégias de comunicação, no sentido de mobilizar a comunidade em torno do projeto. As reuniões eram marcadas conforme a prioridade das ações que estavam sendo desenvolvidas.

No que se refere à mobilização para a execução das oficinas de boas-práticas (beneficiamento do pescado), a consultora utiliza-se do seu conhecimento profissional e da experiência das comunidades pesqueiras.

Essa estratégia facilitou, a julgar pelas opiniões das entrevistadas, o desenvolvimento das oficinas. Dizem elas:

Conheci muitas coisas, com os cursos nós aprendemos mais. (Pescadora 2 - Tejucupapo)

Tinha um quadro e ele escrevia. Pedia a opinião de cada um e todos escreviam. Apresentava através de desenho. Usavam lápis, cartolina, papel ofício. Eles trabalhavam com bastante material usavam apostila. Caso houvesse dúvida era esclarecida na próxima reunião. (Pescadora 6 - Tejucupapo)

Os técnicos explicam muito bem, além de falar a linguagem simples eles davam força e orientavam. (Pescadora 4 - Barra de Catuama)

Os resultados dessas oficinas trouxeram, segundo depoimentos abaixo, algum tipo de aprendizado para os pescadores:

Um pouco de conhecimento ficou para a comunidade, antes ninguém sabia tanto assim. (Pescador 8 - Tejucupapo)

Tínhamos tempo para trabalhar juntas, a gente pescava e depois ia trabalhar na colônia e tinha produção para vender e ganhar algum dinheiro. (Pescadora 5 - Barra de Catuama)

Essas oficinas foram desenvolvidas de acordo com as necessidades de funcionamento das unidades de beneficiamento, visualizando alternativas de renda para os pescadores na cadeia produtiva do pescado. Em todas as etapas da cadeia produtiva, foram trabalhadas técnicas que viessem a melhorar a qualidade do produto, contemplando as exigências técnicas de beneficiamento, que vão desde a captura até à comercialização dos produtos beneficiados, aquisição e agregação de valores dos recursos naturais. Nesse sentido, dizem as pescadoras entrevistadas:

Aprendemos muito sobre higiene, perigo na pescaria e cuidado com o meio ambiente, sobre o plástico que demora muitos anos para se decompor. (Pescadora 4 - Barra de Catuama)

Conheci com os cursos de filetagem e catação de siri sem gordura. (Pescadora 3 - Barra de Catuama)

Na catação do siri tinha uma grande preocupação com a higiene para não ter contaminação, o trabalho era feito com amor. (Pescadora 6 - Atapuz)

As estratégias de comunicação utilizadas possibilitaram, ainda, o alcance de algum nível de mobilização dos pescadores em torno do Projeto. Isto fica percebido nas falas dos entrevistados:

Ela conseguiu mobilizar a colônia de Atapuz, as pescadoras vieram para dentro da colônia, colocavam pescado dentro da Colônia. (Gestora do Promata)

Com o trabalho da técnica, teve até um resgate, uma aproximação dos pescadores, daquelas pessoas que, nas discussões, não conheciam bem as atividades da Colônia. (Consultor técnico)

Acho que ela soube informar, nas reuniões e nos cursos. (Pescadora 2 - Tejucupapo)

Para mim foi conhecimento e para a comunidade ajudou muitas pessoas. (Pescadora 2 - Atapuz)

Porque tinha força de vontade, para participar e aprender e ir para frente. (Pescadora 5 - Barra de Catuama)

Elas souberam que são capazes, o aprendizado técnico (Atapuz); elas compreenderam o processo que desencadeia lá (Tejucupapo). Isso foi muito importante. Sair da comunidade para entrar no mundo dos negócios (Atapuz). Intercambio de informação entre os participantes de Barra de Catuama e Atapuz. (Consultora técnica - Promata)

Se, de um lado, algum nível de participação foi alcançado pelos pescadores e pescadoras para discutir as unidades de beneficiamento do pescado nas suas colônias, por outro, não se pode afirmar que essa participação induzida garantiu o bom andamento da cadeia produtiva do pescado nessas comunidades, como veremos a seguir.

Fragilidades da participação

A participação dos pescadores e pescadoras no Projeto Renascer/Promata é observada como fragilizada, por parte dos gestores e técnicos. Dizem estes que os ganhos obtidos só foram observados durante a execução do Projeto, mediante assessoria. Assim se expressam:

Esse projeto de pesca eu avalio como uma participação muito frágil da comunidade.

A questão organizacional não estava forte para a implantação de um modelo de gestão. (Gestora do Promata).

Embora as participantes dos projetos admitam que ganharam conhecimento e que o projeto trouxe alguma satisfação pessoal e profissional, por outro lado, em relação às questões econômicas, eles consideram que o projeto não teve tanto êxito. Dizem elas:

Não mudou muita coisa, mas ganhei muita experiência. (Pescadora 4 - Barra de Catuama)

Não mudou nada, está tudo na mesma. Acontece também que teve falta de união entre os participantes. (Pescadora 2 - Barra de Catuama)

Não mudou muito não, fizemos várias coisas, vendemos mais, não ganhamos muito. (Pescadora 3 - Barra de Catuama)

Nada, não ficou nada. (Pescadora 2 - Tejucupapo)

Para mim nada, eu não tenho nada que compre com o trabalho da colônia. (Pescadora 5 - Tejucupapo)

Nessa perspectiva, pode-se inferir que, do ponto de vista do desenvolvimento local, no que diz respeito à dinamização das potencialidades econômicas endógenas, o Projeto não apresentou essa dimensão na atividade pesqueira. Entretanto, as pescadoras deixam revelar, nas entrelinhas de suas falas, outras dimensões importantes do desenvolvimento local, como a aquisição de novas habilidades e conhecimento (FRANCO, 2001).

O Projeto Peixe de Rede revela limitações durante a sua execução, seja ela de ordem estrutural ou burocrática. Para os técnicos, a gestão significa a palavra-chave da Extensão Pesqueira para o desenvolvimento. Dizem eles:

A gestão para mim é o principal fator no processo de implementação de um projeto. E a gestão tem que caminhar em uma outra perspectiva, por que dentro dessa perspectiva tradicional, onde cada um faz a sua parte, cada organização faz o seu projetinho e executa é muito precária. As possibilidades de impactos reais são muito pequenas. (Gestora do Renascer)

A gente quer tornar o pescador para entrar no agronegócio, mas a gente ainda é muito frágil em relação à comercialização do negócio, a gente trabalha o negócio muito primitivo. (Consultor técnico)

Fechando o cerco às questões colocadas, podemos inferir que projetos de desen-

volvimento local para contextos sociais desfavorecidos, cujos níveis de organização e participação são, ainda, fragilizados, o esforço de uma ação extensionista deve ser desenvolvida, principalmente, no campo da gestão e da organização. Considerando que a ação do Renascer / Promata em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo buscou reconduzir as unidades de beneficiamento do pescado, cujo projeto não foi efetivamente pensado pelos pescadores e pescadoras, a fragilidade da participação da comunidade era, por assim dizer, previsível.

Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo: perspectivas de futuro

Depois de todas as implementações dessas ações, o que, de fato, ficou para os pescadores e pescadoras? Quais os desafios enfrentados para que essas políticas públicas possam funcionar, efetivamente, depois de todo o trabalho da equipe técnica e da comunidade? As unidades de beneficiamento de pescado construídas nessas comunidades e os grupos que foram capacitados para fomentarem ações de boas-práticas no manuseio do pescado encontram, atualmente, diversas dificuldades para a sustentabilidade desses empreendimentos. As unidades permanecem sem funcionar adequadamente, demonstrando as barreiras que enfrentam um projeto produtivo dessa natureza. Barreiras que dizem respeito principalmente ao estabelecimento de parcerias, ao capital de giro, ao associativismo, à comercialização do produto e à organização comunitária dos grupos.

Entretanto, os grupos mobilizados nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo ainda têm esperança que outro projeto possa vir a se desenvolver na localidade. Em Atapuz, foi possível perceber o sentimento de grupo quanto à necessidade de mudança. Algumas pescadoras participantes dos grupos continuam nas atividades de pesca de forma artesanal. Os produtos que são beneficiados por elas são vendidos para o atravessador. Outras conseguiram emprego em uma empresa de pesca. De certa forma, as oficinas realizadas beneficiaram as mulheres e estas não escondem o desejo de mudança e de serem reconhecidas como profissionais da pesca.

Na comunidade de Barra de Catuama, as participantes entrevistadas ficaram desapontadas com os resultados do projeto Renascer/Promata na comunidade. Teve uma das participantes que se negou a falar sobre o assunto. Depois, em conversa com pessoas da comunidade, teve-se a informação de que, após o término do projeto, uma pescadora tentou dar continuidade às ações de beneficiamento do pescado, sem obter resultados efetivos.

Ainda em Barra de Catuama, as pescadoras que foram capacitadas pelo Projeto para beneficiar o pescado continuam beneficiando da mesma forma que sempre realizaram. Algumas participantes comentaram que ainda escutam dos seus maridos que o Projeto não tinha viabilidade econômica. Não observaram mudança em nada. Continuam trabalhando mais de seis horas entre pegar o marisco, cozinhar e beneficiar o produto de maneira artesanal. Precisam catar sete quilos de siri com casca, para obter um quilo de produto beneficiado.

Em Tejucupapo, os resultados não são muito diferentes das outras comunidades estudadas. Na unidade de beneficiamento dessa comunidade, parte dela está sendo utilizada para trabalhos burocráticos da colônia. O material adquirido para o beneficiamento do pescado continua sem utilização diária:

O material que veio para o Projeto ainda está lá. (pescadora 6 – Tejucupapo)

Depois desse projeto tudo parou depois a técnica não veio mais e tudo acabou. (Pescadora 7 – Tejucupapo)

Por outro lado, alguns participantes do Projeto, juntamente com o presidente da colônia e secretário do Município de Goiana estão se mobilizando para fundar uma Associação de Mulheres Pescadoras, que tem como objetivo buscar recursos para o grupo de mulheres trabalharem com corte e costura. Esse aspecto pode significar uma alternativa de renda, diante da precária atividade pesqueira. Assim se expressa uma pescadora de Tejucupapo:

Que viessem para cá outros projetos que não tivessem relação com a pesca. Na maré, hoje em dia, está dando pouco, quase não tem pescado, seria outra alternativa de renda. (Pescadora 3 – Tejucupapo)

Os técnicos entrevistados têm uma visão crítica sobre a colônia de Tejucupapo. Referem-se a ela como sendo do presidente. A unidade de beneficiamento foi construída dentro do terreno da família do presidente. Talvez isso explique o porquê de estar há tanto tempo como presidente da colônia de Tejucupapo e o porquê de os pescadores ou pescadoras não se sentirem responsáveis pela unidade de beneficiamento.

Um aspecto a ser observado nas estratégias de comunicação utilizadas pela equipe técnica do Projeto Renascer/Promata em Tejucupapo é que elas estavam muito mais voltadas à questão mercadológica e sanitária do beneficiamento do pescado do que das necessidades imediatas dos pescadores e pescadoras envolvidas com as ações. Nesse sentido, houve certa resistência de algumas pescadoras e do próprio presidente da Colônia, que não concordava com o trabalho que estava sendo desenvolvido pela equipe técnica.

A técnica queria que a gente fosse para a maré para trazer o pescado e aqui na Colônia beneficiar e armazenar. (Pescadora 6 – Tejucupapo)

Eu mudaria a forma de execução desse projeto, a técnica queria de um jeito e a comunidade via que não ia dar certo, porque, trazer para unidade de beneficiamento produtos na casca, era mais difícil de beneficiar. Mas a técnica acha que não era correto. (Pescadora 3 – Tejucupapo)

O fato é que as atividades foram executadas por um determinado tempo, para, logo depois, não ser mais possível finalizar as ações. Momento em que houve um afastamento dos técnicos diante da impossibilidade de continuar o trabalho.

Conclusões

Os dados apresentados ao longo deste trabalho apontam, principalmente, para aspectos corriqueiros vividos pelos contextos populares excluídos do meio rural brasileiro: a fragilidade organizacional dos associados e cooperados na dinâmica das suas entidades de representação social e produtiva. Por maiores que sejam os esforços – teóricos e práticos –, das organizações governamentais e não-governamentais para promover o

desenvolvimento social desses contextos desfavorecidos, via mobilização e participação popular, as respostas das comunidades às ofertas de mudança social nem sempre (para não dizer na maioria das vezes) coincidem com os objetivos das organizações promotoras. Aspectos históricos, políticos e sociais explicam, em parte, esse descompasso dos envolvidos nos projetos públicos de desenvolvimento local.

Essas explicações, entretanto, tornam-se mais complexas quando visualizamos o cenário da mundialização dos mercados e das culturas e sua repercussão no território rural e pesqueiro. Estudos no campo da Extensão Rural e da Extensão Pesqueira, como vimos, têm mostrado que as culturas populares, no seu movimento ambivalente de ser e estar e nas suas diferentes e atuais formas de consumo de bens materiais e simbólicos, ressignificam as mensagens canalizadas não apenas pelos meios massivos de comunicação, mas, também, pelas propostas de desenvolvimento das organizações governamentais e não-governamentais. No caso específico das atividades de pesca, cuja tradição no contexto popular brasileiro não saiu do terreno artesanal, e a aqüicultura procura, ainda, o seu lugar nesse cenário, pedir que esse artesanal adquira, num tempo predefinido, novas habilidades tecnológicas, mesmo que elas sejam consideradas populares, é esperar o mais comum dos resultados: a descontinuidade dos projetos e as tentativas de recondução dos processos, como se observou ao longo deste trabalho. Por outro lado, o vetor participação, se for considerado os pescadores do litoral, sabe-se que a eles foi negado, historicamente, como em nenhuma outra categoria social, o direito de atuar e dirigir suas próprias associações, as colônias de pescadores.

Nos casos de Atapuz, Barra de Catauama e Tejucupapo, apesar dos esforços dos técnicos e consultores dos projetos Renascer e Promata, no sentido de estabelecer formas de comunicação com os pescadores e pescadoras locais, os resultados alcançados parecem insuficientes. As unidades de beneficiamento do pescado – foco central da atuação do Renascer/Promata nessas comunidades – não avançaram, como desejaram os técnicos e gestores dessas organizações.

Do ponto de vista dos pescadores e pescadoras, os dados revelam que algumas experiências, aprendido e, até, certo nível organizacional foram logrados, mas não podemos afirmar que esses resultados tenham contribuído, efetivamente, para o desenvolvimento local das comunidades estudadas. Como se pôde observar, as potencialidades locais, particularmente a pesca artesanal, não atingiram um patamar econômico que implicasse a melhoria das condições sociais e econômicas dos atores envolvidos. Por outro lado, o tipo de gestão com que se defrontam as colônias de pescadores nas comunidades de Atapuz, Barra de Catauama e Tejucupapo impede, por conseqüência, que as unidades de beneficiamento do pescado cumpram a função para a qual foram destinadas: atender os pescadores e pescadoras locais nas atividades de pesca e comercialização do pescado.

Do ponto de vista das estratégias de comunicação utilizadas pelo Renascer/Promata para instaurar um processo de desenvolvimento local em Atapuz, Barra de Catauama e Tejucupapo, podemos concluir que elas ficaram aquém do que determinam os aspectos teóricos pontuados por Rabelo (2003). Dos três personagens principais sugeridos como fundamentais para instaurar processos de mobilização para o desenvolvimento – Produtor Social, Reeditor Social e Editor –, o que ficou em destaque foi a atuação comunicacional dos técnicos do Renascer/Promata, portanto o Produtor Social. Os demais personagens tiveram papel secundário em todo o processo de redinamização das unidades de beneficiamento do pescado. A partir daí, talvez, pode-se explicar, em parte, o frágil nível de mobilização dos pescadores e pescadoras em diversas situações do trabalho de Extensão Pesqueira levado pelos técnicos, bem como as rudimentares articulações com outros parceiros institucionais, além do incipiente embate político dos pescadores e pescadoras com as lideranças dentro das colônias.

Em síntese, podemos dizer que as dificuldades encontradas para o trabalho de Extensão Pesqueira do Renascer/Promata vão desde a frágil habilidade dos associados para tocar uma unidade de beneficiamento como empreendimento econômico, até as

dificuldades (históricas) de organização sociopolítica para uma participação mais efetiva na vida das Colônias. Por entre esses fatores, passam, como um fio condutor, as necessidades básicas – legítimas –, e imediatas, de sobrevivência dos pescadores e pescadoras. Como uma espécie de movimento das marés, arremessam-se às colônias quando estas acenam com benefícios (governamentais ou não-governamentais), e recuam (o que é mais comum) quando os benefícios escasseiam essas possibilidades. Acrescente-se a isso, as características do projeto de criação dessas unidades de beneficiamento, que revelaram muito mais se tratar de uma necessidade técnica identificada pelos agentes de desenvolvimento do que mesmo uma necessidade sentida pelos seus potenciais “beneficiários”.

Considerando esses aspectos, parece fundamental levantar algumas questões que poderão auxiliar na montagem de novas estratégias de Extensão Pesqueira e abrir novas perguntas de pesquisa: 1) podemos apoiar o fortalecimento organizacional das associações populares aliado a um projeto produtivo, cujo espaço temporal de execução esteja previamente estabelecido? 2) podem as tecnologias de beneficiamento de pescado não-tradicionais nas comunidades pesqueiras, a exemplo do bolinho de peixe, filé de siri, empadas de siri, risole de siri, serem internalizadas de maneira coletiva em contextos populares fragilmente mobilizados em associações e sem tradição nessas atividades? e 3) é possível as organizações governamentais e não-governamentais desenvolverem parcerias para financiar, capacitar, acompanhar e prestar assistência técnica aos contextos populares nas situações acima levantadas?

Por último, há que se pensar nos avanços e fracassos dos contextos populares e das organizações promotoras de desenvolvimento, em relação às novas demandas de consumo dos contextos populares e sobre os usos que esses contextos fazem das mensagens e propostas de desenvolvimento. Um caminho trilhado nessa direção possibilitará à Extensão Pesqueira abandonar o pólo histórico da mera transmissão de mensagens e projetos para o pólo do diálogo, da comunicação e do desenvolvimento local.

Notas

¹ Esta pesquisa é resultado da dissertação de mestrado defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Referências

- ANDRADE NETO, Austriclínio Bezerra de. *Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: a experiência do programa de combate à pobreza rural em Pernambuco*. 2007. Dissertação (Mestrado) – POSMEEX, Recife.
- BELTRÁN, Luiz Ramiro. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. *Comunicação e Sociedade*, Revista semestral de estudo de comunicação, São Paulo: Cortez, n. 6, p. 5-35, set. 1981.
- BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; BRAGA, Brenda. *Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil*. *Revue Unircoop*, n. 4, Université de Sherbrooke, 2005.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL – PE. *Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Bagaço, 2003. p.223-236.
- _____. Formação de comunicadores rurais: novas estratégias para enfrentar o século XXI. *Contexto e Educação*, Ijuí: Unijuí, n. 63, p.119-130, jul./set. 2001.
- _____. *Estratégias governamentais de comunicação para o desenvolvimento local*. Bahia: INTERCOM, 2002.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Relatório final das atividades de extensão pesqueira do projeto renascer (PCPR) em Pernambuco: avaliação, planejamento e resultados*, 2004.
- _____. *Atividades de extensão pesqueira do projeto Renascer (PCPR II) em Tejucupapo e Atapuz (Goiana-Pe)*. Recife, 2006.
- CARVALHO, Felipe; ARAÚJO, Eduardo. *Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Estado de Pernambuco, 2003-2006*. 2007..Dissertação (Mestrado) – UFRPE – Departamento de Educação – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, POSMEEX.
- CAVACO, Carminda. Turismo e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa* São Paulo: Cortez, 1986. 176 p.
- FRANCO, Augusto de. *O lugar mais desenvolvido do mundo*. Investindo no capital social para promover o

desenvolvimento comunitário. Brasília, Distrito Federal: AED - Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2005.

_____. *Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. 2. ed. Brasília, DF: MILLENNIUM - Instituto de Política, 2000. 116 p.

JARA, Carlos Júlio. Capital humano e capital social no desenvolvimento local sustentável. In: _____. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília: IICA, 2001. p. 99-121.

_____. Globalização, desenvolvimento local e associativismo. In: *A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção*. Brasília: IICA, 1998. p. 63-77.

_____. *A sustentabilidade do desenvolvimento local: um processo em construção*. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998. 316p.

KRANS, Patrícia. Agenda 21 Local: uma proposta de sustentabilidade. In: SILVEIRA, Caio; REIS, Liliane (Orgs.). *Desenvolvimento local: dinâmica e estratégias*. Rio de Janeiro: DLIS, 2001.

PERRUCCI, Arthur Emílio da Costa. *Extensão pesqueira, desenvolvimento local e participação popular: estudo de recepção do programa de combate à pobreza rural pelos pescadores familiares de Tejucupapo, Goiana - Pernambuco*. 2007. Dissertação (Mestrado) - POSMEX, Recife.

PROMATA - Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Pernambuco. Relatório - 2006.

PROJETO RENASCER. *Manual de operações do PCPR II*. Recife 2004a. 144 p.

PROJETO RENASCER Relatório de atividades de extensão pesqueira do projeto Renascer, 2004.

RABELO, Desirée Ciprano. *Comunicação e mobilização na Agenda 21 Local*. Vitória, ES: EDUFES/FACIEC, 2003.

SIQUEIRA, Andréia Teixeira de. *Relatório final de consultoria - PROPRURAL RENASCER - 2005*.

SIQUEIRA, Andréia Teixeira de. Relatório n 1 - PROPRURAL RENASCER - 2006.

SOUZA E SILVA, Josenildo de Sousa. A extensão pesqueira no Projeto Prorenda Rural - PE: o caso da Colônia dos Pescadores de Pontas de Pedras Z-3, Goiana/PE, 146p, 2001.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural: do difusionismo tecnológico ao desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL - PE (Org.). *Extensão e o novo espaço rural no nordeste brasileiro*. Recife: Bargaço, 2003,

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. In: *Signo - Revista de Comunicação Integrada*, João Pessoa-PB, v. 2, n.3, 1995.

TORO, J.B.; WERNECK, N.M. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo horizonte: Autêntica, 2004. 104p.

Cavidade natural subterrânea: natureza jurídica
Underground natural caves: juridical status
Cavidad natural subterrânea: naturaleza jurídica
Cavité naturelle souterraine: nature juridique

Lídia Maria L. R. Ribas*
Luciani Coimbra de Carvalho**

Recebido em 10/12/2008; revisado e aprovado em 29/1/2009; aceito em 2/2/2009

Resumo: As cavidades naturais subterr neas são bens que apresentam um ecossistema frágil e delicado, contendo, normalmente, além do corpo rochoso, cont eudo mineral e hídrico, fauna, flora, sítios arqueológicos e paleontológicos. Apresenta uma grande importância ambiental, cultural e econ mica e um forte apelo turístico, face   beleza c nica dos espeleotemas, dos rios e lagos subterr neos, das cachoeiras e dos vestígios históricos. Todavia, são escassas as produ es jurídicas que têm por objeto analisar a natureza jurídica do bem. A pequena literatura tem se restringido a analisar aspectos das cavidades como a preserva o do patrimônio natural, o aspecto cultural ou mesmo econ mico. Este artigo tem por finalidade apresentar uma contribui o para a análise da natureza jurídica do bem, pois pouco se escreve sobre o assunto; até as literaturas mais especializadas referentes aos bens públicos ou ambientais não se detiveram em analisar as cavidades. A pesquisa desenvolvida   bibliográfica exploratória e, para se atingir o objetivo, foram analisadas as posi es doutrinárias existentes sobre a classifica o dos bens, sacando-se as notas principais. Nesse ponto foram apresentadas as teorias que se baseiam na titularidade do bem e as que adotam o regime jurídico. Posteriormente, foram levantadas as principais fundamenta es para ado o de classifica o dicot mica e tricot mica. Tendo por base a legisla o e os atos normativos relacionados ao bem objeto de estudo, procurou-se sacar as semelhanças e diferenças entre as possibilidades de subsun es. Por fim, optou-se por uma classifica o tricot mica, esposada por Silva (1997), que classifica os bens entre público, privado e de interesse público. As cavidades pertenceriam aos bens de interesse público, pois, embora pertencentes   União, possuem um regramento que as diferenciam dos bens de uso comum, de uso especial e de uso dominical. A diferença tem por base a necessidade de forte regramento expedido pelo poder público com o objetivo de preservar o bem, o que impede o seu uso de forma indistinta e concorrente por todos, sem necessidade de autoriza o prévia. Da mesma forma, não podem ser caracterizadas como bem de uso especial, pois não se prestam ao funcionamento de reparti o pública ou   presta o de um serviço público. Também não se enquadram como bem dominical, pois são bens que possuem uma finalidade de interesse público, cabendo ao Estado a obriga o de preservá-los. São bens indisponíveis e, ainda que se possibilite a explora o sustentável pelo particular, como no caso do turismo, a rela o será regida por normas de direito público e não de direito privado.

Palavras-chave: Cavidade natural subterrânea. Bem de interesse público. Bem público.

Abstract: Underground natural caves are assets that present a tender and fragile ecosystem, usually containing not only the rocky part, but also mineral and hydra content, fauna, flora, archeological and paleontological sites. They are important from the environmental, cultural and economic points of view and constitute an impressive tourist appeal, because of the beauty of speleothems, of the underground rivers and lakes, waterfalls and historical vestiges. However, there are few law writings that aim to analyze the juridical nature of the asset. The scarce literature has been restricted to the analysis of the caves in relation to the preservation of their natural heritage, their cultural and even their economic value. This article aims to present a contribution to the analysis of the juridical nature of the asset, because very little has been written about it so far; even more specialized literature dealing with public or environmental assets has not been concerned with the cave study. Research developed here is bibliographical and exploratory and, to reach the goal, the doctrinal positions about the classification of the assets have been analysed, enhancing the main notes. The theories based on the asset titularity and the ones that adopt the juridical regime have been presented. Later, the main fundamentals for the adoption of the two-fold and three-fold classifications were taken into account. On the basis of the legislation and of the normative acts related to the asset at issue, the similarities and differences between the possibilities of subsumptions have been studied. At last, the choice fell on a three-fold classification, supported by Silva (1997), that categorizes the assets into public, private and of public interest. The caves would thus fit into the last group because, although belonging to the Union, they have a system of rules that makes them different from the assets of common use, the assets of special use and the assets of dominical use. The difference is based on the necessity of a consistent system of rules expelled by the government with the objective of preserving the asset, which

* Mestre e Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de São Paulo. Pós-doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Museu Social da Argentina. Pesquisadora, professora e orientadora na gradua o e na pós-gradua o da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal. Membro da Academia de Direito Tributário e fundadora da Academia Semiologia e Direito. E-mail: limaribas@uol.com.br

** Mestre em direito administrativo pela PUC/SP. Pesquisadora, professora e orientadora na gradua o e p s-gradua o "lato sensu" da Universidade Católica Dom Bosco e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Advogada e sócia do escrit rio Carli, Muritiba, Guimarães, Coimbra e Ribas advogados. E-mail: lucianicoimbra@carlimuritiba.com.br

inhibits its use in a concurrent and indistinctive way by everybody, dispensing with previous authorization. Likewise, they cannot be characterized as assets of special use because they cannot be used as public buildings or be lent to render public service. They cannot fit into dominical asset either, because they are assets that have a purpose of public interest, and it is the State that has the obligation to preserve them. They are non-disposable assets and, even if it is possible they have a sustainable exploration by private ownership, tourism for example, the relation will be ruled by norms of public rather than private law.

Keywords: Underground natural cave. Public interest asset. Public asset.

Résumé: Les cavités naturelles souterraines sont des biens qui présentent un écosystème fragile et délicat, contenant en général, outre son corps rocheux, du contenu minéral et hydrique, une faune, une flore, des sites archéologiques et paléontologiques. Leur importance tient à des facteurs à la fois environnementaux, culturels et économiques, ainsi qu'à leur intérêt touristique majeur, de par la beauté scénique des spéléothèmes, leurs rivières, lacs souterrains, chutes d'eau et vestiges historiques. Néanmoins, les productions juridiques consacrées à l'étude de la nature de ce bien sont à ce jour peu importantes. En effet, la littérature existante se restreint à analyser les seuls aspects des cavités tels que la préservation du patrimoine naturel, ses traits culturels et économiques. Cet article a pour but de contribuer à l'analyse de la nature juridique de ce bien en partant du constat que la littérature spécialisée concernant les biens publics ou environnementaux n'ont véritablement pas encore fourni une étude systématique des cavités. La méthodologie employée dans cette recherche consiste à faire une exploitation bibliographique des positions doctrinaires existantes sur le thème du classement des biens, en en relevant les principales remarques. À ce point-là, nous avons présenté les théories concernant la titularité du bien et celles qui adoptent le régime juridique. Dans une deuxième étape, nous avons relevé les principales références en vue d'adopter le classement dichotomique et trichotomique. En nous guidant par la législation et les actes normatifs relatifs au bien, objet de cette étude, nous avons cherché à relever les similitudes et différences qui séparent les possibilités de subsomptions. Finalement, nous avons opté pour un classement trichotomique, partagé par Silva (1997), selon que les biens sont publics, privés ou d'intérêt public. Les cavités appartiendraient ainsi aux biens d'intérêt public car, tout en étant partie intégrante de la Fédération, elles possèdent un règlement qui les différencie des biens d'usage commun, d'usage spécifique et d'usage domanial. Cette différence tient à la nécessité d'un règlement strict expédié par le pouvoir public afin que le bien soit préservé, ce qui empêchera son usage indistinct, concomitant et sans autorisation préalable. De la même manière, les cavités naturelles souterraines ne peuvent être caractérisées comme bien d'usage spécifique puisqu'elles ne sauraient tenir place d'établissements publics. Elles ne se casent pas non plus comme bien domanial car il s'agit de biens servant à l'intérêt public, il revient donc à l'État de le préserver. Ces biens sont en outre indisponibles, ainsi, même si l'exploitation durable par des particuliers est autorisée, à l'instar du tourisme, le rapport sera régi par des normes de droit public et non pas de droit privé.

Mots-clés: Cavité naturelle souterraine. Bien d'intérêt public. Bien public.

Resumen: Las cavidades naturales subterráneas son bienes que presentan un ecosistema frágil y delicado, conteniendo, normalmente, allá del cuerpo rocoso, contenido mineral e hídrico, fauna, flora, sitios arqueológicos y paleontológicos. Presenta una gran importancia ambiental, cultural y económica y una fuerte invocación turística, en razón de la belleza escénica de los paisajes espeleológicos, de los ríos y lagos subterráneos, de las cascadas y de las huellas históricas. Todavía, son raras las producciones jurídicas que tienen por objeto analizar la naturaleza jurídica del bien. La poca literatura se ha restringido en analizar aspectos de las cavidades como la preservación del patrimonio natural, el aspecto cultural o mismo económico. Este artículo tiene por finalidad presentar una contribución para el análisis de la naturaleza jurídica del bien, pues poco se escribe sobre el asunto; hasta las literaturas más especializadas que se refieren a los bienes públicos o ambientales no se detuvieron en analizar las cavidades. La investigación desarrollada es bibliográfica exploratoria y, para que se alcance el objetivo, fueron analizadas las posiciones doctrinarias existentes sobre la clasificación de los bienes, sacándose los apuntes principales. En ese punto fueron presentadas las teorías que se basan en la titularidad de los bienes y las que adoptan el régimen jurídico. Más adelante, fueron levantadas las principales razones para la adopción de clasificación dicotómica y tricotómica. Teniendo por base la legislación y los actos normativos relacionados al bien objeto del estudio, se ha buscado sacar las semejanzas y las diferencias entre las posibilidades de adecuaciones. Finalmente, fue optado por una clasificación tricotómica, adoptada por Silva (1997), que clasifica los bienes como públicos, privados y del interés público. Las cavidades pertenecerían a los bienes de interés público, pues, mismo pertenecientes a la Unión, tienen una reglamentación que las diferencian de los bienes de uso común, de uso especial y de uso dominical. La diferencia tiene por base la necesidad de fuerte regalamiento remitido por el poder público con el objetivo de preservar el bien, lo que obstaculiza su uso de forma indistinta y concurrente por todos, sin necesidad de autorización anterior. De la misma forma, no pueden ser caracterizados como bien de uso especial, puesto que no son útiles al funcionamiento de la secretaría pública o a la prestación de un servicio público. También no caben como bien dominical, pues son bienes que poseen un propósito de interés público, cabiendo al Estado la obligación de preservarlo. Son bienes indisponibles y, mismo que sea posible la exploración sustentable por el particular, como en el caso del turismo, la relación será conducida por normas de derecho público y no del derecho privado.

Palabras clave: Cavidad natural subterránea. Bien de interés público. Bien público.

Introdução

As cavidades naturais subterráneas são bens que apresentam um ecossistema frágil e delicado, normalmente contêm além do corpo rochoso, conteúdo mineral e hídri-

co, fauna e flora, bem como sítios arqueológicos e paleontológicos. Embora o patrimônio espeleológico seja de grande importância cultural, ambiental e econômica, são escassos os trabalhos jurídicos sobre o tema e recentes as preocupações governamentais sobre o

adequado tratamento jurídico, pois a primeira norma específica foi expedida em 1990 e em 1997, foi criado o CECAV- Centro Nacional de Estudos, Proteção e Manejo de Cavernas, que recebeu a competência para executar o Programa Nacional de Proteção ao Patrimônio Espeleológico. Não obstante, a preocupação do governo com a adequada preservação e exploração do bem, a classificação jurídica da cavidade natural subterrânea, merece um estudo mais aprofundado. Como não existem trabalhos específicos sobre o tema, constantemente são classificadas como bens públicos federais, ora como de uso comum, ora como dominical, ao mesmo tempo em que é considerada como patrimônio ambiental, bem difuso ou de interesse público. A todo o momento chocam-se conceitos de ramos diferentes do direito, como o ambiental e o administrativo, o que se repete nas poucas legislações sobre o tema. Face às constantes divergências, o presente estudo bibliográfico exploratório tem por objeto analisar as principais características utilizadas para classificar os bens, confrontá-las com as normas jurídicas relacionadas ao tema e após a sistematização das premissas e conclusões, apresentar elementos para a classificação jurídica das cavidades naturais subterrâneas.

1 Apresentação da problemática

A Constituição da República Federal do Brasil estabelece no seu artigo 20, X, que as cavidades naturais subterrâneas são bens da União, o que lhe rende a denominação de bem público. O Código Civil, no art. 99, classifica o bem público, como de uso comum, especial ou dominical. As normas que se referem especificamente às cavidades naturais subterrâneas como o art. 1º do Decreto 99.556 de 1.10.96, as classificam como patrimônio cultural, aplicando-se o artigo 216, V, da CF/88 que estabelece que “constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: ...V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, eco-

lógico e científico”. O mesmo decreto faz referência à Lei 6938/81 e ao Dec. 99227/90 que se referem respectivamente à Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e sua regulamentação. Ambos prestam aplicabilidade ao artigo 225 da CF/88 que estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. As mesmas disposições se aplicam ao projeto de lei 5071/90 que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, e afirma que no art. 1º estabelece que as cavidades são “bens da União, considerados patrimônio cultural e natural do povo brasileiro”, estabelece também que o projeto encontre-se em conformidade com “os Arts. 20, inciso X; 216, inciso V da Constituição Federal”. O projeto de lei 2832/03, fixa como base constitucional os artigos 20,V; 216,V e 225, §1º, todos da CF/88.

Os artigos constitucionais supracitados têm gerado na doutrina classificações diferenciadas, pois os bens elencados no artigo 20 da CF/88 são chamados de bens públicos, em contraposição aos bens privados. Uma vez classificados como bens públicos, são os mesmos classificados em função da destinação em uso comum, especial e dominical. Já os bens constantes nos artigos 216 e 225 são chamados de bens ambientais, os primeiros culturais e os segundos naturais e recebem a classificação de difusos ou de interesse público, que têm por base a indivisibilidade do mesmo. Constantemente as cavidades naturais subterrâneas são chamadas de bens ambientais naturais e culturais. Face às inúmeras classificações, torna-se necessário analisar qual é a classificação do bem, ou seja, é bem público ou não?

2 As cavidades naturais subterrâneas

O parágrafo único do art. 1º do Decreto 9556/90 conceitua a cavidade natural subterrânea como

[...] todo e qualquer espaço subterrâneo penetrável pelo homem com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, incluindo seu ambiente,

conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que a sua formação haja ocorrido por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou do tipo de rocha encaixante. Nesta designação estão incluídos todos os termos regionais, tais como gruta, lapa, toca, abismo, furna e buraco.

As cavidades são formações subterrâneas constituídas por espaços vazios dispostos horizontal e verticalmente, com presenças de fraturas e fendas irregulares, causadas pela ação de águas aciduladas provenientes das chuvas e dos cursos de superfícies. A escassez de luz e a pequena variação de umidade e temperatura abrigam seres altamente especializados, cegos ou albinos, diversos tipos de morcegos e plantas não clorofiladas, o que as torna ambientes frágeis, delicados e diferenciados. Abrigam também os espeleotemas, deposições minerais em cavernas, formados por processos químicos de dissolução e precipitação que produzem ornamentações minerais de rara beleza. Soma-se ainda o fato de geralmente, conservarem vestígios fósseis, pinturas rupestres, sepultamentos, restos de fogueira e outros testemunhos arqueológicos e paleontólogos.

São consideradas patrimônios naturais, culturais, científicos e turísticos. A justificativa para tal fato se dá pelos muitos interesses que despertam. Conforme Lino & Allievi (1980, p.7)

A entrada de uma caverna nunca se repete na forma, mas é sempre igual no sentimento que desperta quando a encaramos pela primeira vez: temor, desejo, respeito e ansiedade...São entradas para uma nova dimensão, de um mundo envolto em mistério e onde a escuridão e o silêncio andam de mãos dadas. Encerra-se aqui o mundo da luz, do verde vegetal, do calendário, das estações e do próprio homem, que aqui não passa de intruso, um visitante ocasional.

O estudo da caverna desperta o interesse de vários ramos da ciência, além da Espeleologia, como a Geologia, a Biologia, a Paleontologia e Arqueologia, a Ecologia entre outros. As formações e dimensões de algumas cavidades destacam-se pela raridade em que ocorrem. No Brasil existem cavidades que se destacam tais como: a) Toca da Boa Vista, na Bahia, com 65,5 quilômetros de desenvolvimento é considerada a maior

gruta da América do Sul e a 19ª do mundo; b) Gruta Casa da Pedra, em São Paulo, considerada a mais alta entrada de cavernas, com 215 metros de altura; c) Grutas das Bromélias, em Minas Gerais, considerada a maior caverna horizontal em quartzito do mundo, com 2.560 metros; d) Caverna do Centenário, em Minas Gerais, considerado o segundo mais profundo abismo em quartzito do mundo, com 360 metros de desnível; e) a Gruta dos Ecos, no Distrito Federal, é a maior caverna em micaxisto conhecida, com 1.380 metros de comprimento, apresentando ainda um lago subterrâneo com 300 metros de comprimento e f) a Gruta do Janelão, em Minas Gerais, possui a maior estalactite do mundo, com 28 metros (LINO e ALLIEVI, 1980).

Segundo LINO & ALLIEVI, a “presença de gigantescos salões subterrâneos, cachoeiras com mais de 20 metros de queda, lagos com mais de 120 metros de profundidade e enormes espeleotemas”, aliados “ao grande potencial de descoberta de novas cavidades”, contribuem para transformar o Brasil em um dos países mais procurados por expedições espeleológicas internacionais.

A Geologia tem um campo fértil para estudo de formações minerais diferenciadas que ocorrem dentro das cavidades, como os sedimentos clásticos e os espeleotemas. Em estudos foram encontrados aproximadamente 80 tipos de minerais, sendo 20 comumente encontrados. No Brasil os mais comuns são: calcita, aragonita, gipsita, goetita, malaquita e calcedônia (LINO & ALLIEVI, 1980, p.40). Os espeleotemas adquirem forma e coloração diferentes que instigam os cientistas, sendo que muitos ainda não possuem uma certeza quanto a origem e o porquê da forma apresentada. Os tipos que mais ocorrem são: estalactite, estalagmite, coluna, cortina, helictite, flores de aragonita, cascata de pedra, cristais “dente de cão”, pérolas de cavernas, vulcões e represas de travertino (LINO & ALLIEVI, 1980, p.43).

A flora e a fauna encontrada no interior das cavidades são compostas por seres altamente especializados que não conseguem viver em outro habitat. Segundo Lino & Allievi (1980, p. 85), os troglóbios (animais cavernícolas), apresentam como características frequentes: órgãos de visão inexistentes

ou atrofiados; despigmentação; ausência de asas nos insetos; crescimento maior dos apêndices, tais como antenas, palpos, cílios e patas e alta sensibilidade química e mecânica. A flora mostra-se muito diferente devido à presença ou ausência de luz, no primeiro caso abriga uma flora rica e perene, justificada pela maior umidade, menor variação climática, abrigo dos ventos, acúmulo de nutrientes e maior proximidade da água. No segundo caso é praticamente imperceptível a olho nu, composta por fungos e algas, muitas vezes de tamanho microscópico.

A cavidade subterrânea é um local de depósito de vários tipos de sedimentos apresentando-se como local propício para a arqueologia e a paleontologia. Em estudos realizados em algumas cavidades foram encontrados fósseis pré-históricos, que datam do pleistoceno e plioceno. As grutas da região do Vale do Ribeira foram pesquisadas pelo naturalista Ricardo Kröner no final do século passado, e nelas foram encontrados fósseis de vários animais, dentre eles, roedores, tatus, lebres, felinos, porcos-do-mato, veados, preguiças, morcegos e marsupiais. Arqueólogos têm se dedicado ao estudo de alguns sítios encontrados nas cavernas, compostos de esqueletos, sepultamentos, petróglifos, ossos e conchas trabalhados, cerâmicas, restos de fogueiras e painéis pictográficos (SIMÕES, 2008).

Os números de cavidades estudadas no Brasil ainda é muito pequeno, sendo escassos os trabalhos desenvolvidos no sentido de apreender todo o potencial que a caverna pode revelar, sendo que, muitas vezes, possuem ecossistemas intactos em seu interior. Soma-se a isso o papel da água, pois além de ser responsável pela própria formação das cavidades, apresenta-se como fonte de reabastecimento.

Muitas cavidades são procuradas por fins religiosos e tornam-se templos religiosos, visitados por milhares de peregrinos anualmente como as grutas de Bom Jesus da Lapa, na Bahia e Lapa da Terra Ronca, em Goiás. Outras atraem pela beleza cênica e o espírito de aventura, que decorrem da presença de grandes entradas e salões internos, lagos e cachoeiras subterrâneas, e os espeleotemas. Atualmente existem mais de 50 cavernas turísticas espalhadas pelo País, destacando-

se: a) em São Paulo: Caverna de Santana e Caverna do Diabo; b) em Minas Gerais: Maquiné, Lapinha e Rei do Mato e Vale do Rio Peruaçu; c) no Ceará: Gruta de Ubajara; d) no Paraná: Furnas de Vila Velha, e) no Mato Grosso do Sul: Gruta do Lago Azul (LINO & ALLIEVI, 1980).

3 Classificação dos bens

3.1 Dicotomia público/privado

Para Gasparini (2003, p. 682) a locução bens públicos é formada por duas palavras "equivocadas": bem e público. A primeira pode ter acepção filosófica ou jurídica, no primeiro caso, "é tudo aquilo que satisfaz o homem", tais como a inteligência, bondade, saúde, amor. Em sentido jurídico, "todo valor material ou imaterial que pode ser objeto de direito", tais como glebas de terra, créditos, semoventes, livros. A segunda palavra pode expressar o proprietário do bem ou o usuário do bem, no primeiro caso, a União, os Estados-membros, Municípios e no segundo o usuário, administrado, povo, público.

No mesmo sentido Meirelles (1995) afirma que bem público, ora significa o "poder que o Estado exerce sobre os bens próprios e alheios", ora designa a "condição desses bens". Pode significar ainda "o conjunto de bens destinados ao uso público (direto ou indireto – geral ou especial – *uti singuli* ou *uti universi*), como pode designar o regime a que se subordina esse complexo de coisas afetadas de interesse público" (MEIRELLES, 1995, p. 432).

A equivocidade gerada pelo termo gera divergências entre o conceito legal e o doutrinário, pois o primeiro tem por base a titularidade do bem e a doutrina tem preferido o regime jurídico aplicável aos bens, ou notas características desse regime.

O Código Civil de 1916 estabeleceu no seu artigo 65 a dicotomia entre a titularidade dos bens, em público e privado: "São públicos os bens de domínio nacional pertencentes à União, Estados ou aos Municípios. Todos os outros são particulares, seja qual fora pessoa a que pertencem". Tal redação foi mantida pelo atual Código no artigo 98. O critério utilizado pelo Legislador ordinário foi o da propriedade, ou titularidade.

Bandeira de Mello (2005, p. 838) entende ser insuficiente a conceituação de bens públicos dada pelo Código Civil, pois o Código adota como critério a propriedade quando o correto seria o regime jurídico aplicado ao bem. Para o autor “todos os bens que estiverem sujeitos ao mesmo regime público deverão ser havidos como bens públicos”. Por este prisma, todos os bens regidos pelo regime de direito público, seriam bens públicos, ainda que a propriedade pertencesse a um particular. A justificativa está afetação do bem a um interesse público que geraria a paralisação do direito subjetivo pela aplicação da relação de administração. Por esta teoria o rol de bens públicos seria maior que os previstos no Código Civil.

Meirelles (1995) também entende que o rol dos bens públicos é maior que o elencado pelo Código civil. O autor conceitua o “domínio público” em sentido amplo e restrito. No primeiro: “é o poder de dominação ou de regulamentação que o Estado exerce sobre os bens do seu patrimônio (bens públicos), ou sobre o patrimônio privado (bens particulares de interesse público), ou sobre as coisas inapropriáveis individualmente, mas de fruição geral pela coletividade (*res nullius*)”. Incluem-se neste sentido as águas, as jazidas, as florestas, o espaço aéreo e os bens que interessam ao patrimônio histórico e artístico nacional. Em sentido restrito, subdivide em domínio patrimonial e eminente. O primeiro se aplica aos bens pertencentes às entidades públicas, e pode ser bens do domínio público (bens de uso comum do povo) ou bens patrimoniais indisponíveis (uso especial) ou disponíveis (dominicais). Enquanto o segundo sobre todas as “coisas de interesse público”. O domínio eminente decorre do poder de soberania do Estado, que o autoriza a submeter os bens a um regime diferenciado, o que ocorre, por exemplo, quando estabelece limitações, servidões, tombamentos e desapropriações (MEIRELLES, 1995, p.432).

Para Di Pietro (2005) a conceituação do bem deve ocorrer em razão do aspecto jurídico, ou seja, em função do regime que se diferencia conforme a destinação do bem, que pode se dar por natureza ou por lei. Adota a dicotomia bem público/privado, todavia subdivide os bens públicos em dois,

de domínio público e de domínio privado do Estado. Entre os bens de domínio público estariam os de uso comum, insuscetíveis de valoração patrimonial e os de uso especial, com valoração patrimonial, todavia indisponíveis. Os bens dominicais pertenceriam ao domínio privado e, portanto, possuiriam valoração econômica e possibilidade de alienação, desde que obedecido o procedimento legal. Frisa que existem apenas dois regimes, o público aplicado aos bens de domínio público e o parcialmente privado, aplicados aos bens de domínio privado (DI PIETRO, 2005, p. 579-580).

Para Fiorillo (2000) existe uma tricotomia, além dos públicos e privados, existem os difusos que foram disciplinados pela Lei 8078/90 que teria criado a “estrutura que fundamenta a natureza jurídica de um novo bem, que não é público nem privado: o bem difuso”. Este bem seria indivisível e transindividual, ou seja, há a impossibilidade de fracionamento dos bens pela vontade das partes ou da lei e também a indeterminação dos sujeitos, pois a importância do bem transcenderia a esfera individual. Para o autor, a diferença entre o bem difuso e o público reside na titularidade, um pertence a toda a coletividade e o outro ao Estado. Afirma ainda que bens de uso comum do povo erroneamente são tratados como públicos e justifica a sua tese no texto constitucional vigente uma vez que a própria Constituição Federal teria separado o patrimônio público de outros bens, como o meio ambiente, tanto no artigo 5º, LXIII e LXXIII, quanto no art. 129, III e que o art. 225, expressamente determina que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo. Por esta teoria o rol de bens públicos é menor do que o previsto no Código Civil, pois os bens ambientais, considerados públicos de uso comum do povo, seriam difusos e os entes políticos teriam apenas a sua gestão e não a propriedade (FIORILLO, 2000, p. 49-54).

Silva (1997) também utiliza de uma tricotomia, dividindo os bens em públicos, privados e de interesse público. Seriam de interesses públicos os bens que independente da propriedade estariam “subordinados a uma particular disciplina para a consecução de um bem público”. Estariam subordinados a um regime jurídico peculiar relativamente

a seu gozo e disponibilidade e também a um particular regime de polícia, de intervenção e de tutela pública. A disciplina teria por objetivo o controle do seu uso que pode ser bem de interesse público de “circulação controlada e uso controlado”. Para o autor estariam entre os bens de interesse público, “os bens imóveis de valor histórico, artístico, arqueológico, turístico e as paisagens de notável beleza natural, que integram o meio ambiente cultural, assim como os bens que integram o meio ambiente natural”. Afirma ainda o autor que existem bens de interesse público que são insuscetíveis de apropriação privada, como o ar e a água que seriam bens de uso comum do povo (SILVA, 1997, p. 56).

As teorias apresentadas trabalham dois critérios, a propriedade do bem e o regime jurídico. Ambos os critérios serão objetos de análises. A CF/88 e diversas leis estabelecem quais são os bens considerados públicos e as regras para os bens considerados privados. Partindo-se da análise da CF/88, art. 20 e 26, pode-se falar que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, os terrenos de marinha, o mar territorial, as jazidas minerais, os potenciais de energia hidráulica, os sítios pré-históricos e arqueológicos e as cavidades naturais subterrâneas, são bens da União. E que as águas superficiais ou subterrâneas que não decorram de obras da União e que se encontrem em território brasileiro pertencem aos Estados-membros ou ao Distrito Federal. Aplicando-se este critério só poderão ser considerados bens públicos os que estão expressamente determinados por lei, sendo os demais, privados. Todavia, existem bens que não estão na propriedade de pessoa alguma, pois foram considerados pelas leis como inapropriáveis, como o ar, as águas internacionais, bem como alguns espécimes da flora e da fauna.

Quanto ao regime jurídico, há divergência entre as notas diferenciadoras do regime jurídico. Para Bandeira de Melo (2005), todos os bens que pertençam às pessoas jurídicas de direito público interno, mais os pertencentes aos particulares que sirvam à prestação de um serviço público, seriam considerados bens públicos, pois estariam sujeitos aos princípios de direito público. Já a professora Di Pietro (2005) diferencia os bens públicos e privados pela titularidade e de-

pois subdivide os bens públicos através da análise de sua destinação, ou seja, estar ou não destinado (afetado) a um interesse público. No primeiro caso (uso comum e especial), submetem-se a um regime jurídico público, que tem por suporte dois princípios, a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade pela administração do interesse público. Na segunda hipótese (dominicais), o regime aplicado será parcialmente privado, podendo a Administração recorrer a institutos típicos do direito privado, como por exemplo, a alienação, locação, cessão etc.

Ao analisar os regimes jurídicos aplicados aos bens, identificam-se pelo menos três regimes, o público, o privado e o parcialmente público. No primeiro caso, os bens sofrem a incidência de princípios de direito público, como é o caso dos bens de uso comum e especial pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. No segundo caso, as normas que regem os bens são exclusivas do direito privado. No terceiro caso, há aplicação parcial dos regimes, independente da titularidade do bem. Caso o bem pertença a uma pessoa jurídica de direito público interno, e for considerado dominical, aplica-se a impenhorabilidade e imprescritibilidade, todavia não se aplica sempre a inalienabilidade, pois é possível a alienação de alguns bens, desde que obedeça ao procedimento previsto em lei. Permite-se também, algumas formas de uso exclusivo do bem, típicas do direito privado, como a locação e o comodato, desde que alteradas para obedecerem aos princípios gerais de direito público que regem a Administração. O regime parcial também se aplica aos bens pertencentes a pessoas regidas pelo direito privado, que são considerados essenciais a prestação de um serviço público, pois, estes sofrem a derrogação de princípios, agora privados, pois o serviço público será regido por princípios de direito público que atingirão os bens e prevalecerão sobre os de direito privado. Como é o caso dos bens dos concessionários, essenciais à prestação de serviços públicos, que recebem o benefício da impenhorabilidade.

3.2 Bem de uso comum do povo

O art.98 do Código Civil classifica o bem público em bem de uso comum do povo, bem de uso especial e dominical. O único bem conceituado é o dominical “constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real, de cada uma dessas entidades”.

Para os bens de uso comum, são “os destinados ao uso indistinto de todos”; os de uso especial, são os “afetados a um serviço ou estabelecimento público” e os dominicais, são os “próprios do Estado como objeto de direito real, não aplicados nem ao uso comum, nem ao uso especial, tais os terrenos e terras em geral, sobre os quais tem senhoria, à moda de qualquer proprietário, ou que, do mesmo modo, lhe assistam em conta de direito pessoal” (BANDEIRA DE MELLO, 2005, p. 838).

Para Gasparini (2003) os bens de uso comum “são as coisas móveis ou imóveis pertencentes ao Poder Público (União, Estado-membro, Município, Distrito Federal), usáveis sem formalidade, por qualquer do povo”. Continua dizendo que “o uso e gozo desses bens é permitido a qualquer ser humano, sem distinção entre nacionais e estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, ou entre pessoas públicas ou privadas”. E ainda que “para esse uso e gozo nada se exige em termos de autorização ou permissão” (GASPARINI, 2003, p. 685).

No mesmo sentido Di Pietro (2005), o uso comum é o “que se exerce, em igualdade de condições, por todos os membros da coletividade”. É “aberto a todos ou a uma coletividade de pessoas, para ser exercido anonimamente, em igualdade de condições, sem consentimento expresso ou individualizado por parte da Administração”. Afirmo ainda que o bem de uso comum pode ser ordinário ou extraordinário e recorre a Diogo do Amaral (1972, p. 108), para apresentar as diferenças. No uso ordinário, o bem estaria sujeito as seguintes regras: a) generalidade (exercidos por todos); b) liberdade (dispensada autorização prévia); c) igualdade (igualdade de condições a todos); d) gratuidade (dispensa qualquer prestação pecuniária). No extraordinário aplica-se exceção a alguma das características, causando alterações par-

ciais ao regime que não possuem o condão de transformá-lo em especial. Pode-se citar como exemplo a limitação ao número de pessoas, ou a categoria de pessoas, a exigência de licença ou autorização para utilizar o bem, a cobrança etc. Afirmo ainda que (598) os bens de uso comum geram dois tipos de direitos para o administrado: a) a participação do interesse coletivo na preservação e uso do bem, como membro da coletividade e b) como usuário do bem, apresentando-se como “titular de um direito subjetivo público, defensável na via administrativa e judicial”. (597-600)

O bem de uso comum pode ocorrer pela própria natureza ou por ato jurídico. No primeiro caso o bem é de uso comum e não pode ser transformado em dominical, pois há a impossibilidade de desafetação do mesmo, como por exemplo, os mares e rios. Existem bens que se tornam de uso comum por determinação de um ato jurídico como as praças, as ruas, os passeios públicos etc. Neste caso, há a possibilidade de transformação dos bens em dominicais por meio de ato jurídico, tome-se por exemplo, a necessidade de urbanização de uma determinada área do Município que leva à desapropriação por zona de uma grande área que irá compor a nova feição da cidade. Aqui ocorrerá a transformação dos bens de uso comum em dominicais.

3.3 Os bens ambientais

Para Fiorillo (2000) os bens ambientais são bens difusos e apresentam duas características: bens de uso comum do povo e bem essencial à sadia qualidade de vida. Diz que o art. 225 da CF/88 configurou uma nova realidade jurídica: pois fixa “a existência de uma norma vinculada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, reafirmando, ainda, que todos são titulares desse direito”. E continua dizendo que “não se reporta a uma pessoa individualmente concebida, mas sim a uma coletividade de pessoas indefinidas, o que demarca um critério transindividual, em que não se determinam, de forma rigorosa, os titulares do direito”. O bem de uso comum do povo é um bem que pode ser “desfrutado por toda e qualquer pessoa” e que este uso, deve ser nos limites que assegure “às

próximas gerações as mesmas condições que as presentes desfrutam”. Frisa ainda que “todos poderão utilizá-lo, mas ninguém poderá dispor dele ou então transacioná-lo”. O outro fator é ser considerado como bem essencial à sadia qualidade de vida, que implicaria em garantir a dignidade da pessoa humana. Afirma que uma vida com dignidade “reclama a satisfação de valores (mínimos) fundamentais descritos no art. 6º da Constituição Federal”. Diz que a Constituição fixa um “piso vital mínimo de direitos” que deve ser assegurado pelo Estado. (53). Elenca como bens tipicamente difusos os que estão no art. 20, III, IV, V e VIII da CF/88 (FIORILLO, 2000, p. 52).

Não se pode falar em bem ambiental sem trazer a lume o que se entende por meio ambiente e a classificação utilizadas pelos doutrinadores. A Lei n. 6938/81 (Lei de Política Nacional do Meio Ambiente), em seu art. 3º, I, conceitua “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Para Fiorillo (2000) a Constituição “buscou tutelar não só o meio ambiente natural, mas também o artificial, o cultural e o do trabalho”, pois o objetivo da preservação do meio ambiente é o de tutelar a vida saudável. Partindo-se dessa classificação tem-se que: a) meio ambiente natural ou físico é constituído por solo, água, ar atmosférico, flora e fauna e constitui a homeostase, “consistente no equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que vivem”; b) meio ambiente artificial: “compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (chamado de espaço urbano fechado), e pelos equipamentos públicos (espaços urbano aberto)”; c) meio ambiente cultural: “traduz a história de um povo, a sua formação, cultura e portanto, os próprios elementos identificadores de sua cidadania” e d) meio ambiente do trabalho: “local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independente da condição que ostentem” (FIORILLO, 2000, p. 19-21).

Para Silva (1997, p. 96) os bens ambientais são “bens de interesse público” e seriam dotados de um “regime jurídico especial, enquanto essenciais à qualidade de vida e vinculados, assim, a um fim de interesse coletivo”. Para o autor, é inegável que os bens que compõem o meio ambiente cultural e natural são de interesse público, independente da propriedade.

4 Cavidade natural subterrânea: bem de interesse público

Existem vários critérios utilizados para caracterizar os bens, o que conseqüentemente conduz a várias classificações, algumas mais úteis que as outras. Logo a tarefa do cientista do direito é adotar a que lhe parece útil e que corresponde às notas sacadas no momento do estudo do objeto. Esse é o objetivo desse trabalho, apontar qual o critério útil para estabelecer a natureza da cavidade natural subterrânea.

A classificação dos bens obedece normalmente a dois critérios, o da titularidade e o formal, neste analisa-se o seu regime jurídico. Como bem observado por Gasparini (2003), o vocábulo bem público, possui significações díspares, pois a mesma nomenclatura pode ser utilizada tanto para designar a titularidade, ou seja, a quem pertence o bem, como a quem ele serve, ou seja, o usuário do bem. Adotando-se o critério da titularidade as cavidades naturais subterrâneas, seriam bens públicos, pois indubitavelmente, por força expressa do art. 20, X, da CF/88, pertencem à União, pessoa jurídica de direito público. Todavia a titularidade do bem não apresenta ser o mais útil, pois como bem frisado por diversos autores, o regime jurídico seria o melhor critério para identificação dos bens.

Adotar-se a dicotomia bens públicos e privados adotados por alguns autores, como Bandeira de Mello (2005), apresentaria um bom resultado para diferenciar os bens públicos dos privados, o que facilmente se chegaria ao analisar as duas notas: a quem o bem pertence e a aplicação de princípios como a impenhorabilidade, imprescritibilidade e inalienabilidade. Entretanto seria necessário subclassificar os bens públicos para realmente distinguir as notas que

interessam ao presente trabalho e para tanto a subclassificação que tem por base a destinação do bem, comumente utilizada e que separa os bens em de uso comum, especial e dominical também não respondem a contento.

A classificação dos bens públicos quanto à destinação tem por base a afetação do bem a um interesse público, dessa forma, os bens de uso comum e de uso especial estão afetados, enquanto os dominicais, desafetados. Aos bens de uso comum são atribuídas como características o uso indistinto e igualitário, independente de autorização do poder público. Esta é a classificação utilizada por aqueles que consideram os bens ambientais como de uso comum e que tem sido aplicada às cavidades, tanto pelo aspecto de ser considerada bem natural quanto patrimonial.

Não existem dúvidas sobre a importância que as cavidades naturais subterrâneas possuem, mas pelo seu ambiente frágil e delicado, não se pode dizer que é bem de uso comum do povo, pois a visitação às cavidades obedece a um forte regramento estabelecido pelo Poder público e que tem por base a própria preservação do bem. Conforme a cavidade, o poder público pode ou não autorizar a visitação e uma vez autorizada, é demarcado um perímetro em seu interior para a visitação e realização de algumas práticas como o mergulho.

A classificação da cavidade como de uso especial também não se aplica, pois estes se configuram como os bens que servem às repartições públicas ou que são essenciais à prestação de um serviço público. Também não se aplica a dominical, pois estes são do domínio do estado e não atendem a qualquer finalidade de interesse público, tanto que são os únicos bens que podem ser disponibilizados ou serem utilizados por particulares por intermédio de instrumentos típicos do direito privado, respectivamente, a venda e a locação, seriam exemplos. A cavidade é um bem inalienável, ainda que o particular adquira a terra, na qual esteja a cavidade, esta continuará pertencendo à União, além disso, a União não poderá alienar a cavidade, ainda que realize uma licitação. Não parece bom senso concluir que a cavidade seja um bem dominical que aguarda a afetação uma

vez que a sua natureza reclama a atenção do poder público no sentido de preservá-la, não só pela beleza cênica mas também pelo seu ecossistema.

Não foi aceita a classificação do bem difuso de natureza ambiental por várias questões: primeiro, porque há uma confusão entre o público e o difuso, principalmente quanto à substituição da titularidade do bem, pois é difícil sustentar que a Constituição afirma que a cavidade é um bem da União, mas que na realidade não é pois pertence a todos; segundo, porque a delimitação dos limites também apresentam-se inexatos, a relação entre os bens ambientais naturais e os culturais são tênues em muitos momentos.

Optou-se pela classificação tricotômica de Silva (1997, p. 56), ou seja, a cavidade natural subterrânea é um bem de interesse público, pois está sujeita, “a uma particular disciplina para a consecução de um bem público”. O ambiente especial da cavidade natural subterrânea obriga o poder público a implementar um forte regramento que tem por objetivo a preservação do bem, sendo que a sua utilização por particulares só será permitida se ocorrer em consonância com os princípios conservacionistas.

Conclusão

A cavidade natural subterrânea tem em seu interior um ambiente frágil e delicado, decorrente de um ecossistema diferenciado. Soma-se a isso a existência de reservatórios de águas e de objetos de forte apelo cênico, como os espeleotemas, as quedas d'água, sumidouros, ressurgências, cachoeiras, lagos e rios subterrâneos. Há também a grande possibilidade de encontrar vestígios históricos relacionados à arqueologia e paleontologia.

Embora pertença à União, o bem não pode ser considerado apenas como bem público, pois a sua destinação não se enquadra em nenhuma das classificações do bem público, visto que falta à cavidade características inerentes às classificações dos bens públicos. Não pode ser considerada bem de uso comum do povo, visto que sua utilização está condicionada a regras estabelecidas pelo poder público, relacionadas à preservação e que condicionam o “usuário” ou visitante, a

uma autorização especial, dito de outra forma, não cabe o uso concorrente e indistinto de todos, sem autorização prévia, sendo que, há ainda a possibilidade de ser proibida a visitação. Por outro lado, não é possível considerá-la bem dominical, pois não existe sem o seu interior, é impossível, separá-la dos espeleotemas, dos animais cavernícolas, das águas, das reminiscências históricas, etc., tanto que a lei a considera patrimônio natural e cultural. A preservação da cavidade é de interesse de todos e não só da União. Quando a União estabelece as regras de preservação e uso sustentável, o faz em nome do interesse público primário e não secundário. Adota-se, portanto, neste trabalho a tricotomia proposta por SILVA, na qual a cavidade natural subterrânea é um bem da União de interesse público e sujeita a um forte regramento que decorre da preservação do seu uso.

Referências

- AMARAL, D. F. do. *A utilização do domínio público pelos particulares*. São Paulo: Juriscredi, 1972.
- BANDEIRA DE MELLO, C. A. *Curso de direito administrativo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- DI PIETRO, M. S. Z. *Direito administrativo*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- FIORILLO, C. A. P. *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GASPARINI, D. *Direito administrativo*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LINO, C. F. *Cavernas brasileiras*. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/ecossist/caverna/apresent.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2008.
- LINO, C. F.; ALLIEVI, J. *Cavernas brasileiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 1995.
- SILVA, J. A. *Direito ambiental constitucional*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- SIMÕES, W. *Espeleologia e paleontologia*. Disponível em: <http://www.sbe.com.br/cavernas_paleo.asp>. Acesso em: 5 nov. 2008.

Teoria e prática

Experiência Compartilhada -
Jardim Sayonara -
Campo Grande-MS



Performances comunitárias e vieses teóricos sobre *potencialidades de participação* no Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – em ótica de Desenvolvimento Local

*Communitary performances and theoretical points of view about *potentialities of participation* at Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – under a perspective of Local Development*

Performances communautaires et points de vue théoriques sur des potentiels de participation au Jardin Sayonara – Campo Grande-MS – en perspective de Développement Local

Performances comunitárias y sesgos teóricos sobre potencialidades de participación en Jardin Sayonara – Campo Grande-MS – en perspectiva de Desarrollo Local

Ione de Souza Coelho*
Vicente Fideles de Ávila**

Aceite

Resumo: Esta matéria se refere à pesquisa, norteada por critérios fenomenológicos básicos da pesquisa qualitativo-descritiva, realizada no Jardim Sayonara de Campo Grande-MS, ao longo do biênio 2005-06, com o objetivo de identificar e analisar potencialidades de participação, nessa territorialidade, compatíveis com implementação de Desenvolvimento Local. Neste texto, as abordagens não apenas se voltam sobre as principais ênfases dessa pesquisa, como também acrescentam observações teóricas e interpretativas, destacando, além de esclarecimentos introdutórios (item 1): contexto de territorialidade do Jardim Sayonara (item 2); relação entre vieses teóricos, informações e performances de participação (item 3); três importantes ponderações decorrentes, com explicitação de aspectos teóricos básicos implicados em dinâmicas de comunitarização para DL (item 4); e destaques rememorativo-conclusivos (item 5).

Palavras-chave: Potencialidades de participação. Desenvolvimento Local. Fenomenologia comunitária. Comunitarização em Desenvolvimento Local.

Abstract: This paper presents and discusses a descriptive-qualitative phenomenological research conducted at the Sayonara Garden, a neighbourhood of the city of Campo Grande-MS, from 2005 to 2006, aiming at identify and analyse potentialities of participation, inside this territoriality, compatible with the implementation of local development. This text enlarges the discussion of the original research, thus pointing to (1st) some introductory informations; (2nd) the context of territoriality of Sayonara Garden; (3rd) relationship between theoretical views, informations and performances of participation; (4th) three important considerations that follow, developing basic theoretical aspects implied in comunitarization dynamics to Local Development; and, finally, (5th) some final summary conclusions.

Keywords: Potentialities of participation. Local Development. Communitary phenomenology. Comunitarization in Local Development.

Résumé: Cet article concerne à une recherche guidée par des critères phénoménologiques essentiels de la recherche qualitative-descrptive, qui a eu lieu au Jardin Sayonara, un quartier de Campo Grande-MS, pendant les années 2005 et 2006, avec l'objectif d'identifier et analyser des potentiels de participation, dans cette territorialité, compatibles avec la mise en oeuvre du Développement Local. Dans ce text, les approches ne se reviennent pas seulement aux principaux emphases de cette recherche, ainsi qu'ajoutent des remarques théoriques et interpretatives, en mettant l'accent, en plus d'éclaircissements introductives (section 1), sur les autres suivantes sections: contexte de territorialité du Jardin Sayonara (2); rapport entre vues théoriques, informations et des performances de participation (3); trois importantes pondérations conséquentes, avec l'explicitation d'aspects théoriques essentiels, impliqués en dynamiques de communauté pour Développement Local (4); et remarques de remises conclusives (5).

Mots-clés: Potentiels de participation. Développement Local. Phénoménologie communautaire. Communauté en Développement Local.

* Graduada em Serviço Social e Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS; Assistente Social concursada do Município de Campo Grande-MS; ex-Superintendente da Política de Assistência Social na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS/MS); atual Gerente de Unidade Básica de Saúde da Família, da Secretaria Municipal de Saúde Pública; e docente da disciplina Política Social II no curso de Graduação em Serviço Social da UCDB. E-mail: ione.c@terra.com.br

** Doutor em Políticas e Programação do Desenvolvimento pela Université de Paris I/Panthéon-Sorbonne/França; professor aposentado da UFMS; atual docente das disciplinas Teoria do Desenvolvimento Local (obrigatória) e Desenvolvimento Local, Comunidade e Comunitarização (optativa) no Programa de Pós-Graduação-Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS; e Coordenador do Projeto de Pesquisa "Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local", vinculado ao referido Programa e cadastrado no CNPq. E-mail: fideles@ucdb.br.

Resumen: Esta materia se refiere a la pesquisa conducida por criterios fenomenológicos básicos de pesquisa cualitativo-descriptiva, realizada en Jardim Sayonara de Campo Grande-MS, durante los años 2005 y 2006, con el objetivo de identificar y analizar potencialidades de participación en esta territorialidad, compatibles con implementación de Desarrollo Local. En este texto, los abordajes no solamente se vuelven sobre los principales énfasis de esta pesquisa, como también añaden observaciones teóricas e interpretativas, destacando, además de aclaraciones introductorias (artículo 1); contexto de territorialidad del Jardim Sayonara (art. 2); relación entre sesgos teóricos, informaciones y performances de participación (art. 3); tres importantes ponderaciones consecuentes, con explicitación de aspectos teóricos básicos implicados en dinámicas de comunitarización para Desarrollo Local (art. 4); y destaques rememorativo-conclusivos (art. 5).

Palabras clave: Potencialidades de participación. Desarrollo Local. Fenomenología comunitária. Comunitarización en Desarrollo Local.

Introdução

A presente matéria se relaciona com a efetiva dinâmica de atuação compartilhada no Grupo de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma de Desenvolvimento Local”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, vinculado ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

Pretendeu-se, pela pesquisa a que esta matéria se refere, conhecer e analisar tipos e potencialidades de participação na territorialidade do Jardim Sayonara, à frente detalhadamente descrito, na ótica do Desenvolvimento Local (DL).

A investigação se pautou por procedimentos de Pesquisa Qualitativo-Descritiva, com **visitas in loco, observações, registros, Análise de Conteúdos, interpretações e classificações de fatos**. Isso também requereu aplicação de formulário e entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas. A análise foi baseada na realidade estudada e consubstanciada no que se refere à visão de mundo e interações dos pesquisados, tanto quanto possível nos prismas, por um lado, de abordagens fenomenológicas (retro-prospectivas) e, por outro, de referências lógico-teóricas do DL. Isso, em virtude de que, segundo Masini (1999, p. 66), “[...] o enfoque fenomenológico constitui-se, pois, como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno, que pode ser retomado e visto sob nova interpretação”.

As interpretações finais dos resultados envolveram discussões com as principais lideranças e representações do universo populacional focado, que também participaram da inicial coleta de dados e informações, obtidos pelos procedimentos acima mencio-

nados. Tais discussões fizeram com que paulatinamente a metodologia se evoluísse até para a de *pesquisa-participante*, vez que as próprias lógicas e significações concludentes desses resultados também contaram com o envolvimento dos pesquisados, principalmente no que respeita a “Análise de Discursos”. Até mesmo os primeiros esboços de conclusões finais foram submetidos a reuniões de discussão (sobre fidelidade aos fatos observados ou interpretados) com representantes da população.

Essas maneiras procedimentais ampliaram relações, por um lado, entre **teoria e prática**, em termos de Desenvolvimento Local *versus* performances comunitárias, e, por outro, também entre “comunidade” pesquisada e pesquisadores, considerando *pesquisadora-vanguarda* a co-autora – desta matéria – Ione de Souza Coelho (quando ainda Mestranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS) e *pesquisador-reta-guarda* o Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, que, nas simultâneas condições de seu Orientador e Coordenador do Projeto de Pesquisa mencionado no parágrafo inicial desta Introdução, não só acompanhou como também partilhou de todos os passos da pesquisa, do projeto original aos últimos acabamentos para a defesa da concernente Dissertação (cf. COELHO, 2006).

Aliás, importa notar que a partilha co-autoral nesta matéria se tornou de relevada importância, porque as contribuições de ambos se intercomplementaram para ampliação e aprofundamento da supra-referida relação entre **teoria e prática**. Quer-se dizer, pois, que, ao longo da elaboração desta matéria, a co-autora (enquanto *pesquisadora-vanguarda*) se esmerou em trazer à tona

dados e informações de coletas formais e convivenciais da “comunidade” pesquisada. E o co-autor, na supramencionada condição de *pesquisador-reta-guarda* e também como responsável docente pela disciplina *Teoria do Desenvolvimento Local* no aludido Mestrado da UCDB, orientou seus esforços mais para o foco da **relação entre performances comunitárias e vieses teóricos**, relação esta enfaticamente frisada já no título geral que encabeça a presente matéria.

As amostragens dos membros da “comunidade”, que participaram da pesquisa, se constituíram de: 20 (vinte) moradores antigos; 14 (quatorze) principais lideranças indicadas pelos moradores; 3 (três) agentes internos, que atuaram intensamente para a formação e organização da comunidade, sobretudo nas primeiras iniciativas de organização formal da Associação de Moradores, do Clube de Mães e da cata de lixo reciclável; e 3 (três) agentes externos de alguma forma influentes na dinamicidade do bairro. Aliás, o princípio metodológico que norteou a opção por todos os membros dessas amostragens foi o do respectivo reconhecimento comunitário, captado inclusive mediante prévias reuniões com várias outras pessoas de comunidade.

A coleta de informações junto aos membros das amostragens assim se procedeu: as 14 (quatorze) principais lideranças, abordadas pessoalmente pela Pesquisadora, forneceram respostas a 20 (vinte) questões de um formulário-base-comum e os outros 6 (seis) – dos quais 3 (três) agentes internos e mais 3 (três) agentes externos – concederam entrevistas semi-estruturadas, gravadas em tempo real e posteriormente grafadas em texto. Constituem-se apêndices, da supramencionada Dissertação, tanto o aludido formulário quanto o roteiro das entrevistas e suas transcrições textuais. Depois de processadas as informações (colhidas através de formulário e entrevistas), os resultados aí apurados foram discutidos com representações de todas as referidas amostragens, por sistemática de **reuniões-para-discussões** e não mais de instrumentos coletores. Isso quer dizer, pois, que as interpretações de resultados comunitários da pesquisa – inclusive as focadas à frente – se enriqueceram, sobremaneira, ao extrapolar os horizontes estritamente pes-

soais da Pesquisadora (com seu Orientador) e se tornarem expressões também dessas representações de intenso convívio com a “comunidade” Sayonara.

Observa-se, ainda, que as próximas seções deste trabalho se constituem de: contexto de **territorialidade** do Jardim Sayonara (item 2); **potencialidades de participação** comunitária nas óticas das lideranças e dos agentes internos e externos (item 3); três importantes **ponderações resultantes** (subitens 4.1, 4.2 e 4.3); e **destaques** rememorativo-conclusivos (item 5).

1 Contexto de *territorialidade* do Jardim Sayonara

O Jardim Sayonara, surgido por volta do ano de 1987, se localiza na região oeste da cidade de Campo Grande-MS, a cerca de sete quilômetros do centro, tendo como bairros limítrofes: Jardim Aeroporto, Vila Popular, Jardim das Reginas, Silvia Regina, Ana Maria do Couto, Jardim do Zé Pereira e Nova Campo Grande.

Situa-se na Região Urbana do Imbirussu, nas proximidades tanto do Aeroporto Internacional “Antonio João”, quanto de instalações industriais, de distribuidoras de petróleo e dos Córregos Serradinho e Imbirussu, às margens dos quais se encontra significativa área de mata ciliar, com aproximadamente sessenta hectares.

Desde o início, o Jardim Sayonara resultou de movimento migratório, após a transformação do município de Campo Grande em capital do Estado (desmembrado do Estado de Mato Grosso em 1977), à taxa média de crescimento anual de 7,6% entre 1970 e 1980. Posteriormente, também continuou a manter médias relativamente elevadas de crescimento populacional, fato que ocasionou alterações em seu perímetro urbano, apesar da significativa existência de espaços vazios.

A origem desse bairro se relaciona, por um lado, com o Movimento de “*Moradores Sem Teto*”, originários do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, que vieram à capital com a esperança de melhores condições de vida, de tratamento médico e de escolas para seus familiares; por outro, a ocupação de terras urbanas naquela área contou com

apoio de religiosos, por se tratar de pessoas que não dispunham de poder aquisitivo para a compra de terreno ou casa, mas dependiam de aluguel ou acolhimento por familiares e amigos. Esse apoio muito contribuiu para a organização e efetivação da referida **ocupação (por invasão de área urbana)**. Portanto, a busca de lugar para se estabelecer constituiu o principal fator para a definitiva consolidação de ocupação territorial do bairro.

Quanto ao nome **Sayonara**, antigos moradores explicaram que uma família japonesa era a proprietária da área e, a partir da sua convivência com os demais ocupantes, tornou-se hábito se despedirem usando a expressão japonesa **sayonará (adeus, até logo)**. Em seguida, todo o bairro passou a se denominar **Jardim Sayonara**.

O Jardim Sayonara é, pois, uma área urbano-periférica com lotes irregulares, mas hoje geo-referenciados pelo município e cadastrados pela Empresa Municipal de Habitação-EMHA, da Prefeitura de Campo Grande-MS. A quantidade de moradias é de aproximadamente 406 residências, sendo que, desse total, 107 famílias passaram pela frustrante experiência de remoção do local, no final de 2006, conforme observação mais detalhada no final do subitem 4.3.

Mas, à época inicial da ocupação da área (1987 aproximadamente), as famílias se expunham (e viviam de fato) a **grave situação de risco social**, caracterizada por efetivos enfrentamentos, para efeito de rompimento dos ciclos-viciosos da pobreza, a começar pela total falta de condições habitacionais. Todavia, e em verdade, acabaram saindo de uma e passando para outra situação de risco. Isto, em razão de que a ocupação das margens do Córrego Serradinho logo exigiu novas e rápidas formas de intervenção como solução social, pois a população aí residente se tornou alvo exposto a ambientes de riscos e ameaças, canalizados pelo córrego, mas resultantes dos excessos da “moderna” sociedade de produção industrial. E a convivência com tais excessos pode levar à “distorcida” generalização da percepção, segundo Beck (1997), de se começar a focar todo “[...] o mundo como um risco [...]” ao invés de apenas se identificarem os “[...] riscos do mundo [...]”. Portanto, a trajetória dessas famílias ocupantes foi marcada,

ainda na década de 1980, por diferentes etapas de conflitos com o Poder Público municipal, desde a ocupação e demarcação territorial até a posse e controle do espaço.

Na seqüência, são rapidamente comentadas as seguintes **três dimensões territoriais do Jardim Sayonara**: a **econômica**; a de **ambientes construídos de uso coletivo**; e a do **ambiente natural**.

Começando pela **dimensão econômica**, de início se observa que o bairro todo se configura como exposto a grande situação de marginalidade e de exclusão social, visto que a maior parte dos moradores ainda sobrevive de atividades econômicas informais, dentre elas predominando os pequenos serviços urbanos e as atividades relacionadas à coleta e prensa de lixo urbano.

Quanto à diversificação de estabelecimentos e à geração de empregos, as atividades mais usuais são: prestação de serviços mecânicos de motocicletas; consertos de bicicletas (bicicletaria); transporte com carroça (carroceiros); encomendas de salgados (salgadeiras); cabelereiras; bares; padarias; ambulantes; venda de cosméticos; serviço de tapeçaria; e comércio em feira livre.

No tocante a **ambientes construídos de uso coletivo**, envolvendo infra-estrutura física e serviços coletivos, o Jardim Sayonara reproduz as formas periférico-territoriais da grande maioria das cidades brasileiras. Em outros termos, o próprio ambiente geofísico tende a reproduzir e a expor toda a comunidade a riscos cada vez maiores, tanto de exclusão social quanto de agravamento de estados de carências, se comparado a ambientes estruturados nas áreas urbanas mais centrais ou que abriguem segmentos sociais mais privilegiados.

Grande parte do que já foi construído como infra-estrutura física, e de serviços, resulta de conquistas da comunidade local e do **“Programa de Urbanização de Áreas Periféricas”** da Prefeitura Municipal, cujo objetivo principal tem sido o de inserir os bairros na trama das principais vias de circulação da cidade. Os maiores problemas sempre se referem a infra-estruturas de saneamento básico (esgotos), serviço postal e inclusão digital.

Até mesmo no que concerne às atividades econômicas e sociais anteriormente men-

cionadas, o Jardim Sayonara já conta com apoio de **ambientes construídos de uso coletivo**, como nos casos das três Igrejas (uma Católica e duas Evangélicas) lá existentes, de um Centro Comunitário (com a finalidade de capacitação e geração de renda) e de um Centro de Educação Infantil.

A sede da Associação de Moradores do Jardim Sayonara também é utilizada no período noturno, oferecendo aulas do Programa de Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e implementado pelo Projeto Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos-MOVA-MS. Os Ensinos Fundamental e Médio são prestados por escolas localizadas nos bairros próximos (Vila Eliane e Vila Popular), por não existir escola instalada no local.

Os serviços de saúde pública são realizados pela Unidade Básica de Saúde “Dra. Eleonora Moura Quevedo Gomes” e pela Policlínica Odontológica, ambos localizados na Vila Sílvia Regina, a aproximadamente um quilômetro do Jardim Sayonara. E a Assistência Social é prestada à população pela Unidade Descentralizada de Assistência Social (UNIDAS) “Valéria L. da Silva” e pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) “Albino Coimbra Filho”, respectivamente localizados nos bairros Vila Popular e Jardim Aeroporto.

As ruas são utilizadas para atividades de cultura, esporte e lazer. Há parceria com a Igreja Católica local, que permite o uso de área livre para a prática esportiva de futebol. As demais atividades de esporte e lazer realizadas se limitam a diversões com pipas, torneios de vôlei, jogo de tacos com garrafas-pet, passeios de bicicleta e jogo de sinuca nos bares.

No quesito urbanização e pavimentação, o Jardim Sayonara tem a rua principal pavimentada com asfalto, contendo guias, coletores de águas pluviais e desvios de águas para evitar a erosão do solo. Nas paradas de ônibus, há coberturas (com pisos cimentados) de proteção contra chuva e sol.

O **ambiente natural** da região urbana do Jardim Sayonara se caracteriza principalmente pelo buritizal existente no local, ao longo das margens dos Córregos Serradinho e Imbirussu, destacado ponto de repouso e moradia de tucanos e araras.

A presença de espécies remanescentes da vegetação nativa, às margens dos referidos córregos, pode ser vista como potencialidade para a produção de manufaturados, portanto de geração de emprego e renda, a exemplo de trabalhos já produzidos através da Incubadora Municipal “Zé Pereira”.

2 *Potencialidades de participação no Jardim Sayonara*

Circunstanciado pelo cenário de fundo do anterior item 2, a continuidade do presente estudo se encaminhou para a busca de subsídios, junto a lideranças e agentes tanto internos quanto externos dessa “comunidade”, sobre **potencialidades de participação compatível com Desenvolvimento Local**.

Para tanto, a tônica do **sentido teórico de participação** consistiu em que:

a) Segundo Bordenave (1994, p. 22),

“[...] participação é fazer parte, tomar parte e ter parte, que é próprio da natureza do homem, tendo acompanhado sua evolução desde as tribos e os clãs dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje, que se assemelha à democracia participativa”.

b) E no entender dos autores Ávila, Campos, Rosa, Ferro e Paulitish (2001, p. 67-69):

b.1) [...] o *agente de desenvolvimento local* de fato *age*, [...] trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento *para* a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas *na* comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, condições e política de progresso coletivo.

b.2) “(...) o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos- incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo

dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito

As distinções entre Desenvolvimento **No** Local (DNL), Desenvolvimento **Para o** Local (DPL) e **Desenvolvimento Local** (DL) foram detalhadamente explicitadas por Ávila em seu livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local* (2006, p. 70-100).

Ora, a significação de **participação** se evolui do sentido geral, focado por Bordenave, para performance muito mais intensa, interativa e compromissada no âmbito do Desenvolvimento Local (DL), pelas abordagens de Ávila, Campos, Rosa, Ferro e Paulitish (2001, supra), no que respeita tanto ao seu “núcleo conceitual” quanto às maneiras de atuar dos Agentes de Desenvolvimento Local (DL).

Isso (ênfata Ávila, também na condição de co-autor desta matéria), em virtude de que o **Desenvolvimento Local se respalda e flui de constante processo formativo-comunitário da cultura solidariamente interativo-constructiva** (em termos de idéias, de descoberta e aproveitamento de condições-e-potencialidades, de iniciativas, de planejamento e ação, e assim por diante), constituída por constantes **somas de fragmentos** (referentes a capacidades e condições tanto reais quanto potenciais de **gregarização e solidarização**, fenômenos estes retomados em 4.3, à frente), visceralmente contrárias a qualquer tipo de coletivização uniformizada.

Trata-se, pois, de **somas de fragmentos**: a) tanto coletivos quanto individuais; b) tanto explícitos quanto latentes; c) quer existentes quer emergentes no/do seio da própria comunidade-localidade visada; d) tanto disponíveis quanto possíveis a partir de outras alçadas e

instâncias externas; e) desde que – e sempre – tais somas contribuam para que cada comunidade-localidade se torne paulatino-processualmente **sujeito/a** de seus específicos e peculiares rumos e meios de desenvolvimento, naturalmente com a indispensável parceria contributiva da ajuda formativa de agências e agentes externos, públicos e privados.

Aliás, é o próprio Ávila que caracteriza a supramencionada intensidade diferenciadora de **participação** em política e estratégia de desenvolvimento comunitário-local, distinguindo – como já aludido acima – **Desenvolvimento Local** (DL = de dentro para fora e de baixo para cima de cada comunidade-localidade) de Desenvolvimento **No** Local (DNL = aquele levado de fora para dentro e de cima para baixo da respectiva comunidade-localidade), mesmo que neste último caso se argumente que foi levado, mas *com a participação da comunidade* visada. Em relação ao **entendimento de participação**, nesses dois casos (1º = DNL ou DPL e 2º = DL) o seguinte texto do autor é direto, auto-explicativo e reforça a citação em b.1, lá no começo deste item 3:

No primeiro caso, os agentes externos são os promotores do desenvolvimento e a comunidade apenas se envolve participando. No segundo, a própria comunidade assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os agentes externos são os que se envolvem participando, inclusive no sentido de “combustíveis” e “baterias” que acionam o “motor da comunidade” para que ela mesma pouco a pouco se torne capaz de tracionar o progresso de suas condições e qualidade de vida, sob todos os pontos de vista (social, econômico, cultural, etc.), inclusive no que se refere à contínua atração e metabolização de contribuições exógenas alimentadoras. (ÁVILA, 2000a, p. 69).

E aqui, uma vez mais na condição de co-autor, Ávila continua a enfatizar a **peculiar intensidade do sentido de participação no contexto do Desenvolvimento Local**. Ou seja, ele coteja o **sentido geral (e corrente) de participação** – transcrito anteriormente à **letra b** – com o da última citação e observa que, **no Desenvolvimento Local, inverte-se a relação sobre quem-participa-em/de-quê**, isto é: 1º, **do ponto de vista do primeiro sentido** (o de Bordenave), **as comunidades-localidades é que participam**

das iniciativas de agências e agentes externos; 2º, **no Desenvolvimento Local (DL), são as agências e os agentes externos que progressivamente se tornam participantes** das iniciativas de cada comunidade-localidade em processo de auto-efetivação como **sujeito/a** de seus rumos e dinâmicas de desenvolvimento em escala local.

Enfatizando a supramencionada inversão, Ávila acrescenta que o **1º sentido** – acima- **de participação** se respalda no fato histórico de que praticamente todas/os as/os vigentes teorias, políticas, iniciativas, programas e projetos de desenvolvimento direcionados a comunidades-localidades concretas, no Brasil e mundo afora, sempre as visaram (e ainda visam), assim como as trataram (e ainda tratam), como **meros-objetos de desenvolvimento**. Nesse contexto, pois, são as COMUNIDADES QUE PARTICIPAM de programas, projetos e iniciativas externos. E o pior é que, na esmagadora maioria das ocorrências de comunidades-localidades visadas como **objeto-de-desenvolvimento**, tais participações acabam sendo manipuladas e reduzidas muito mais a perversos mecanismos legitimadores da intervenção externa que real e verdadeiro auto-envolvimento gerador de auto-engajamento comunitário-local.

Então, e em relação ao **2º sentido** (também supra), Ávila continua enfatizando que, ao se avançar o processo de implementação do Desenvolvimento Local (tal como conceituado em **b.2**, no início deste item 3): por um lado, a cada comunidade-localidade em dinâmica de DL cabe – de direito e fato – a progressiva, porém inalienável, incumbência de se posicionar como **sujeito/a** do seu próprio processo de autodesenvolvimento; por outro, há que se entender que o primeiro, principal e necessário papel de qualquer participação externa em processo de DL tem de se constituir essencialmente como contribuição maiêutico-indutiva (para formação e emersão de capacidades, competências e habilidades), visando a que cada comunidade-localidade de fato conquiste e exercite justamente as qualidades humanas, sociais, econômicas e operacionais requeridas para se **evoluir da condição de mero-objeto para a de efetivo-sujeito** da sua dinâmica de desenvolvimento.

Mas, retomando o enunciado deste item 3, a maior expressão de **potencialidades**

de participação dos líderes locais pesquisados se concentra (53%) em participação (“comunitária”, “religiosa” e “em associação de pais e mestres”), imediatamente seguida por “participações em Conselhos Municipais” (36%). Isso enseja a impressão de que, e de alguma forma, essas **participações** podem significar pelo menos certa maneira de interlocução das concernentes lideranças nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a localidade.

No campo das potencialidades de participação, como cooperação associativa real, detectou-se que apenas 4% dos 14 entrevistados afirmaram fazer parte de cooperativa e 7% participavam de “[...] associações cooperativas nas áreas de reciclagem de lixo urbano e grupo de produção de tapetes em retalho”.

No entanto, quando os líderes foram inquiridos se a **participação social** havia despertado seus interesses por questões ligadas ao exercício da cidadania, 57% afirmaram, primeiro, que participavam dos movimentos da comunidade, em busca de desenvolvimento, e, segundo, tais participações muito ampliaram suas atenções para o significado real de **cidadania**.

Aliás, esses mesmos líderes enfatizaram que a **solidariedade** (ou mais adequadamente **gregariedade**, de acordo com as ponderações do subitem 4.3, à frente) entre moradores do Jardim Sayonara é uma das **potencialidades mais presentes** na comunidade, apesar de sua concretização só se materializar quase sempre por ocasião de necessidades emergenciais, a exemplo de quando ocorrem as enchentes nos córregos que margeiam o bairro. Mesmo assim, no tocante aos líderes formais e informais, as potencialidades de participação social ficaram bem evidenciadas.

Agora, e somando antigos moradores também consultados com os acima mencionados líderes formais e informais, **outra potencialidade de participação** detectada diz respeito ao compromisso que manifestam em relação à participação nas reuniões do Conselho Regional Urbano do Imbirussu, inclusive quando subsidia a elaboração do orçamento municipal. A maioria dos líderes pesquisados (61%) considerou produtiva, importante e motivadora a presença nas

reuniões desse Conselho e observou que este espaço de participação lhe possibilita efetivo controle social no âmbito do planejamento urbano do município. Mas vale registrar, também, que outros 27% dos pesquisados responderam sequer conhecerem a existência dos Conselhos Regionais Urbanos de Campo Grande-MS, deles apenas tomando conhecimento no momento da pesquisa.

Considerando reuniões também como formas de participação, 47% dos líderes disseram que realizam reuniões com periodicidade mensal para tratar de interesses coletivos, muito provavelmente ainda refletindo e remontando o próprio processo de constituição do Jardim Sayonara.

No Jardim Sayonara, os motivos que levaram os líderes a representarem a comunidade foram assim expressos: 35% por indicação dos próprios moradores; 29% por vontade própria e por amigos. Estes dois motivos permitem inferir que há proximidade entre os líderes e a maioria dos demais membros da comunidade.

O Desenvolvimento Local pressupõe que a **comunidade assuma (não apenas participe** em sentido geral, como referido atrás) os diferentes processos vivenciados, para que busque a melhoria de vida de seus componentes, vez que tal ato de assumir acontece entre os integrantes enquanto agenciadores do processo e não como meros expectadores. E essa conotação de **agentes de processo** se revelou de modo bem perceptível nos depoimentos dos agentes internos e externos, durante as entrevistas com eles realizadas.

Os agentes internos enfatizaram os seguintes aspectos reveladores de interatividade: união dos moradores (todos); importância dos moradores antigos; presença nas reuniões; força da mobilização; formação das associações e entidades comunitárias; sentimento de pertença; relações com vizinhança; reivindicações e suas conquistas; contatos; visitas; e a **solidariedade** ou **gregariedade** (cf. 4.3) como pano de fundo.

Os números [§19], [§21], [§24] e [§28] dos próximos parágrafos – deste item 3 – são assim explicitados, porque – lá no final – os dois últimos Destaques do item 5 a eles se remetem.

[§19] Já os agentes externos enfatizaram estas outras iniciativas: mobilização da igreja na organização urbana; participação em parcerias na localidade; contatos; diálogos; espaços públicos para a Educação Infantil; formação e construção do Centro Comunitário; existência e fomento dos Conselhos Regionais Urbanos; interlocução com o poder público, preferencialmente no próprio local; papel das diretorias da Associação de Moradores e Clube de Mães; troca de informações e orientações; iniciativas de capacitação e geração de emprego e renda; e elaboração de projetos para elevação da qualidade de vida dos moradores da comunidade.

Com base em depoimentos e percepções junto aos agentes tanto internos quanto externos, foi possível inferir que a dinâmica de participação, naquela comunidade, se volta bastante para as perspectivas da cidadania e da democratização da gestão local. Esta interpretação condiz inclusive com as sinalizações dos depoimentos no sentido de já existirem, na comunidade, fatores tão importantes como: fortalecimento do controle social (por meio do concernente Conselho Regional Urbano), assessoramentos técnicos, capacitação dos moradores e implementação de estratégias para mobilização da comunidade.

[§21] No entanto, cumpre ressaltar que as iniciativas de participação e desenvolvimento não aconteceram de um dia para outro: começaram aos poucos, isto é, conforme o ritmo da comunidade, pela paulatina conscientização dos seus membros de que as soluções dos problemas viriam fundamentalmente da união de todos. Mas, reitera-se, os passos iniciais foram dados por orientações de religiosos atuantes no bairro.

Deflagrou-se a ocupação da área pela população oriunda de várias localidades e, a cada chegada de uma família, seus espaços eram demarcados e negociados com aqueles que ali já haviam se fixado, promovendo paulatinamente a formação da comunidade. Portanto, o processo de evolução construtiva se deu em marcha contínua. A participação dos moradores foi acontecendo com base em diálogos, visitas e até enfrentamentos para permanência no local.

Por outra, as conquistas também contaram com parcerias externas além de religiosos, embora no começo os moradores tenham

lutado contra investidas para retirá-los da localidade. Em termos concretos, as ações internas e parcerias externas foram acontecendo conjuntamente com o surgimento de movimentos coletivos, principalmente os de criação da Associação de Moradores e do Clube de Mães. Houve, pois, mobilizações em busca de proteção contra a retirada dos moradores.

[§24] Em relação a isso, informou um agente interno, por ocasião daquelas entrevistas anteriormente mencionadas, que o então Prefeito Municipal (Dr. Juvêncio César da Fonseca) garantiu, durante recepção aos líderes locais, que todos os moradores “[...] ficassem tranquilos, pois ninguém os tiraria de lá”. Daí em diante, as coisas caminharam com base mais em reivindicações e negociações do que confronto, visto que, após seis meses da ocupação, postes de madeira para a energia elétrica foram instalados, seguidos de água encanada e, posteriormente, de visita a cada mês dos representantes da Prefeitura. Aliás, a sede da Associação de Moradores foi construída por doações de materiais e mutirão de mão-de-obra, demonstrando que a união e o fortalecimento do movimento comunitário de fato resultaram em conquistas.

Portanto, o que se apurou das opiniões dos agentes tanto internos quanto externos, em relação a **potencialidades de participação** da comunidade, para efeito de Desenvolvimento Local (independentemente de ciência por parte deles sobre o que de fato se entende por DL), se orientou para a capacidade de conquistas coletivo-interativas, como a do cultivo de boas relações de vizinhança e a do **construtivo exercício da gregriedade**, sobretudo por participação ativa em agremiações, dentre as quais se destacando a Associação de Moradores, o Clube de Mães e o Time de Futebol. Isso quer dizer, como se referiu atrás, que, desde o início de formação do bairro, seus habitantes não só começaram a descobrir endogenamente que a **união faz a força** como também dela aprenderam a fazer uso para ações, reivindicações e conquistas que permearam/ permeiam contínuos encaminhamentos de **comunitarização**, uns já concretizados e outros aí emergindo em fase de latência.

E, no intuito de concluir este item 3, outras quatro observações merecem especial destaque:

Primeira, a de que tal **processo de participação** (convergente para **comunitarização** em perspectiva de Desenvolvimento Local, mas ainda nos limites do **nível gregário de mobilização**, como explicita o subitem 4.3), foi marcado: a) por muitas dificuldades, superadas por esforços de consenso e comunhão de sentimentos, assim como da agregação construtiva de valores por parte tanto dos moradores quanto dos líderes e agentes internos da “comunidade”; e, b) por interatividades e investimentos de agências e/ou agentes externos (considerados em determinados depoimentos como conquistas do próprio bairro, porque de alguma forma também se constituíram itens de reivindicação comunitária), tais como os das instalações do Posto de Saúde, da rede de água, da rede de energia e do Centro de Educação Infantil.

[§28] **Segunda**, a mediação de agentes religiosos muito contribuiu para tal processo de **comunitarização**. De acordo com depoimentos dos líderes e agentes externos e várias alusões anteriores, os membros da Igreja Católica atuaram junto à população do bairro como semeadores e fomentadores dessa dinâmica de **comunitarização**, que é retomada no subitem 4.3 à frente.

Terceira, acentuada ênfase ao sentimento de vitória tanto dos líderes quanto de todos os moradores pela conquista da demarcação do território comunitário. De fato, a demarcação e posse desse território já confirma, hoje, a seguinte passagem, de Dias (1994, p. 124), no sentido de que: “[...] a existência de territórios definidos em comunidade pode ser constatada pelos espaços livres de vegetação, que são deixados em volta de barracos e pela distância entre os moradores”.

Quarta, e última, o **orgulho de ter parte, fazer parte, tomar parte** na construção do todo da “comunidade” do Jardim Sayonara, para se chegar ao que ela é agora, foi uma constante de todos os depoentes, ao se referirem: às ruas que surgiram dos movimentos urbanos; aos postes de luz que foram fincados um a um; à água chegando por meio de tubulações planejadas; à Educação Infantil tendo sede e se constituindo porta de descortínio para novos horizontes; ao transporte urbano com horários de ida e volta; ao asfalto substituindo o lamaçal; aos

estabelecimentos comerciais surgindo para atender às necessidades de consumo; à escola como porta de entrada de futuras novas perspectivas para crianças, jovens, adultos e idosos.

Enfim, a pesquisa de fato fez emergir a percepção de que todos os tipos e formas de **participação**, detectados na “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara, se apresentam como **potencialidades** no contexto do Desenvolvimento Local, mas – reitera-se – apenas **nos limites do nível gregário de mobilização**, conforme análise em 4.3.

Entretanto, há duas considerações a respeito dessa percepção: se, por um ângulo, a “**grande comunidade**” Sayonara ainda não galgou os degraus da efetiva evolução participativa em termo de Desenvolvimento Local (até porque essa população nunca tinha ouvido falar – direta e sistematicamente – sobre DL antes desta pesquisa), por outro, ela já percorreu caminhos básicos e gerou potencialidades, sobretudo associativo-construtivas (enfatizando-se: **mesmo que ainda só em nível gregário**) para caminhar na direção dos limites do nível solidário de mobilização, também requerido no processo de **comunitarização** para Desenvolvimento Local, analisado e enfatizado nos desdobramentos do próximo item.

3 Três importantes ponderações decorrentes

Qualquer análise sobre potencialidades de participação comunitária implica necessariamente conhecimento das reais performances fenomenológicas da comunidade estudada. E, no que respeita à “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara (portanto a do bairro como um todo), desvendou-se, pela pesquisa, que após dezenove anos de existência ou de 1987 a 2006, seus fluxos organizacionais e funcionais se tornaram positivamente mais complexos, como se vê imediatamente pelas seguintes ponderações decorrentes:

3.1 Sobre “comunidades menores” no seio da “grande comunidade” Sayonara

Como dito anteriormente, do constante aumento de complexidade e dinâmica dos

fluxos estruturais e funcionais da “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara, emergiram desdobramentos de organizações territoriais de menor amplitude, constituídos por agremiações aqui denominadas “**comunidades menores**”, tanto **formais** quanto **informais**. Mas o que de fato se constatou é que a dinâmica fenomenológico-sistêmica (tanto estrutural quanto funcional) da referida “**grande comunidade**”, também muito se plasmou e dinamiza através do próprio processo de articulação conjunta das ações de suas “**comunidades menores**”.

Trata-se, pois, de comunidades específicas ou agremiações diferenciadas, visando a interesses e necessidades coletivo-indivíduos quer no âmbito de toda “**grande comunidade**”, a exemplo da Associação de Moradores, quer no tocante a interesses ou necessidades típicas de cada uma das “**comunidades menores**”, no caso as **Agremiações Religiosas (uma Católica e duas Evangélicas)**, **o Clube de Mães**, **o time de futebol**, **as rodas e os encontros de conversas informais de jovens e mulheres**.

No que respeita à categorização de **comunidades formais e informais**, e por inspiração nos arcabouços lógicos pelos quais Tönnies (apud TIMASHEFF, 1965, p. 134-137) e Pierson (1968, 109-124) se referem a “**comunidade**” e “**sociedade**” (o primeiro até cunhando esses dois termos e Pierson tratando-os explicitamente como questões de Ecologia Humana), esclarece – a seguir – o já mencionado Ávila nesta co-autoria.

As comunidades formais contam com predomínio de vínculos dos relacionamentos secundários sobre os primários (ambos explicitados nos próximos parágrafos), portanto, de alguma forma já se aproximando das fronteiras configuracionais da categoria “**sociedade**” (**que se rege por forte predomínio dos relacionamentos secundários sobre os primários**).

Isto, sabendo-se que os vínculos de **relacionamentos secundários** são **implementados pelos vieses formais de regulação coletivo-societária**: a) tanto da regulação por participação ou adesão, quando as pessoas se envolvem na confecção dos mecanismos de interação-controlada que as abranjam ou pessoalmente a eles se aderem; b) quanto da **regulação corporativa**, pelo

critério dedutivo da pertença ou compulsória aplicação dos mecanismos interativos reguladores (direitos, deveres e outros) de determinada coletividade societária a todos os indivíduos por ela abrangidos, mesmo não havendo participação ou adesão pessoal.

Exemplo bem real de um viés de **regulação corporativa (por relacionamento secundário)** é o caso de todos os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil (que é o mecanismo máximo de regulação no âmbito de todo o território e sociedade brasileira) abrangerem todos e quaisquer brasileiros natos e naturalizados (evidentemente após a consumação do processo de naturalização, porque a concretização desta implica necessariamente formal adesão aos respectivos termos). Seus dispositivos não só valeram para todos os brasileiros vivos à época de sua promulgação, como também continuam a valer automaticamente (pelo **corporativo critério de pertença à Nação**) para todas as sucessões de gerações brasileiras no seu oficial curso de vigência.

A mesma coisa acontece com outros mecanismos reguladores oficiais (isto é, se instituídos por instâncias ou competentes autoridades das sociedades a que se referem), como no caso de quaisquer leis com seus anexos (inclusive Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais, Código Civil, Código Penal, Código do Consumidor, e assim por diante), regimentos, regulamentos, contratos, portarias, resoluções, e similares, em seus respectivos universos de abrangên-

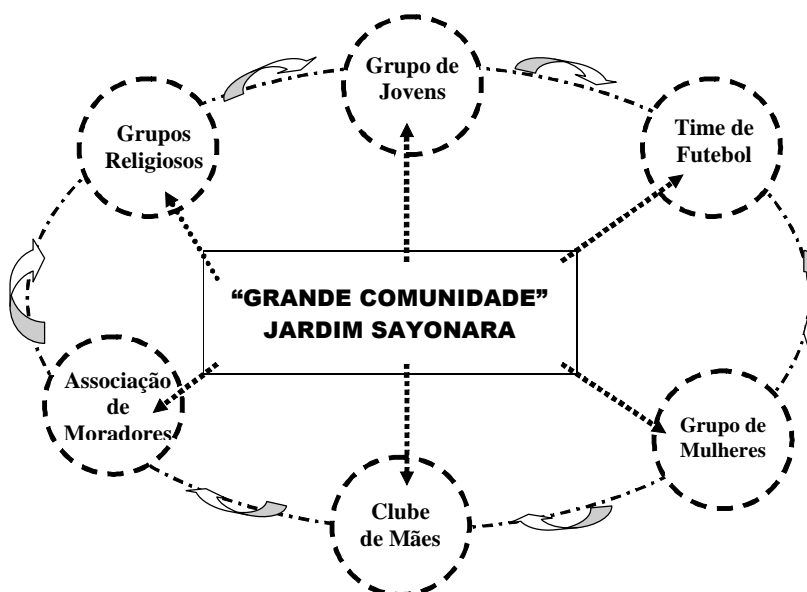
cia aplicativa.

No caso do Jardim Sayonara, a **Associação de Moradores, os Grupos Religiosos (organizados em torno de uma capela Católica e duas sedes Evangélicas) e o Clube de Mães se constituíram exemplos destacados de comunidades formais.**

Já as **comunidades informais** são aquelas que, não importando de que tamanho ou amplitude, **também contam com significativo predomínio de vínculos dos relacionamentos primários sobre os secundários.** Os **relacionamentos primários** se constituem vínculos relacionais espontâneos, contínuos ou fortuitos, formados por dinâmicos laços naturais de interatividade, portanto a partir das próprias cotidianidades de encontros e convivências das pessoas.

Por sua vez, tais vínculos relacionais acabam gerando e mantendo (às vezes até desfazendo) mutualidades de conhecimentos, simpatias, antipatias, convergências e divergências tanto entre as pessoas quanto entre elas e as respectivas ambiências (ou performances meio-ambientais) ao longo de todos os processos e raios das territorialidades de suas cotidianidades de convivências. **O Grupo de Jovens, o Time de Futebol e o Grupo de Mulheres foram exemplos de comunidades informais constados no Jardim Sayonara.**

Feitas tais considerações, a percepção visual do desdobramento da **“grande comunidade”** do Jardim Sayonara em **“comunidades menores”** é bem parecida com a que se segue:



Observadas as setas externas desta ilustração (indicativas de dinâmica no sentido relógio) e as setas pontilhadas de desdobramentos (direcionadas da “**grande comunidade**” para cada uma das “**comunidades menores**”, destacadas nos respectivos círculos pontilhados), o imaginário perceptivo que se descortina é o de que, à medida que as “**comunidades menores**” se formaram, também começaram a funcionar como espécies de, *pilares* de sustentação e *rolamentos* de sensibilização, mobilização e dinamização da “**grande comunidade**” Sayonara ou, mais especificamente, do seu processo de **comunitarização**, tal como ponderado em 4.3.

3.2 Sobre divergências-convergências dialéticas de participação no Jardim Sayonara

De início, Ávila esclarece – também nesta co-autoria – os **sentidos dialéticos de convergência e divergência**, considerados em todo o âmbito do Projeto de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local” (mencionado na Introdução inicial). Não se conotam única e necessariamente como dinâmicas nem só positivo-apreciativas (convergências) ou apenas negativo-depreciativas (divergências), embora também haja ocasiões em que uma e/ou outra vertentes dessas conotações de fato aconteçam. No contexto geral aqui focado, constituem-se apenas referências de **polarização (convergência) e despolarização (divergência)** geradas e implementadas por não importa que tipo ou natureza de **relacionamentos, quer primários quer secundários**.

Por exemplo, ao se mudar de uma localidade para outra, qualquer pessoa se envolve até nas simultaneidades de recomposição das suas dinâmicas relacionais, pois, **convergindo-se (polarizando-se)** para a nova localidade, ao mesmo tempo e automaticamente estará se **divergindo (despolarizando)** em relação a todas as referências que estão sendo deixadas para trás. Então, **os termos divergir, divergindo, divergência, etc., têm, aqui, tanto os mesmos sentidos que teriam desconvergir, desconvergindo, desconvergência etc.** (se existissem no rol oficial de nosso vocabulário lingüístico),

quanto aquele significado de não-concordância também implicado nas variações semânticas do verbo divergir: “[...] afastar-se um do outro a partir de um ponto de partida comum; [...] não se combinar; discordar; [...] diferir na forma, caráter ou opinião [...]” (MICHAELIS, 1998, p. 742), questão esta retomada no quarto parágrafo à frente.

Ademais, a **lei newtoniana da atração universal**, segundo a qual **todos os corpos materiais se atraem mutuamente nas razões direta de suas massas e inversa do quadrado de suas distâncias** (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 88), também ajuda o entendimento sobre a **lógica simultaneamente convergente/divergente** dessas duas dinâmicas relacionais (**convergência e divergência**), mesmo não se constituindo corpos materiais. **Isso quer dizer que quaisquer convergências para novas referências-focais (ou estados de coisas) geram concomitantes divergências em relação aos focos-referenciais das anteriores convergências, assim como todas e quaisquer divergências (em relação a focos-referenciais anteriores de convergências) tendem a gerar novas convergências, e assim por diante.**

Isso, desde que se tenha em mente que qualquer processo de **polarização (convergência)** para determinada direção-focal implica (natural, concomitante e inexoravelmente) alguma forma mais ou menos radical de **despolarização (divergência)** em relação a direções-focais da **polarização (convergência)** anterior, cuja lógica fundamental tem muito a ver com a supramencionada lei da **atração universal**, bem como, ainda, com o **lavoisiano “Princípio da Conservação da Massa”** (segundo o qual – em essência – **na natureza, nada se perde, nada se cria; tudo se transforma**) e a atualíssima **einsteiniana lei da relatividade**.

No que respeita a **divergências relacionais** entre as “**comunidades menores**”, como as do Jardim Sayonara, Ávila volta a observar que, de início, ela constitui o princípio motriz de todos e quaisquer desdobramentos (**despolarizações**) que ocorrem também em todos e quaisquer grupos humanos, assim como em quase tudo na natureza. Aliás, exemplo muito real e ilustrativo disso vem das abelhas (como também de formigas,

cupins, etc.): quando as unidades de espaço, organização e função das colméias-bases começam a ficar demasiadamente exíguas, as próprias colméias se mobilizam para gerar novas rainhas (com respectivos séquitos), que sempre capitanearão desdobramentos também de novas colméias.

No contexto humano, em termos de **primeira variável de despolarização** e de maneira similar ao das abelhas, há grupos-bases que também agem assim: famílias que preparam os filhos para constituírem novas famílias, organizações empresariais que se mobilizam para surgimento de filiais, e assim por diante. Entretanto, e ainda nos contextos tanto humano quanto de alguns outros animais, também a todo instante ocorre uma **segunda variável-motriz de despolarização**, em sentido oposto ao da anterior. A de os próprios membros buscarem se desdobrar (**despolarizar**) de seus grupos-bases por uma ou mais destas três razões: a) a de se acharem (perceberem ou sentirem) que seus interesses (objetivos e afinidades) são de alguma maneira tolhidos nos respectivos grupos-bases; b) a de – mesmo não se sentindo tolhidos nos grupos-bases – se julgarem aptos a ampliarem e melhorarem as situações espaciais, organizacionais e funcionais de seus objetivos e afinidades em grupos ou comunidades mais específicas; c) a dos desdobramentos que acontecem por explícitas ou implícitas discordâncias (desacordos) comportamentais, culturais, ideológicas, religiosas, políticas (estas quatro últimas bem típicas dos seres humanos), e congêneres.

E o surgimento das “**comunidades menores**”, no seio da “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara, não fugiu a essas variáveis. À medida que a “**grande comunidade**” começou a se organizar e funcionar em torno dos seus principais e abrangentes objetivos (os de, primeiro, garantir a permanência na área invadida e, segundo, conseguir condições minimamente decentes de moradia para todos os ocupantes dessa área), **começaram os processos internos de despolarizações-divergentes de segmentos da “grande comunidade” e das conseqüentes repolarizações-convergentes para interesses (objetivos e afinidades) de grupos ou “comunidades menores”**, como visto pela ilustração gráfica no final do anterior subitem 4.1.

Ademais, e de acordo com todo o trabalho de campo da pesquisa, as razões que mais pareceram influenciar a ocorrências dos desdobramentos comunitários menores, no Jardim Sayonara, foram: as dos Grupo de Jovens, Time de Futebol, Grupo de Mulheres e Clube de Mães, em relação à anterior **letras b**; e as dos Grupos Religiosos (Igreja Católica e 2 Igrejas Evangélicas), no tocante à **letra c** (vez que a Associação de Moradores se ocupava dos interesses básicos/comuns de toda a “**grande comunidade**”).

E o **interessante**, no contexto estudado, é que até mesmo as **divergências (despolarizações) discordantes** entre as “**comunidades menores**” religiosas (Igreja Católica e 2 Igrejas Evangélicas, por exemplo) não implicaram **despolarização ou divergência** em relação aos interesses maiores e comuns da “**grande comunidade**”. Pelo contrário, o que se constatou foi justamente que a diversificação e o dinâmico funcionamento dessa dialética divergente-convergente, no seio da “**grande comunidade**” estudada, não só propiciaram o surgimento das já mencionadas “**comunidades menores**” como também vêm induzindo a formação da cultura de comunitarização para outros interesses e iniciativas tanto do bairro (enquanto “**grande comunidade**”) quanto de seus desdobramentos e subdesdobramentos em mais e diferentes tipos de “comunidades menores”.

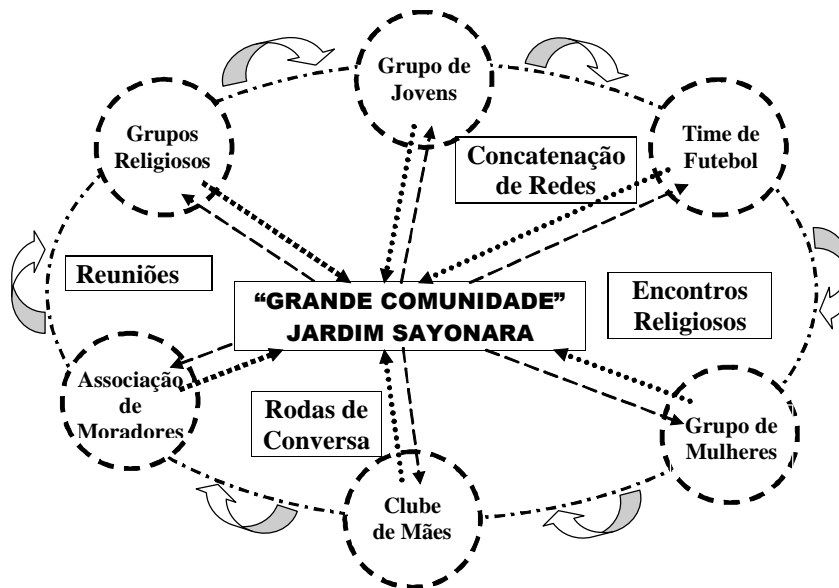
Essa dialética, ao mexer com **interesses e relações interpessoais divergentes-convergentes** (e vice-versa), acaba provocando a emersão de movimentos e eventos interativamente dinamizadores das macro e microvivências comunitárias, a exemplo da velha imagem da irradiação de ondas quando se joga pedra no lago: se apenas uma pedra é jogada, a onda circular se espalha, mas logo perde força e se esvai; no entanto, se pedras são sucessivamente jogadas, novas ondas se formam, se encadeiam e impulsionam as já em movimento, ganhando sempre mais volume, força, dinamismo, profundidade e amplitude.

No caso da próxima ilustração gráfica (complementar à mostrada em 4.1), os aludidos movimentos e eventos, observados à época da pesquisa, se configuraram como **Reuniões, Rodas de Conversa, Encontros Religiosos e Concatenação de Redes**: esta, aqui entendida

como esforço de sintonização das diferentes “**comunidades menores**” para interesses comunitários comuns e/ou mais abrangentes, inicial e principalmente destacada por decisiva contribuição mediadora inicial dos religiosos católicos atuantes na localidade.

Então, no caso específico do Jardim Sayonara, os desdobramentos em “**comunidades menores**” ao invés de só se constituírem confrontos relacionais, também e de fato

implementaram e melhoraram suas potencialidades de **comunitarização** (pelo menos **no nível gregário**, como se verá à frente) inclusive para interesses e objetivos maiores que os de cada grupo em particular. É o que, nesta ilustração (com mais elementos acrescentados aos já existentes na anterior, no final do subitem 4.1), se visualiza pelas respectivas setas convergentes no sentido da “**GRANDE COMUNIDADE**”:



Trata-se, pois, de potencialidades muito importantes, visto que, pelos estudos realizados nos quatro anos de vigência do Projeto de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local” (mencionado na Introdução), a **implementação do Desenvolvimento Local implica necessário e constante processo de comunitarização convergente para as finalidades específicas desse tipo de desenvolvimento associativo-cooperativo.**

Mas, por esses mesmos estudos, duas constatações vieram à tona. Primeira, a fenomenologia do processo de **comunitarização**, para qualquer finalidade mobilizatória, pode se delimitar por **dois níveis de mobilizações** objetivadas: **o da coesão gregária e o da coesão solidária.** Segunda (e por questões de explícitas e assumidas ciência, consciência, adesões e compromissos simultaneamente pessoais/comunitários), **só o nível da coesão gregária não basta** para a formação e geração dos vínculos culturais e operacionais da mobilização associativo-cooperativa reque-

rida para que cada comunidade-localidade se alce da tradicional dependência de **mero-objeto** para a emancipatória performance de **sujeito/a** do seu próprio processo de desenvolvimento. E é sobre isso que, a seguir, se conversa um pouco mais.

3.3 Sobre coesão gregária, coesão solidária e comunitarização para Desenvolvimento Local

De início, convém observar – frisa o co-autor Ávila – que o título em questão implica e requer explicitação pelo menos destes **sete principais conceitos**, referentes a fenômenos mobilizadores de pessoas: **gregariedade, solidariedade, coesão, coesão gregária, coesão solidária, comunitarização e Desenvolvimento Local** (este já enucleado lá atrás, em 3-b.2).

Então, no que respeita aos seis conceitos restantes, e reproduzindo formulações já publicadas pelo co-autor Ávila:

a) Diferenciação básica entre gregriedade e solidariedade:

[...] o ser humano é essencialmente gregário mas apenas periféricamente solidário. A essencialidade gregária lhe é conferida pelo instinto de preservação e autopreservação da espécie, ao passo que a solidariedade se lhe afigura como fenômeno residual, resultante da intuição (em estado mais primitivo) e do raciocínio analítico (em estágios mais avançados), sobre a necessidade e/ou conveniência de se estender aos “outros” aquilo que extrapola pelo menos os limites mínimos da autopreservação individual”. (ÁVILA, 2000b, p. 117).

b) Gregriedade:

[...] a gregriedade é impulsiva diante de qualquer ameaça ou até interesse de autopreservação: vários se unem, quando se trata de união voluntária ou instintiva, mas cada um [também] com o objetivo ou impulso de se preservar. [...] A gregriedade sem solidariedade foi sempre a “razão” de todas as guerras, de todos os conflitos, de todos os desentendimentos, de todos os descalabros ecológicos e do próprio subdesenvolvimento [...] (ÁVILA, 2000b, p. 117-118).

c) Solidariedade:

[...] representa o estado de ânimo (impresões, crenças e convicções) que gera volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação (nos âmbitos de uma pessoa para com outra, de um grupo para com outros, dos membros de um grupo para com todo o grupo ou de membros para com membros do mesmo grupo [...]). (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 41-42).

d) Coesão:

[...] se caracteriza pela real concretização do estado de mobilização e cooperação de um grupo de pessoas, pequeno ou grande [...]. (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 42).

e) Coesão gregária:

[...] a que se efetiva com base em impulsos instintivos (ou algo bem próximo de sentimentos, interesses e finalidades primários-comuns) de autopreservação e/ou conservação de todo o grupo ou de parte dele, [...]. (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 42).

f) Coesão solidária:

[...] resultante de volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação [...] para

cuja formação [...] boa dose de idealismo altruísta se soma a sentimentos, interesses e finalidades comuns, conferindo à união do grupo significância e relevância social que transcendem as imputadas aos esforços e dispêndios individuais implicados. (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 42-43).

g) Comunitarizar/comunitarização:

Embora ainda não constantes de nossos léxicos, o verbo **comunitarizar** e o derivado substantivo **comunitarização** vêm assumindo importância cada vez maior no contexto do Desenvolvimento Local, pelos motivos de que:

- primeiro,

[...] inexistem comunidades-prontas para DL, valendo dizer que mesmo os agrupamentos humanos que se configurem como “comunidades”, em razão de determinados critérios e situações de reciprocidades interativas, só decolarão na rota do Desenvolvimento Local se movidos por processo de constante autocomunitarização para DL. (ÁVILA, 2008, p. 88);

- segundo, a implementação das lógicas referenciais do DL implica permanente formação comunitário-cultural tanto para entendê-las, desvinculadamente de qualquer conotação assistencialista, quanto para assumi-las endógena e operativamente como coisas próprias (portanto, não impingidas de fora para dentro) de cada comunidade-localidade que as adote.

Mas, continua Ávila, a significação do verbo **comunitarizar** (que também se substantiva em **comunitarização**) no contexto do **Desenvolvimento Local**, pode ser combinada dos sentidos destes três termos, já devidamente dicionarizados (MICHAELLIS, 1998, p. 550 e 1191): a) “**Comunidade** [...] 3 *Sociol* Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc. [...]”; b) “**Comunitário** [...] Designativo da formação dos povos, em que prepondera o sentimento de comunidade.”; e c) “- *izar suf* (*gr - ízein, pelo lat - izare*) Forma verbos que indicam idéia de [...] converter, tornar [...]”.

Nesta mesma matéria já se fez referência, várias vezes, aos fluxos relacionais compreendidos nas tramas vivenciais de determinada “**comunidade**” (principalmente no que respeita a processo de equilíbrio entre

relacionamentos primários e secundários). No entanto, ainda faltava explicitar as significações conceituais básicas de **comunitarizar** e **comunitarização (no contexto de DL) para mobilizações nos limites dos níveis tanto gregário quanto solidário**, como anunciado no parágrafo anterior a este subitem 4.3.

Então, nos limites gerais do **nível gregário de mobilização**, esses dois termos têm os sentidos de: **agremiar** (se referir a **comunitarizar**) ou **agremiação** de (no caso de **comunitarização**) pessoas, instintivo-impulsivamente, para tornarem comuns vivências, interesses e ideais imediatos, relacionados com preservação e autopreservação coletiva e individual, principalmente em situações de fortes ameaças, agudas necessidades e/ou intensas comoções no horizonte existencial do grupo envolvido.

Já os mesmos vocábulos, nos limites do **nível solidário de mobilização para Desenvolvimento Local** (de acordo com o “núcleo conceitual” lá no item 3-b.2) significam: **agremiar** (se comunitarizar) ou **agremiação** de (se comunitarização) pessoas para converterem (afetiva, efetiva, associativa, cooperativa e produtivamente) interesses, ideais, princípios, objetivos, metas e/ou iniciativas geradoras e implementadoras de sadio e equilibrado desenvolvimento (no seu âmbito de existência humano-ambiental, assim como nas perspectivas de curto, médio e longo prazos) em saberes, vivências e compromissos comuns, visando à contínua formação educativo-cultural para, de um lado, a equanimidade compreensivo-contributiva de termos e propostas objetivadas e, de outro, tornar os membros do conjunto agremiado capazes e competentes de assumirem e ativarem responsabilidades no processo de desenvolvimento comunitário-local em que se envolvam.

E quando se quiser destinar esta conceituação a outras finalidades de mobilização (que não a do Desenvolvimento Local), sem precisar mexer integralmente em seu teor, basta ajustar as terminologias designativas dessas finalidades nos espaços gráficos em que se localizem.

A diferenciação fundamental entre as duas categorias de conceituação, acima, pode ser facilmente percebida. **Nos limites gerais do nível gregário de mobilização, o processo de comunitarizar/comunitarização** pode: primeiro, ser incentivado de fora, ou seja, alguém (por exemplo, religioso, político ou qualquer outro agente social externo) vai *abrindo os olhos* das pessoas para que elas se unam e reajam a situações que as oprimam; e, segundo, brotar das próprias premências por meio de alguma liderança interna ou, comparativamente: quando o vento sopra forte e se debate com obstáculos que o fazem circular em terreno pulverizado, *redemoinhos* emergem sem que se necessite de ventiladores externos; a premência mesma pode tornar-se força gravitacional para a **comunitarização**.

Já a mobilização nos limites do nível solidário para Desenvolvimento Local requer muito mais ciência, consciência, afeição-constructiva, alteridade e compromisso das próprias pessoas envolvidas. Neste caso, os *redemoinhos* sempre precisam ser provocados e alimentados por agentes internos e externos (sobretudo **agentes de DL**), sem tréguas e para horizontes que vão muito além das fronteiras instintivo-impulsivas da preservação ou autopreservação, no âmbito da mobilização gregária.

Nos limites do nível solidário de mobilização para DL, os entendimentos e consensos se tornam muito mais complexos e difíceis, porque o contexto e os posicionamentos pessoais são fundamentalmente diferentes daqueles do nível gregário. Neste, a premência da comoção ou emergência *desarma* as pessoas, que buscam o processo de agremiação ou agrupamento tanto por encaminhamentos e soluções quanto porque esse tipo de coletivização também – e muito fortemente – funciona como **abrigo** ou **refúgio compartilhado**, em virtude dos impulsos de **gregariedade** que, em termos de Ecologia Humana, começam a fluir desde a fase pré-sociológica da competição biótica pela existência. Tal competição se inicia com características ecológicas idênticas às que ocorrem com plantas e outros animais (PIERSON, 1968, p. 111 e 113-114), só se diferenciando depois, quando entra em cena a própria dinâmica sociológica humana.

Aliás, no livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Bauman (2003) destaca a idéia de que, na base da existência humana, a **comunitarização** se move pelo **imaginário da “comunidade” como ambiência de refúgio** “[...] que produz uma ‘sensação de aconchego’”. No entanto, logo de início Bauman ressalta sua opinião sobre esta fundamental diferença: em ideário de “comunidade imaginária” se aspiram proximidade, apoio e proteção, enquanto que, na concretude de uma “comunidade real”, proximidade, apoio e proteção custam o preço da submissão à coletividade, por significativa restrição a liberdades individuais.

Mas, **no nível solidário de mobilização para DL, os contextos são ou se tornam diferentes: são diferentes**, quando o surgimento do processo de **comunitarização** visa diretamente o DL; **tornam-se diferentes** se o início desse processo acontece em momentos de comoção ou emergência (portanto, lá nos horizontes da **gregariedade mobilizatória**) mas se evolui progressivamente para os limites da **comunitarização solidária para DL**, o que é perfeitamente possível sobretudo em se tratando de DL relacionado com “comunidades” de origens carentes ou periféricas.

[E aqui se abrem colchetes para enfatizar três lembranças: **primeira**, o DL não é coisa só de “comunidades” pobres, periféricas ou carentes; **segunda**, o DL é, sim, coisa de “comunidades definidas” com tudo o que elas abranjam (pobrezas, riquezas e não importa quê mais); **terceira**, “AFINAL DE CONTAS E SOCIOCULTURALMENTE FALANDO, QUANDO E ONDE RIQUEZA SE TORNOU SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO E RICO DE DESENVOLVIDO?” (ÁVILA, 2006, p. 60)].

E os ser ou tornar-se diferentes, acima, não dizem respeito só às mencionadas (no penúltimo parágrafo) **ciência, consciência, afeição-constructiva, alteridade e compromisso das próprias pessoas envolvidas**. A estas complexidades, acrescenta-se a da permanente latência de **irrupções conflituosas** entre os membros agremiados. Isto, pela ine-

quívoca razão de que (além das necessárias **operações-tapa-buracos** de sobrevivência, típicas principalmente da fase **gregário-mobilizatória**, de alguma forma conectada a comoções e/ou emergências) o DL se projeta planejadamente para dimensões futuras de interesses e conquistas. E é, sobretudo, nesses momentos estratégicos de debates e acertos que emergem conflitos referentes tanto a maneiras de pensar e agir quanto a concorrências também de interesses e caprichos, até mesmo das alçadas pessoais ou de grupos ávidos por proveitos próprios.

Portanto, o maior desafio em relação a tudo o que mais exija **alerta, nesse processo de comunitarização**, talvez consista em não deixá-lo paralisar-se por exposição e contaminação continuadas a climas interno e externo de desconfiança. Se persistentes, esses climas desarticulam, solapam e implodem qualquer processo de comunitarização para DL. Daí se destacar, no conceito de **comunitarizar/comunitarização** lá atrás, a importância da **continua formação educativo-cultural explícita e especificamente para DL**. Essa continuidade de formação-específica também se estende indispensavelmente a quantos se envolvam em agenciamento de DL: “[...] que os *Agentes de Desenvolvimento Local* se insiram, com o passar do tempo, em contexto mais abrangente e capilarizado de *formação e educação* comunitário-local para essa nova perspectiva de desenvolvimento [...]” (ÁVILA, 2006, p. 94).

É por aí que as pessoas em dinâmica de **comunitarização** se tornam aptas a discernir e relevar conflitos e equilíbrios entre estas **duas categorias dimensionais**: a dos **interesses-coletivos** e a dos **interesses-individuais**. Do contrário, tudo irá bem até os limites do nível gregário de mobilização, mas tenderá a se descambar quando começar a percorrer os degraus da comunitarização solidária para DL, esta mais exigente de capacidades humanas de diálogo, assim como de negociações e partilhas de responsabilidades de toda ordem.

Nesse sentido, não se precisa campear exemplos em outros países ou até mesmo longe do alcance de nossa real vivência, mas o caso – abaixo – narrado por Fernando Cardenal (1994), referindo-se a projeto em área da reforma agrária sandenista

nicaragüense, ilustra muito bem a situação de nocivo **conflito entre as aludidas duas categorias de interesses**:

Um de nossos primeiros projetos, o realizamos com um grupo de mulheres. Começamos alfabetizando-as e, pouco a pouco, puderam ir superando sua desconfiança, nelas mesmas e em sua capacidade de produzir eficazmente. Depois de todos os estudos necessários, decidiram que trabalhariam com uma granja de criação de porcos. Receberam capacitação: da alvenaria, para que elas mesmas construíssem a cobertura para os porcos, até o cuidado com a saúde dos animais. Tudo ia bem. Os porcos cresceram e engordaram e os venderam bem. E começou a aumentar a confiança das mulheres, tanto nelas mesmas quanto no seu retorno econômico. Mas, num aprazado dia, houve uma disputa entre elas e, como não se encontrava solução, umas poucas pegaram a parte de porcos que lhes correspondia e se separaram do grupo. Porque faltou capacidade humana de diálogo, reconhecimento dos erros cometidos, solidariedade e domínio das paixões, um grupo renunciou ao seu futuro de desenvolvimento.

Entretanto, podem-se destacar **três relevantes ênfases** quanto ao anteriormente mencionado **processo de continua formação educativo-cultural para comunitarização na perspectiva do DL**:

Primeira, a tendência de descambamento, acima mostrada e realçada pela citação, não anula ou minimiza o fato de que a ocorrência de **comunitarização** já nos limites do nível gregário de mobilização (aludido atrás) se configure como potencialidade extremamente importante para sua extensão até os limites do nível solidário de mobilização para DL.

Segunda, o que não pode acontecer é supor que só a **comunitarização** já conseguida no nível gregário seja suficiente para a seqüência implementadora do DL além das fronteiras das sobrevivências comunitário-pessoais no nível solidário.

Terceira, e conseqüentemente, a constante geração e alimentação da mencionada “[...] capacidade humana de diálogo, reconhecimento dos erros cometidos, solidariedade e domínio das paixões [...]” implica necessariamente: por um lado, a enfatizada **continua formação educativo-cultural para comunitarização na perspectiva do DL**; e,

por outro, também (segundo Fernando Cardenal, no mesmo artigo citado) que essa permanente dinamização formativa se impregne em todas as políticas e iniciativas de educação formal e informal, na condição de incessante diálogo com “[...] ‘os veios educativos’ [...] da vida mesma [...]”, inclusive de forma a se “[...] ‘educar produzindo’ ou ‘produzir educando’”.

Assim, o **que fundamentalmente se intenciona por essa contínua formação educativo-cultural** é que a decorrente e supracitada “[...] capacidade humana de diálogo [...]” se constitua indispensável lastro formativo para que os membros-comunitários se tornem aptos a endogeneizarem e exercitem também as seguintes duas competências interativas: a) a de discernirem quais interesses coletivos e individuais são (ou não são) pertinentes, justos e compatíveis com processo de DL; e b) a de encontrarem encaminhamentos consensuais, logísticos e operacionais para que, ao invés de conflitos, confrontos e mútuas anulações entre pertinentes interesses dessas duas categorias, uns e outros se harmonizem, interativem e propulsionem (a exemplo do que faz um “motor de dois tempos”) na dialética processualística de animação evolutiva, construtiva e produtiva do próprio Desenvolvimento Local almejado.

Cabe indagar, após essas análises sobre **gregariedade, solidariedade, coesão gregária e coesão solidária** no processo de **comunitarização para DL**: como as performances de comunitarização, no âmbito do Jardim Sayonara de Campo Grande-MS, tanto as já concretamente existentes quanto as ainda caracterizadas como reais potencialidades (focadas até o final do anterior subitem 4.2), se situam no contexto dos acima focados vieses teóricos da comunitarização nos limites dos níveis gregário e solidário de mobilização?

Para facilitar e encurtar tal análise, a melhor estratégia parece ser a de desdobrá-la em dois momentos: o anterior e o posterior à explicitação dos supramencionados vieses teóricos ou, simplesmente, antes e depois – mas até aqui – da redação deste subitem 4.3.

No tocante ao momento anterior, quando se garimpam fluxos fenomenológicos de determinada “comunidade” e se desco-

brem, por um lado, a extrema precariedade de sua origem e, por outro, os reais e significativos avanços de auto-sensibilização, automobilização e auto-organização, a primeira sensação conclusiva que brota é a de entusiasmo em relação ao êxito do processo de **comunitarização** já conseguido nesse âmbito comunitário, em relativamente tão pouco tempo (no caso Sayonara, a partir de 1987, como visto no item 2). E nem é necessário que se reiterem, aqui, fatos e ilustrações a esse respeito, vez que podem ser relidos atrás, até o final do subitem 4.2.

Mas, já adentrando ao cenário do momento posterior de análise (isto é, após a explicitação dos vieses teóricos da **comunitarizar/comunitarização em níveis gregário e solidário de mobilização**, neste subitem 4.3), também se percebe que todo o exitoso processo de **comunitarização** auto-implementado no Jardim Sayonara se situava (em 2006, quando a pesquisa foi realizada) no patamar da **comunitarização ainda com características essencialmente gregárias**.

Isso, em razão de que até ameaçadores riscos comunitários continuavam a existir (caso de enchentes, por exemplo), embora muitas outras carências já tivessem sendo equacionadas pelos movimentos internos de **comunitarização**. Convém reiterar, no entanto, que tais movimentos não emergiram por geração espontânea. Foram inicialmente despertados com a ajuda de agentes-externos, no começo os religiosos e em seguida também os municipais, estes a partir de aproximadamente seis meses da ocupação da área, dado que até então a ameaça de retirada das famílias invasoras vinha de própria Prefeitura, como registrado principalmente nos anteriores itens 2 e 3.

Mas, quanto à **comunitarização nos limites do nível solidário para DL**, importantes depoimentos de agentes internos denunciaram a existência daquilo que (à época da investigação de campo no Jardim Sayonara) foi interpretado como **situação de dormência**. Tal situação assim se caracterizou pela inexistência de motivação, em significativa parcela de moradores, quanto a engajamentos em novas mobilizações para conquistas comunitárias. Segundo os depoentes, esses moradores atribuíam à exclusiva competência dos órgãos públicos (sobretu-

do municipais) tanto a promoção quanto a elevação da qualidade de vida de todos os municípios.

Tal interpretação ensejou o entendimento de que, até então, a “comunidade” Sayonara não havia se apropriado de seus destinos e, conseqüentemente, de suas capacidades e competências tanto de *digerir* e *metabolizar* quanto de prover e implementar seus rumos e dinâmicas de desenvolvimento comunitário-local. **Permitiu interpretar, portanto, que o processo de comunitarização, já bastante adiantado e exitoso nos limites do nível gregário de mobilização (pelas análises anteriores deste item 4), ainda não se estendera decisivamente aos limites do nível solidário, requerido pelo Desenvolvimento Local, embora já se configurasse como importante potencialidade-básica para tanto.**

Mas há esperança de que o processo de **comunitarização** nos limítrofes Jardins Aeroporto e Sayonara recebam mais incentivos e investimentos externos. Trata-se do **Projeto Urbanístico Imbirussu/Serradinho** (inserido no **Plano de Desenvolvimento Local Integrado da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS**), já em implementação, que objetiva melhorias infra-estruturais e urbanísticas, como a capacitação de líderes comunitários e de grupos de produção, a construção de espaços físicos e equipados para a comercialização da produção local e o exercício do lazer coletivo das populações aí residentes, dada a inexistência de tais espaços em toda a região. Esse Projeto se originou de aporte financeiro do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, através do Ministério das Cidades, e sua implementação conta com as parceiras lideranças dos Presidentes da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto e da Associação de Moradores do Jardim Sayonara.

Importa observar, ainda e como aludido anteriormente, que a Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS se valeu desse mesmo Projeto para remanejar, no final de 2006, 107 famílias do Jardim Sayonara para o Jardim Aeroporto. A exemplo do que se referiu a desmembramentos comunitários no subitem 4.2, esse remanejamento de famílias também se caracterizou como **despolarização**, só que excepcionalmente por iniciativa

de agência externa – a Prefeitura – e não das próprias pessoas envolvidas, como lá se focou.

Embora não se tenha se estendido a pesquisa ao remanejamento dessas famílias, o que se presume é que a vivência anterior (para os primeiros passos do processo de comunitarização no Jardim Sayonara, ainda que de cunho eminentemente gregário) lhes haja propiciado potencialidades de mobilização para organização e implementação da vida comunitária outra vez recomeçada no Jardim Aeroporto. Entretanto, é de se ressaltar que o recomeço dessas 107 famílias contou com condições iniciais muito positivas, visceralmente diferentes daquelas do Jardim Sayonara, visto que, graças ao mencionado **Projeto Urbanístico Imbirussu/Serradinho**, o traslado já ocorreu com a existência de várias benfeitorias infra-estruturais: unidades habitacionais, Centro de Educação Infantil, sede da Associação de Moradores, área de lazer coletivo, quadra de esporte, Centro de Referência de Assistência Social, bem como asfalto e abrigos na linha de ônibus.

Mesmo assim, informações posteriores aos trabalhos de campo desta pesquisa já apontavam para a seguinte estratificação dessas mesmas famílias. Uma parte delas apenas deslocou endereço e maneiras de agir para a configuração de seu novo território urbano. Mas, quanto à outra parte, as famílias mudaram também seus próprios objetos e enfoques de lutas territoriais, tornando-se membros de grupos organizados de “Sem Terras” e respectivos acampamentos, talvez até inspiradas no caso do primeiro Presidente da Associação de Moradores do Jardim Sayonara, que, à época, já tinha seu terreno com casa no bairro, mas trabalhava no campo, em área de assentamento previamente regularizado.

Enfim, quanto a Projetos como o Urbanístico Imbirussu/Serradinho e quaisquer outros investimentos externos relacionados com DL: QUE SE TORNEM SIMULTANEAMENTE OPORTUNIDADES E MEIOS OPERACIONAIS DE PROMOÇÃO, NAS COMUNIDADES-LOCALIDADES A QUE SE DESTINEM, DA ANTERIORMENTE ENFATIZADA CONTINUA FORMAÇÃO EDUCATIVO-CULTURAL PARA

COMUNITARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. Do contrário, correrão o sério e grave risco de funcionarem como impulsores dessas comunidades para a *areia movediça* da dependência ao assistencialismo, este essencial e criminosamente inibidor – na maioria das vezes até mesmo assassinator – de capacidades e iniciativas locais de desenvolvimento.

4 Destaques rememorativo-conclusivos

Em prisma retrospectivo, **os seguintes três destaques merecem especial atenção** pelas relevâncias de suas influências no processo de participação mobilizatória para comunitarização, nos termos da pesquisa a que todo este texto vem se referindo:

Primeiro, o do próprio contexto de precariedade e risco que marcou a história do Jardim Sayonara, desde o seu início, por convivência com duplas frentes de ameaças vitais: por um lado, a da pobreza somada aos perigos impostos pela natureza (sobretudo enchentes, lembrando que esse bairro se formou às margens dos Córregos Serradinho e Imbirussu) e, por outro, a da tentativa inicial de o próprio poder público municipal retirar a população dessa área, não só perigosa como também ocupada à maneira de *invasão urbana*.

Segundo, o da mediação orientadora de religiosos. Lá no parágrafo 19 do item 3, atrás, registrou-se que houve “[...] mobilização da igreja na organização urbana” [...]. O posterior parágrafo 21, de modo mais explícito, assim se refere à dinâmica de implementação do processo de participação no seio da “grande comunidade” do Jardim Sayonara: “[...] cumpre ressaltar que as iniciativas de ‘participação e desenvolvimento’ não aconteceram de um dia para o outro: começaram aos poucos [...]. E os passos iniciais foram dados por orientações de religiosos atuantes no bairro.” Já o seguinte parágrafo 28 registrou a ênfase de que “De acordo com depoimentos dos líderes e agentes externos entrevistados, os membros da igreja católica atuaram junto à população do bairro como semeadores e fomentadores dessa dinâmica de ‘comunitarização’”. Trata-se de observações extremamente importantes, porque os religiosos que entenderem o significado de

participação/comunitarização no contexto do DL (da mesma forma que as significações teóricas e metodológicas do próprio Desenvolvimento Local, como “nucleado” no anterior item 3-b.2), por um lado perceberão sua perfeita compatibilidade com os princípios básicos de todas as dimensões da pastoral sócio-religiosa cristã, islâmica, budista, etc., e, por outro, prestarão inestimável contribuição ao processo de endogeneização dessa modalidade de desenvolvimento em todas as comunidades-localidades a que dedicarem seus serviços pastorais.

Terceiro, o da inversão postural dos agentes da Prefeitura Municipal. Frisou-se, ainda nos anterior item 3, que inicialmente a Prefeitura de fato ameaçou retirar a população da área. Entretanto, depois da audiência em que o Prefeito Municipal garantiu que todos os moradores “[...] ficassem tranquilos, pois ninguém os tiraria de lá” e, continua o parágrafo 24: “[...] após seis meses da ocupação, postes de madeira para a energia elétrica foram instalados, seguidos de água encanada e, posteriormente, de visita a cada mês dos representantes da prefeitura”. Ainda, por outros depoimentos, essa contínua postura dialógica entre a Prefeitura e a “grande comunidade” do Jardim Sayonara continuou a se materializar e fortalecer inclusive pela efetiva participação dos líderes locais no respectivo Conselho Regional Urbano.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles de. “Paciência”, capitalismo, socialismo e desenvolvimento local. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande-MS: PPMDL/ UCDB, v. 9, n.1, p. 85-98, mar. 2008.

_____. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual

Vale do Acaraú), 2006.

_____. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande: MDL/UCDB, n.1, p. 63-75, set. 2000a.

_____. *A pesquisa na vida e na universidade*. 2. ed. Campo Grande-MS: UFMS/UCDB, 2000b.

ÁVILA, F. A.; CAMPOS, I. M. M.; ROSA, M. W. C.; FERRO, F. F. C.; PAULITISCH, R. J. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande-MS: UCDB, 2001.

BAUMAN, Sygmunt. *Comunidade: a busca por segurança*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (Orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 45-69.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, v. 95).

CARDENAL, Fernando. La renovación necesaria: desarrollo humano. *ENVIO - Revista (Digital) Mensual de Análisis de Nicaragua y Centroamérica*, Managua-NI: Universidad Centroamericana, octubre/1994. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/891>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

COELHO, Ione de Souza. *Participação e Desenvolvimento Local em realidade societária de risco: o caso do Jardim Sayonara de Campo Grande-MS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS.

DIAS, Genebaldo Freire. *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. 2. ed. Brasília: IBAMA, 1994.

MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani C. Arantes (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 61-67.

MICHAELLIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

TIMASHEFF, Nicholas S. *Teoria sociológica*. Trad. Antônio Bulhões. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4º - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

§ 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

§ 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.

§ 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

§ 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.

Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

- a) título em português, inglês, espanhol e francês;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
- c) resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
- f) referências bibliográficas.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:

- a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
- b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação, impressa e on-line, devidamente assinada pelo(s) autor(es);
- c) O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua e encaminhados em três vias, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no site do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 10 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p.35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p.14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

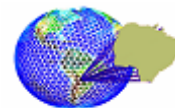
CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3594

e-mails: interacoes@ucdb.br / maugusta@ucdb.br



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO _____

CPF _____

ENDEREÇO _____ N. _____

BAIRRO _____ CEP _____

CIDADE _____

TELEFONE _____ CELULAR _____

E-MAIL _____

DATA DA ASSINATURA ____/____/____

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2009: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).

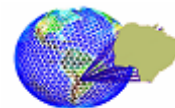
OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO).

Assinatura

Procedimentos:

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), em uma das seguintes contas: **Banco do Brasil**, agência **2609-3**, conta corrente **5902-1**; ou **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax ou para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117 900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: editora@ucdb.br.



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____

bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar o
meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

